



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022**

**ATA DA REUNIÃO Nº 23
DO CONSELHO MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
– CONSELHO DA CIDADE –
MANDATO 2019/2022
ORDINÁRIA**

Joinville, 6 de outubro de 2021

1 No sexto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, em atendimento à
2 convocação do Presidente do Conselho da Cidade, Marco Antonio Corsini, no uso de suas
3 atribuições legais, os integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável,
4 “Conselho da Cidade”, Mandato 2019-2022 reuniram-se em caráter ordinário, por
5 videoconferência, por meio da plataforma Google Meet, em três salas virtuais consecutivas
6 (Primeira sala - das 18h30 às 19h30: meet.google.com/jus-ttox-bsej; Segunda sala - das 19h30
7 às 20h30: meet.google.com/vjd-awmr-vhk; e Terceira sala - das 20h30 às 21h30:
8 meet.google.com/ttz-asdk-jvo), para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** Leitura do Edital de
9 Convocação; **2)** Aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 01/09/2021; **3)** Substituição
10 do representante das Entidades Empresariais no Comitê Executivo; **4)** Ofício e *e-mails* do
11 conselheiro Eraldo José Hostin Júnior sobre irregularidades no Conselho da Cidade; **5)**
12 Ratificação das deliberações do Conselho da Cidade nas reuniões entre 08/04 a 01/09/2021; **6)**
13 Providências e encaminhamentos relativos ao Código de Ética do Conselho da Cidade; **7)**
14 Parecer das Câmaras Comunitárias Setoriais do Conselho da Cidade sobre Projetos de Lei
15 Complementar: **7.1)** Substitutivo ao PLC 39/2021, sobre instalação de startups nas regras de
16 uso do solo no Município de Joinville; **7.2)** PLC 21/2021, que altera a Lei Complementar nº
17 470/2017, possibilitando o acondicionamento de produtos em embalagens individuais na Área
18 Urbana de Adensamento Prioritário (AUAP); **7.3)** PLC 43/2021, que institui o Setor Especial de
19 Interesse de Turismo Náutico no território do Município de Joinville - SE-10; **7.4)** PLC 7/2021,
20 que revoga a Lei de Indução ao Desenvolvimento Sustentável, Lei complementar 524/2019 (IPTU
21 Progressivo); **8)** Assuntos Gerais. Ao dar início à reunião, o Presidente Marco Antonio Corsini



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

22 lembrou que as reuniões continuam sendo por videoconferência, por conta da pandemia, que os
23 participantes precisam escrever seu nome no chat para registrar presença e saídas antecipadas,
24 que os microfones devem permanecer desligados durante toda a reunião, que o chat deve ser
25 utilizado para perguntas, pedidos de fala e votação e que, se necessário, a reunião será feita em
26 três diferentes salas virtuais, nos *links* enviados previamente por *e-mail* e pelo aplicativo
27 WhatsApp. **1)** Em seguida o Presidente Corsini solicitou a leitura do Edital de Convocação pela
28 Secretaria Executiva, o que foi feito. **2)** Como não houve solicitações de alteração na minuta da
29 ata da reunião anterior, realizada em primeiro de setembro deste ano, o Presidente logo
30 submeteu sua aprovação ao Plenário. Assim sendo, nesta **primeira votação**, a ata da reunião
31 anterior foi aprovada por maioria: foram vinte e sete votos a favor, um voto contrário e uma
32 abstenção (do conselheiro Luiz Alves Castanha, por não estar presente na reunião anterior). Dos
33 trinta e dois conselheiros com direito a voto naquele momento, quatro não se manifestaram. **3)**
34 O Presidente Corsini informou que, com a saída do conselheiro Rudi Soares do Conselho da
35 Cidade, o segmento das Entidades Empresariais devem indicar novo representante para compor
36 o Comitê Executivo, e como essa escolha ainda não foi feita, a indicação e sua homologação
37 serão feitas na próxima reunião plenária, prevista para o dia três de novembro deste ano. **4)**
38 Quanto às irregularidades apontadas pelo conselheiro Eraldo José Hostin Júnior, o Presidente
39 Corsini informou que convocou o Comitê Executivo e os Coordenadores das Câmaras
40 Comunitárias Setoriais para uma reunião (presencial), no dia vinte e oito de setembro deste ano,
41 para tratar desse e de outros temas do Conselho da Cidade. Ele disse que a ata dessa reunião
42 foi encaminhada a todos os conselheiros, bem como o ofício e os *e-mails* do conselheiro Eraldo.
43 Em consideração ao trabalho feito pelo Comitê Executivo e pelos Coordenadores, o Presidente
44 Corsini sugeriu ler todos os pontos do seu parecer, e deliberar sobre eles em bloco, ao final da
45 apresentação, caso não houvesse objeções. Como nenhum conselheiro manifestou-se contrário
46 à sugestão, o Presidente passou à apresentação do parecer para deliberação da plenária, como
47 consta no Anexo III desta ata, e falou sobre as providências que o conselho tomou até mesmo
48 antes do recebimento do ofício do conselheiro. O Presidente fez um breve relato dos
49 acontecimentos, e aqui transcrevemos o que foi deliberado naquela reunião: **a)** Quanto ao
50 questionamento do conselheiro Eraldo sobre o conselheiro Jauregui votar na última plenária, o
51 Presidente Corsini informou que o Comitê Executivo e os Coordenadores entendem que um
52 conselheiro pode assumir o direito de votar quando outro conselheiro do seu segmento, com
53 direito de voto, registrar saída antecipada - desde que tenha registrado sua presença nos
54 primeiros trinta minutos de reunião, e por isso consideram válidos os votos do conselheiro
55 Jauregui na plenária do dia 01/09/2021. Além disso, para evitar interpretações dúbias, sugerem
56 a inclusão de parágrafo no Regulamento das Reuniões que diga que “quando um conselheiro de
57 um segmento com direito a voto registrar saída antecipada, outro conselheiro do mesmo



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

segmento poderá assumir esse direito de voto, desde que tenha registrado presença até trinta minutos depois do horário agendado previamente para o início da reunião.” **b)** Quanto ao questionamento do conselheiro Eraldo sobre a prorrogação das reuniões sem a realização de votação com contagem de votos, o Presidente Corsini informou que o Comitê Executivo e os Coordenadores entendem que a contagem de votos é desnecessária nesses casos, para não interromper o fluxo dos trabalhos, desde que nenhum conselheiro manifeste-se contrário, e considera legítima a prorrogação da última plenária do Conselho da Cidade, realizada no dia 01/09/2021. Além disso, para evitar interpretações dúbias, o parecer sugere incluir texto no Regimento Interno que deixe claro que “as votações poderão se dar por consenso, quando não houver manifestação contrária ao proposto;” **c)** Quanto ao questionamento do conselheiro Eraldo de que suas manifestações no chat devem ser consideradas, pois a seu entender fazem parte da reunião, o Presidente Corsini informou que o Comitê Executivo e os Coordenadores entendem que não há obrigatoriedade de considerar manifestações de conselheiros registradas pelo chat (bate-papo) nas reuniões, pois essa funcionalidade das plataformas digitais deve continuar sendo utilizada apenas para registrar presença e saída antecipada, votos e pedidos de fala, conforme orientação expressa no início de cada reunião e antecipadamente enviada aos conselheiros, e portanto não há obrigatoriedade de considerar qualquer manifestação que o conselheiro Eraldo tenha feito pelo chat na reunião do dia 01/09/2021 que não tenha sido para registrar presença ou votar; **d)** Quanto aos questionamentos do conselheiro Eraldo relativos à votação da última plenária sobre o parecer do GT AEU sobre os índices para a Área de Expansão Urbana Norte, o Presidente Corsini informou que o Comitê Executivo e os Coordenadores entendem que a votação foi válida, pois refere-se apenas aos índices para a AEU Norte aprovados pelo GT, e não, ainda, o projeto de lei propriamente dito. Além disso, o parecer sugere a complementação, no Regimento Interno, sobre o funcionamento dos Grupos de Trabalho, explicitando que cada Grupo de Trabalho deve eleger um coordenador e um vice-coordenador (que podem ser substituídos, por decisão da maioria simples de seus membros, a qualquer momento), aos quais caberão as mesmas funções dos Coordenadores e Relatores das Câmaras Comunitárias Setoriais, e também dispõe que as atas e relatórios dos GTs devem ser sucintas, apenas com deliberações e observações, e encaminhadas à Secretaria Executiva do Conselho da Cidade; **e)** Ao passar a tratar das questões referentes à irregularidade da permanência do conselheiro Rudi Soares no Conselho da Cidade após sua nomeação para cargo público, o Presidente Corsini informou que recebeu o ofício do conselheiro Eraldo com a denúncia sobre isso no dia 09/09/2021 e que, para fazer justiça, deixou claro que nem ele, nem a sua equipe, incluindo a Secretaria Executiva, em momento algum deixaram esse assunto em aberto, como está detalhadamente demonstrado no material enviado a todos os conselheiros. Ele informou que no dia cinco de setembro deste ano, domingo à noite, às 22:36h, ele e a Secretaria Executiva



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

94 receberam mensagem do conselheiro Jony Roberto Kellner, pelo aplicativo WhatsApp, com o
95 alerta e alguns questionamentos, pois havia sido informado de que o conselheiro Rudi Soares,
96 em 08/04/2021, foi nomeado pelo Prefeito Municipal de Joinville para fazer parte da Subprefeitura
97 da Região Leste. No dia 06/09/2021, apesar de ser ponto facultativo no Município por ser véspera
98 de feriado, a Secretária Executiva deu retorno ao conselheiro Jony, afirmando o
99 desconhecimento do fato e dizendo que tomariam as devidas providências. No primeiro dia
100 depois do feriado, em 08/09/2021, a Secretaria Executiva encaminhou e-mail ao conselheiro
101 Rudi, para confirmar se era ele mesmo, e o conselheiro respondeu, em 09/09/2021, às 20:49h,
102 confirmando que sim, que ele realmente havia sido nomeado e pediu seu afastamento do
103 Conselho da Cidade, em função de ter assumido cargo público por nomeação do Prefeito. Com
104 essa explicação, o Presidente Corsini quis deixar bem claro que todos os cuidados foram
105 tomados a partir do momento em que recebemos a informação. Feita a constatação, a Secretaria
106 Executiva fez o levantamento da participação do conselheiro em todas as reuniões do Conselho
107 da Cidade a partir do dia 08/04/2021, e com esse levantamento em mãos, o Presidente Corsini
108 convocou o Comitê Executivo, que é formado por representantes de todos os segmentos do
109 Conselho da Cidade, e os Coordenadores de todas as Câmaras Comunitárias Setoriais, que
110 lidam diretamente com os conselheiros, para tratar das providências que deveriam ser tomadas
111 pela plenária. A partir desse momento, o Presidente Corsini apresentou o parecer do Comitê
112 Executivo e dos Coordenadores das Câmaras sobre esse tema, e disse que quanto à denúncia
113 do conselheiro Eraldo sobre a irregularidade da situação do conselheiro Rudi Soares, que foi
114 nomeado para cargo público e não comunicou ao Presidente do Conselho da Cidade nem à
115 Secretaria Executiva, e quanto à influência do conselheiro Rudi nas reuniões do Conselho da
116 Cidade, o Comitê Executivo e os Coordenadores das Câmaras entendem que é função do
117 conselheiro, frisou o Presidente, comunicar sua nomeação para cargo público. O Presidente
118 Corsini enfatizou que todos os conselheiros devem saber de suas responsabilidades, e devem
119 pedir o seu afastamento quando forem nomeados para cargo público, como já aconteceu com
120 os conselheiros Marcel Virmond Vieira e Graziella Demantova, ou quando concorrerem para
121 Vereador, como o fez o próprio conselheiro Rudi Soares, além de outros, que ao não serem
122 eleitos voltaram ao Conselho da Cidade, sem problema algum. O Presidente repetiu que não
123 tinha conhecimento da nomeação do conselheiro Rudi Soares, e que as devidas providências
124 foram tomadas assim que ficou sabendo. Além disso, o Presidente comunicou que o Comitê
125 Executivo e os Coordenadores entendem que nenhuma das deliberações do Conselho da Cidade
126 sofreram influência do conselheiro, pois nenhuma das votações teria resultado diferente se ele
127 não tivesse participado, como comprova o quadro demonstrativo das reuniões, tanto de plenária
128 quanto de câmaras. O demonstrativo mostra a participação do conselheiro Rudi Soares, a forma
129 como votou e os registros de fala (ou melhor, a ausência de) em todas as reuniões após sua



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

nomeação na Prefeitura. Por esse motivo, o parecer sugere que a Plenária ratifique todas as deliberações do Conselho da Cidade no período de 08/04/2021 a 01/09/2021, excetuada a homologação da composição da Comissão de Ética, que será tratada no item 6 desta reunião. Reiteramos que no Anexo III desta ata consta a ata da reunião do Presidente do Conselho da Cidade com o Comitê Executivo os Coordenadores das Câmaras Setoriais, bem como o *e-mail* do conselheiro Eraldo José Hostin Júnior com questionamentos sobre procedimentos nas reuniões do Conselho da Cidade e seu Ofício sobre irregularidades no Conselho da Cidade, enviado ao Presidente Corsini pelo *e-mail* do Conselho da Cidade (registramos que esse ofício de denúncia foi enviado também para a Procuradoria-Geral do Município e para o Prefeito de Joinville e pede punição dos responsáveis pelos supostos prejuízos ao Conselho da Cidade). Assim sendo, o Presidente Corsini demonstrou que as providências quanto à irregularidade da permanência do conselheiro Rudi Soares foram tomadas mesmo antes da chegada do ofício do conselheiro Eraldo, e pediu para projetar em tela o quadro das reuniões do Conselho da Cidade ocorridas entre os dias 08/04/2021 e 01/09/2021, que demonstra claramente que os votos do conselheiro Rudi Soares não alteraria em nada nenhuma das votações realizadas nesse período, e também mostra que não há nenhum registro de fala do conselheiro em nenhuma dessas reuniões. O Presidente pediu que fosse projetado o demonstrativo, para visualização dos conselheiros, e ressaltou que esse quadro consta na ata do dia 28/09/2021, já enviada a todos os conselheiros. Registramos que nesse momento, ao faltar seis minutos para o encerramento da sala virtual, o Presidente sugeriu migrar para a próxima sala, o que foi feito. Dando sequência aos trabalhos e projetado o demonstrativo, o Presidente Corsini solicitou à Secretária Executiva Patrícia que falasse sobre o quadro, e ela ressaltou que, das três reuniões de câmaras setoriais o conselheiro Rudi participou de apenas uma e das quatro plenárias o conselheiro Rudi participou de três. Patrícia informou que o conselheiro Rudi votou favorável em todas as suas manifestações, acompanhando a grande maioria dos conselheiros, pois não houve voto contrário em nenhuma dessas votações. Além disso, Patrícia ressaltou que não há registro de manifestação do conselheiro Rudi Soares em nenhuma dessas reuniões, o que demonstra que não causou prejuízo nenhum às reuniões e às deliberações do Conselho. O Presidente Corsini disse que o Comitê Executivo e os Coordenadores das Câmaras analisaram todo esse levantamento, e ficou demonstrado que não houve nenhuma interferência no resultado daquilo que foi deliberado, e que o parecer do Comitê Executivo e dos Coordenadores é pela ratificação de todas essas deliberações. Finalizados os assuntos relativos ao item 4 da ordem do dia, o Presidente Corsini abriu a palavra aos conselheiros, lembrando que o tempo de fala é de três minutos. O conselheiro Eraldo José Hostin Júnior pediu questão de ordem, e disse que, pelo tema específico de várias citações que foram feitas, três minutos de fala não seria um tempo coerente, e disse que gostaria que o Presidente deste Conselho tivesse bom senso, pois falou



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

166 por quase vinte minutos sobre todos os relatos, e em três minutos não seria possível explanar
167 e falar sobre tudo que está acontecendo. O Presidente disse que deveriam ser respeitados os
168 três minutos, mas registramos que não interrompeu o conselheiro em sua fala, que durou pouco
169 mais de cinco minutos. O conselheiro Eraldo disse que o Presidente não estava tendo bom
170 senso, mas falaria e pediria continuidade. Eraldo disse, dirigindo-se ao Presidente Corsini, que
171 era sua a prerrogativa de presidir a reunião, respeitando o pleno, que é soberano e que,
172 democraticamente, o escolheu como Presidente, e disse também que alguns pensamentos do
173 Presidente não são mais relevantes do que os pensamentos do pleno. Ele disse que o que enviou
174 não foi um requerimento, e sim um ofício formal, pelas irregularidades que estão havendo, e
175 pelas omissões dentro do Conselho da Cidade, e isso é gravíssimo. Ele disse que todos estão
176 aqui voluntariamente, e disse não ter dúvida de que todos têm boa fé, mas o seu ofício é um
177 documento formal. Telefonemas informais e mensagens de WhatsApp não fazem parte do que
178 diz o regimento desse conselho, que ele é regrado por uma lei federal, não é feito nas coxas,
179 disse ele. Sobre o uso do nas reuniões, o conselheiro Eraldo disse que várias vezes, quando as
180 pessoas tinham problema de áudio, foi solicitado que elas fizessem suas perguntas e respostas
181 pelo chat, e não pelo áudio. Sobre a votação para prorrogar a reunião, o conselheiro Eraldo disse
182 que existe um regimento e um rito a ser feito. Na última reunião, disse Eraldo, o Presidente do
183 Conselho fez uma colocação informando aos conselheiros que estavam explanando aquele
184 determinado assunto que, se continuassem mais tempo teriam que pedir uma postergação da
185 reunião. Eraldo disse que isso deve ser colocado como um pedido ao pleno, levado em votação,
186 aprovado e seguido. O conselheiro comentou ainda que, no final da última reunião, logo após a
187 votação, ao ser questionado o Presidente disse que a sua internet caiu, despediu-se e foi embora.
188 Eraldo disse que gostaria muito que, aqui, o senhor Presidente não fosse advogado de defesa
189 nem de conselheiro que não cumpriu o regimento e, muito menos, pelas omissões que houveram
190 por parte do Presidente e da Secretaria Executiva, porque aqui quem está para regrear as coisas
191 são os senhores, nós estamos aqui para seguir a regra dentro da lei, e a boa fé tem que vir de
192 ambas as partes, disse ele. Sobre a imposição dos três minutos de fala, disse Eraldo, o senhor
193 (Presidente) falou vinte, e têm vários questionamentos que não estão dando legalidade a
194 votações, por estudos que não foram feitos, como foi a aprovação daquele caso da região da
195 Univille, e de mudanças de conselheiros que não estão sendo claras para todos. Então é muito
196 fácil vir aqui, falar muito, não ler nada, não achar necessário. Outra coisa, disse ele, quanto ao
197 grupo que se reuniu (Comitê Executivo e Coordenadores), o conselheiro Jony é representante
198 dos Movimentos Populares e não poderia ir para a reunião sem o segmento saber, nem poderia
199 definir algo por mim, disse Eraldo. Ele foi escolhido para me representar, e de outras classes
200 também, mas eu estou aqui para falar do meu (segmento), dos movimentos populares. Então,
201 disse o conselheiro, antes de qualquer coisa que vocês queiram fazer, os conselheiros dos



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

202 movimentos populares têm que ser informados. Por último, Eraldo falou sobre a ilegalidade e as
203 irregularidades, que não podem agora ser mudadas, ao iniciar do jogo, para dar legitimidade às
204 coisas que estão erradas e não estão sendo seguidas dentro do regimento interno. Quando o
205 conselheiro está apto a participar, ele deve se registrar até sete horas. Se ele não pode, porque
206 tem compromisso no meio do caminho, ele nem deve se registrar para participar. Ou, se for o
207 caso, ele se registra, mas deixa o suplente (ter o direito de voto). O regimento é bem claro, disse
208 Eraldo, e estão querendo dar legalidade ao que é ilegal. O conselheiro disse que a transparência
209 tem que vir por parte de quem organiza e nos representa, e há irregularidades e ilegalidades. Ele
210 disse que tentar regular agora, no meio do caminho, após questionamentos, em sua opinião, não
211 é transparência, e disse que não está se sentindo confortável como representante de um
212 conselho sério e que tem que ter, realmente, a transparência das informações. Eraldo pediu que
213 os conselheiros analisassem cada ponto e lessem, porque deveriam ter sido lidos os dois
214 questionamentos que o Presidente disse que ele fez. Foram ofícios formais, disse ele. “Porque
215 eu aprendi na vida, Presidente, que a humildade vem à frente de qualquer expertise ou
216 conhecimento, e o conhecimento está dentro quando a pessoa é humilde”, finalizou Eraldo. O
217 Presidente Corsini agradeceu pelas manifestações do conselheiro Eraldo, mas disse que na
218 ordem do dia constante no Edital de Convocação está muito claro, no quarto item, que se trata
219 de ofício e e-mail, e que em momento algum falou sobre WhatsApp, mas apenas que nós
220 faríamos a pontuação daquilo que foi encaminhado por ofício e por *e-mail*. Ele disse que, em
221 função das manifestações feitas pelo conselheiro Eraldo por meio do ofício, em função também
222 do e-mail com as suas solicitações e, até mesmo antes disso, em função do alerta que o
223 conselheiro Jony Kellner fez no dia cinco de setembro, nós nos reunimos no dia vinte e oito,
224 deliberamos todos os assuntos, todos os membros do Comitê Executivo estavam presentes, e
225 cada integrante representa um dos segmentos do Conselho da Cidade, foram indicados por
226 esses segmentos, e também estavam presentes todos os Coordenadores das Câmaras
227 Comunitárias Setoriais, que também foram escolhidos pelos conselheiros. Todos participaram
228 dessa reunião e tiveram o trabalho de analisar, item por item, todos os questionamentos e
229 irregularidades apontadas. Nesse processo de trabalho todos se manifestaram e deliberaram,
230 como foi pautado aqui na reunião, disse o Presidente Corsini. Há muita transparência por parte
231 da nossa gestão, disse ele, não há questão nenhuma a esconder, muito pelo contrário. Ele disse
232 que está aqui de forma muito voluntária, atendendo a todas as necessidades relativas àquilo que
233 foi pautado na reunião. Em momento algum queremos infringir estatuto, disse ele, ao deixar bem
234 claro que a obrigação de informar o Presidente e a Secretaria Executiva é do próprio conselheiro,
235 se for nomeado para cargo público, e pedir seu afastamento do Conselho da Cidade. O
236 conselheiro Arno Ernesto Kumlehn pediu a palavra e disse que gostaria de fazer um pequeno
237 comentário a respeito das datas, para deixar mais clara a situação, e aproveitar o momento para



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

238 fazer alguns questionamentos para reflexão da Comissão de Ética. No domingo, dia cinco de
239 setembro, à uma hora e oito minutos da tarde eu fiz um questionamento no grupo de WhatsApp
240 dos movimentos populares, que tem vinte e três participantes. O questionamento foi o seguinte:
241 “O Comitê Executivo pode ter dois representantes do poder público?” Foi isso que eu deixei
242 gravado lá, ninguém estava sabendo ou se atentando a nada, então deixei gravado lá, disse ele.
243 Foi isso que desencadeou todo o restante do processo. Nesse sentido, disse ele, tem muita coisa
244 que rola por baixo da ponte e a gente não fica sabendo, e deixo aqui algumas questões para
245 reflexão da Comissão de Ética: “Podemos ter representante que não tem mais endereço em
246 Joinville?” e “Podemos ter representantes que não têm mais vínculo com as entidades que detém
247 o poder da representação?” é para pensar, disse Arno. Por último, o conselheiro Arno disse que
248 gostaria ainda de fazer um pequeno comentário sobre a reunião do dia anterior, onde o
249 Presidente, como conselheiro, me alertou sobre o uso do chat. O Presidente comentou há pouco
250 que usou o chat para pedir a extensão da reunião passada, mas o conselheiro Guilherme
251 confirmou que o Presidente realmente disse isso nesta reunião, mas se equivocou nessa fala,
252 pois isso foi feito verbalmente, como confirmou a Secretaria Executiva e outros conselheiros. O
253 conselheiro Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira pediu a palavra e disse ter lido o ofício do
254 conselheiro Eraldo, assim como considera que todos os conselheiros devem zelar pelo Conselho
255 da Cidade, mas o conselheiro Guilherme disse que não concorda quando o conselheiro Eraldo
256 tenta imputar uma pecha (defeito moral, imperfeição) de desídia (indolência, preguiça) do
257 presidente ou da secretária executiva, Joinville é uma cidade enorme, disse ele, e tem mais de
258 uma dezena de milhares de funcionários públicos. Assim, se algum conselheiro assume algum
259 posto público, cabe a ele retratar-se e falar isso. Eu desconheço haver um sistema disponível
260 para o conselho ficar monitorando esse tipo de coisa, disse Guilherme. Então, quando o
261 Presidente, ou o Comitê Executivo, ou a Secretaria Executiva ou os Coordenadores são
262 acusados de desídia, eu não consigo concordar com essa manifestação. Pelo contrário, acho
263 que é deselegante, desleal e descabida para o momento, finalizou o conselheiro. O conselheiro
264 Francisco Maurício Jauregui fez uso da palavra, e disse que gostaria de colocar algumas
265 questões que são importantes, e a mais importante, a seu ver, disse ele, é a lealdade para com
266 as instituições às quais representamos, e para com os próprios colegas de conselho. Me parece,
267 disse, que tanto o ofício quanto a postura do conselheiro Eraldo falharam nesse ponto, porque
268 ele simplesmente coloca um tom agressivo, como se estivesse tudo errado. Nós todos aqui
269 somos conselheiros voluntários, disse Jauregui e estamos aqui como cidadãos de bem,
270 querendo fazer o melhor pela cidade, e não tem motivo de um ser melhor do que o outro, ou se
271 achar melhor do que outro, ou se achar mais humilde. Essa é uma bobagem que não ajuda em
272 nada o conselho, e muito menos a cidade. Nesse sentido, disse o conselheiro, acho que é
273 importante lembrar, como o próprio conselheiro Eraldo reconhece, que não há má fé, não há dolo



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

274 nas questões aqui colocadas e, como qualquer entidade humana, o Conselho da Cidade está
275 sujeito a alguns erros. Jauregui disse que, a seu ver, realmente existe um erro, que foi do
276 conselheiro, por não comunicar sua nomeação e pedir imediatamente a sua saída, mas isso não
277 trouxe prejuízo nenhum. Ficou muito claro, disse ele, com o que foi demonstrado pelas tabelas
278 e pelos destaques que a Secretária Executiva colocou na tela, e que todos os conselheiros viram.
279 Então, no sentido da lealdade, vamos ser leais com todos e entender que isso não trouxe prejuízo
280 nenhum, não houve má fé, nem trouxe obscurantismo, nem falta de transparência, nem nada
281 daquilo que está sendo alegado nesse momento pelo conselheiro Eraldo, disse Jauregui. O que
282 estamos fazendo é apenas uma ratificação, pois se houvesse alguma votação decisiva colocada
283 em dúvida, entendo que a plenária deveria rever, disse ele, mas todas as votações foram ampla
284 maioria, não teve nada polêmico, então não tem sentido fazer esses questionamentos, disse o
285 conselheiro. E esses questionamentos vêm apenas para atrapalhar o andamento dos trabalhos,
286 pois estamos perdendo um tempo considerável discutindo esse assunto, que poderia estar
287 sendo utilizado para discutir coisas que podem ser mais importantes para a cidade. Quanto à
288 fala do conselheiro Arno, disse Jauregui, não entendo que tenhamos uma questão de ética. Ele
289 pediu que o conselheiro Arno seja direto, que fale sempre que souber da existência de alguma
290 situação de irregularidade. É necessário pontuar, e ninguém aqui, como o Presidente, por
291 exemplo, vai se negar a fazer a verificação de coisas que podem ser contrárias ao que diz o
292 Código de Ética, o Regimento Interno ou o Regulamento das Reuniões do Conselho da Cidade.
293 Tem que levar em frente, e não simplesmente lançar ao ar algumas questões, como foram
294 lançadas hoje, e não deixar colocar as coisas claramente. Isso também não é muito leal, disse
295 Jauregui. O conselheiro finalizou sua fala ao repetir seu apoio ao que o Presidente disse na
296 reunião e falou que, a seu ver, não existiu nenhum problema na gestão do Presidente Corsini, e
297 disse que estamos sujeitos a situações como essa, são coisas que podem acontecer, mas as
298 dúvidas estão sanadas e as questões esclarecidas, e precisamos tocar a vida em frente, finalizou
299 Jauregui. O conselheiro Eraldo pediu a palavra e disse que respeita muito o conselheiro
300 Guilherme e o acha uma pessoa muito educada, mas que foi “deselegante” de sua parte, como
301 entendedor, dizer que sabe muito e trabalha na área da advocacia, do direito, e aceitar e querer
302 regularizar irregularidades dentro do regimento, onde não pode muitas coisas. Ele disse que o
303 conselheiro Guilherme deveria saber que não pode auxiliar o Presidente, e que é muito fácil fazer
304 a autodefesa e dizer que o Eraldo é deselegante. Estamos aqui para fiscalizar, disse ele, e
305 quando fala em transparência, é porque precisamos fiscalizar tudo que não está sendo feito
306 dentro do rito e dentro do regimento. O regimento diz uma coisa e foi feito outra. Foi mandado
307 um ofício e foi feita uma reunião, onde disseram o que pode ser mudado, e agora vamos votar
308 para mudar. Eraldo disse que o errado é deselegante, e o certo também é deselegante,
309 agradeceu pela oportunidade de fala e a reflexão e, dirigindo-se ao conselheiro Jauregui, disse



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

310 que é muito fácil falar para as pessoas que não é relevante. O conselheiro falou que não estamos
311 num conselho de brincadeira, que tem regras, regimento e uma Comissão de Ética formada,
312 para estudar isso. Ele disse que esse assunto não deveria ser tratado pela Plenária sem a leitura
313 do ofício nesta reunião, e como houve questionamento através de um ofício formal, tem que
314 haver um acompanhamento, uma investigação, e os responsáveis devem ser punidos. Ao
315 finalizar sua fala, dirigindo-se ao conselheiro Guilherme, disse que é muito educado, mas
316 deselegante jamais. Não havendo mais inscritos para falar, antes de colocar em votação o
317 parecer do Comitê Executivo e dos Coordenadores sobre o ofício e os *e-mails* do conselheiro
318 Eraldo José Hostin Júnior sobre irregularidades no Conselho da Cidade, o Presidente Corsini
319 disse que esse trabalho foi feito chamando a responsabilidade individual e a transparência, e
320 analisou com critério tudo que foi aqui levantado. Com relação ao principal fato, de que o
321 conselheiro Rudi Soares foi nomeado pelo Prefeito para fazer parte de uma subprefeitura, o
322 conselheiro não cumpriu o que já está determinado ao não pedir o seu afastamento, e todos os
323 conselheiros sabem que devem fazê-lo. Talvez haja outros conselheiros que também deveriam
324 pedir afastamento, por terem mudado de cidade, pois na hora de cobrar eles sabem, na hora de
325 se manifestar também, e depois quando não tem mais interesse, por não estar mais na cidade
326 de Joinville ou por outro motivo qualquer, parece que o Conselho da Cidade não tem mais valor
327 e é abandonado. O Presidente Corsini disse que esse assunto está superado, e que ninguém
328 está passando pano ou colocando panos quentes e querendo omitir qualquer coisa, e ressaltou
329 que todos tomaram as providências a partir do momento em que recebemos a informação, que
330 chegou no dia cinco de setembro à noite, e tudo isso está validado com os documentos, que
331 ficarão arquivados no Conselho da Cidade, que todo e qualquer cidadão joinvilense tem acesso,
332 porque isso é público. Todos os conselheiros receberam esse material, e o que nós fizemos foi,
333 sim, chamar os Coordenadores das câmaras e os representantes do Comitê Executivo para
334 analisar friamente, pois representam os segmentos, foram escolhidos por todos os membros do
335 Conselho da Cidade para representá-los. Eu duvido, disse o Presidente, que qualquer membro
336 do conselho, do Comitê Executivo e Coordenador de câmara esteja lá de má fé, e esteja tentando
337 encobrir algo que o grupo ao qual ele representa não pudesse saber. Muito pelo contrário, todos
338 os grupos têm direito de se manifestar e de se articular, por grupos de WhatsApp, inclusive, é
339 um direito de todos. Além disso, o Presidente Corsini disse que todos os conselheiros têm acesso
340 aos meios de comunicação internos do Conselho da Cidade, e têm o endereço de e-mail, telefone
341 e contato no WhatsApp do próprio Presidente também, o que mostra que há muita transparência.
342 O Presidente disse que não iria se delongar, pois há muito assunto ainda para deliberar nesta
343 reunião, e submeteu o tema ao plenário. Em votação, o Plenário do Conselho da Cidade aprovou,
344 por maioria, o parecer do Comitê Executivo e dos Coordenadores das Câmaras Comunitárias
345 Setoriais sobre o ofício e questionamentos do conselheiro Eraldo José Hostin Júnior, emitido na



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

reunião realizada no dia vinte e oito de setembro deste ano, constante no Anexo III desta ata. Nesta **segunda votação**, foram vinte e nove votos favoráveis ao parecer, um voto contrário (do conselheiro Eraldo José Hostin Júnior) e nenhuma abstenção. Dos trinta e seis conselheiros participantes naquele momento, seis não se manifestaram. Como resultado dessa votação, o Plenário deliberou da seguinte forma: **4.1)** Sobre os questionamentos: **4.1.1a)** É válida a possibilidade de que um conselheiro, que tenha registrado sua presença nos primeiros trinta minutos de reunião, assuma direito de voto quando outro conselheiro do seu segmento, com direito de voto, registrar saída antecipada; **4.1.1b)** Foi legítimo que o conselheiro Francisco Maurício Jauregui Paz tenha assumido o direito de voto após o registro da saída antecipada do conselheiro Rudi Soares, na última reunião do Conselho da Cidade, em 01/09/2021; **4.1.1c)** Deve ser incluído um parágrafo no Art. 2º do Regulamento das Reuniões de forma a normatizar essa questão, com o seguinte texto: “§ 4º Quando um conselheiro de um segmento com direito a voto registrar saída antecipada, outro conselheiro do mesmo segmento poderá assumir esse direito de voto, desde que tenha registrado presença até trinta minutos depois do horário agendado previamente para o início da reunião.” **4.1.2a)** É legítimo que a Plenária do Conselho da Cidade manifeste, por consenso, sua concordância com a prorrogação das reuniões, quando proposta pelo Presidente do Conselho, de forma que o processo de votação com contagem de votos seja obrigatória somente quando alguém manifestar-se contrário à prorrogação; **4.1.2b)** Foi legítima a prorrogação da última plenária do Conselho da Cidade, realizada no dia 01/09/2021; **4.1.2c)** Deve ser incluído item no Art. 18 do Regimento Interno que deixe explícita essa questão, com o seguinte texto: “§ 3º As votações poderão se dar por consenso, quando não houver manifestação contrária ao proposto”. **4.1.3a)** Não há obrigação legal de considerar manifestações de conselheiros registradas pelo chat (bate-papo); **4.1.3b)** O chat deve continuar sendo utilizado apenas para registrar presenças e saída antecipadas, votos e pedidos de fala, conforme orientação expressa no início de cada reunião, antecipadamente enviada aos conselheiros por e-mail; **4.1.3c)** Não há obrigatoriedade de considerar qualquer manifestação do conselheiro Eraldo José Hostin Júnior feita pelo chat na reunião do dia 01/09/2021, que não sejam as feitas para registrar presença, voto ou pedido de fala. **4.1.4)** Foi legítima a votação feita pela Plenária do Conselho da Cidade referente aos índices aprovados pelo Grupo de Trabalho sobre as Expansões Urbanas, GT AEUs, para a Área de Expansão Urbana Norte, realizada no dia 01/09/2021, que não é o projeto de lei propriamente dito, que deverá, futuramente, ser objeto de Audiência Pública e, eventualmente, voltar para o Conselho da Cidade. **4.1.5)** Deve ser incluído, no Art. 30 do Regimento Interno do Conselho da Cidade, parágrafo que deixe claro o papel do Coordenador e do Relator dos Grupos de Trabalho, da seguinte forma: o parágrafo único passa a ser o § 1º, e na sequência, incluir: “§ 2º Cada Grupo de Trabalho elegerá, entre seus representantes, um coordenador e um vice-coordenador”; “§ 3º O Coordenador e/ou Vice-



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Coordenador do Grupo de Trabalho poderão ser substituídos, por decisão da maioria simples de seus membros, a qualquer momento”. “§ 4º Ao Coordenador de cada Grupo de Trabalho caberá coordenar os trabalhos do grupo”. “§ 5º Ao Vice-coordenador caberão os trabalhos de relatoria e elaboração de todos os documentos emitidos pelo Grupo de Trabalho, como atas, pareceres, recomendações e minutas para resoluções normativas ou recomendatórias”; § 6º As atas e relatórios de cada Grupo de Trabalho deverão ser sucintas, apenas com deliberações e observações, e encaminhadas à Secretaria Executiva do Conselho da Cidade. **4.2)** Sobre o ofício do conselheiro Eraldo José Hostin Júnior referente à irregularidade da permanência do conselheiro Rudi Soares, representante do segmento das Entidades Empresariais no Conselho da Cidade, após sua nomeação para cargo público no Município de Joinville, bem como sobre a implicação desse fato nas deliberações do Conselho, o Plenário do Conselho da Cidade, em consonância com o parecer do Presidente, do Comitê Executivo e dos Coordenadores das Câmaras Comunitárias Setoriais, manifestou-se favorável à ratificação das deliberações do Conselho da Cidade entre os dias 08/04 a 01/09/2021, tanto da Plenária quanto das Câmaras Comunitárias Setoriais, excetuada a homologação da composição da Comissão de Ética, que será tratada no item 6 desta reunião, ao considerar: **4.2a)** que o conselheiro Rudi Soares não comunicou ao Presidente do Conselho da Cidade sua nomeação para cargo público, ocorrida em 08/04/2021, pelo Decreto 41.816/2021; **4.2b)** que nem o Presidente do Conselho, nem a Secretaria Executiva, nem os integrantes do Comitê Executivo sabiam dessa nomeação antes do dia 05/09/2021; **4.2c)** que nenhuma das deliberações do Conselho da Cidade entre 08/04 e 01/09/2021 teria sido diferente, como ficou demonstrado no quadro demonstrativo da participação do conselheiro Rudi Soares nas reuniões do Conselho da Cidade realizadas nesse período, excetuada a homologação da composição da Comissão de Ética, que será tratada no item 6 desta reunião; **4.2d)** que não há registro em ata de falas do conselheiro Rudi Soares, em nenhuma das reuniões nesse período, tanto da plenária quanto de câmaras comunitárias setoriais; **4.2e)** que ficou evidente que o conselheiro Rudi Soares não teve participação ativa que tenha criado situação insustentável pela sua atividade nas reuniões; **4.2f)** que o conselheiro Rudi Soares não propôs pautas nem se posicionou como conselheiro além do ato de votar; **4.2g)** que a responsabilidade de comunicar nomeação para cargo público é do próprio conselheiro, conforme estabelece o § 1º do Art 8º do Código de Ética; **4.2h)** que o conselheiro Rudi Soares já pediu seu afastamento, por e-mail, no dia 10/09/2021; **4.2i)** que a Secretaria Executiva do Conselho da Cidade tomou as providências cabíveis assim que soube da irregularidade; **4.2j)** que o Presidente do Conselho da Cidade, assim que soube do fato, convocou o Comitê Executivo e os Coordenadores das Câmaras Comunitárias Setoriais para tratar do assunto. **5.** Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente Corsini passou ao próximo item da ordem do dia, referente à ratificação das deliberações do Conselho da Cidade nas reuniões entre oito de abril



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

e primeiro de setembro deste ano. Como foi apresentado quadro demonstrativo da participação de Rudi Soares no Conselho da Cidade, desde a sua nomeação para cargo público até a última plenária, em primeiro de setembro, ficou muito claro que a forma como o conselheiro participou e votou nas reuniões não influenciou em nenhum resultado de votação, nenhuma deliberação. Assim sendo, o Presidente Corsini colocou em votação a ratificação das deliberações expressas em todas as atas do Conselho da Cidade no período em questão, com exceção da homologação da indicação dos integrantes da Comissão de Ética já que, nesse caso, foi o conselheiro Rudi Soares quem indicou o representante do segmento das Entidades Empresariais, do qual fazia parte. Como essa indicação não terá valor, porque Rudi já não deveria mais estar fazendo parte do Conselho, vamos deixar isso para o próximo item que vamos tratar, e provavelmente ficará para a pauta de novembro. Em votação, a plenária do Conselho da Cidade, em consonância com o parecer do Comitê Executivo e dos Coordenadores das Câmaras Comunitárias Setoriais, ratificou todas as atas das reuniões que ocorreram no Conselho da Cidade no período de oito de abril a primeiro de setembro deste ano, tanto da plenária quanto das câmaras comunitárias setoriais, e validou tudo o que já foi aprovado, exceto a homologação dos representantes da comissão de ética, da seguinte forma: **5.1)** Fica ratificada a aprovação do Parecer da Sepud e, portanto, da rejeição ao Projeto de Lei Complementar 16/2021, que reduz as testadas mínimas de condomínios horizontais nas Faixas Viárias de 30m para 12m e nas Faixas Rodoviárias de 50m para 18m, na Reunião Conjunta das câmaras de Ordenamento e Mobilidade, em 28/05/2021; **5.2)** Fica ratificada a aprovação da ata da reunião nº 19, realizada em 09/06/2021, deliberado na reunião da Plenária nº 20, realizada em 07/07/2021; **5.3)** Ratificação da aprovação da ata da reunião nº 20, realizada em 07/07/2021, deliberado na reunião da Plenária nº 21, realizada em 04/08/2021; **5.4)** Fica ratificada a aprovação do mérito do Anteprojeto de lei do Executivo que altera a Lei de Estruturação e Ordenamento Territorial (LC 470/2017), permitindo novas atividades econômicas no Setor de Adensamento Prioritário (SA-01) e no Setor Especial de Interesse Cultural (SE-01), deliberado na reunião da Plenária nº 21, realizada em 04/08/2021; **5.5)** Fica ratificada a aprovação do mérito do Anteprojeto de lei do Legislativo que altera a LC 470/2017, incluindo startups como atividades profissionais, científicas e técnicas, deliberado na reunião da Plenária nº 21, realizada em 04/08/2021; **5.6)** Fica ratificada a aprovação do Projeto de Lei Complementar 17/2021, que altera a Lei de Ordenamento Territorial LOT (LC 470/2017) ao criar o Setor Especial SE-06A "Parati", incluindo imóveis localizados na Estrada Parati e na Rua Risoleta Knittel em perímetro urbano, deliberado na reunião da Plenária nº 21, realizada em 04/08/2021; **5.7)** Fica ratificada a aprovação da ata da reunião nº 21, realizada em 04/08/2021, deliberado na reunião da Plenária nº 22, realizada em 01/09/2021; **5.8)** Fica ratificada a aprovação da inversão da ordem do dia, deliberado na reunião Plenária 22, realizada em 01/09/2021; **5.9)** Fica ratificada a aprovação da íntegra do Projeto de Lei Complementar 3/2021,



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

454 que isenta a destinação de áreas para equipamentos urbanos e/ou comunitários, áreas de lazer
455 e recreação e espaços livres para uso público, independentemente do tamanho do lote a ser
456 desmembrado, nos casos de parcelamento do solo na modalidade de desmembramento,
457 deliberado na reunião Plenária 22, realizada em 01/09/2021; **5.10)** Fica ratificada a aprovação
458 do envio da ressalva ao Projeto de Lei Complementar 33/2021, para que a isenção da doação
459 de área limite-se a desmembramentos de 2 a 19 lotes, deliberado na reunião Plenária 22,
460 realizada em 01/09/2021; **5.11)** Fica ratificada a aprovação dos índices acordados pelo Grupo de
461 Trabalho sobre as Áreas de Expansão Urbana - GT AEUs para a Área de Expansão Urbana
462 Norte, deliberado na reunião Plenária 22, realizada em 01/09/2021; **5.12)** Não fica ratificada a
463 votação de homologação da Comissão de Ética, por conta da irregularidade da situação do
464 conselheiro Rudi Soares, que fazia parte do Comitê Executivo do Conselho da Cidade, e teve
465 participação ativa no resultado do tema proposto. O segmento das Entidades Empresariais
466 deverá indicar novo representante para compor o Comitê Executivo, e esse, por sua vez, deverá
467 indicar novo representante do segmento para compor a Comissão de Ética, ou ratificar a
468 indicação anterior, o que deverá ser feito por escrito até a próxima reunião de plenária, prevista
469 para o dia 03/11/2021. Nesta **terceira votação**, foram vinte e quatro votos favoráveis ao parecer,
470 nenhum voto contrário e uma abstenção (da conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole). Dos
471 trinta e cinco conselheiros com direito a voto naquele momento, dez não se manifestaram. **6)** Ato
472 contínuo o Presidente Corsini passou ao próximo item da ordem do dia, sobre providências e
473 encaminhamentos relativos ao Código de Ética. Ele informou aos conselheiros que, em função
474 da saída do conselheiro Rudi Soares, o conselheiro Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira passa
475 a ser titular, pois na Conferência da Cidade foi o primeiro suplente mais votado no segmento das
476 Entidades Empresariais. Também em função da saída do conselheiro Rudi Soares, o Presidente
477 Corsini falou que as Entidades Empresariais deverão indicar novo representante para o Comitê
478 Executivo, o que deve ocorrer até a próxima reunião plenária. Por sua vez, esse novo
479 representante no Comitê Executivo deverá indicar um representante das Entidades Empresariais
480 para compor a Comissão de Ética, ou mesmo ratificar o nome do conselheiro Ivo Pruner, que
481 está suspenso, pelos motivos já expostos, assim como estão suspensos os nomes de todos os
482 indicados para essa Comissão, que deverá ser homologada pela plenária no dia três de
483 novembro. Em seguida, o Presidente Corsini informou que o Comitê Executivo e os
484 Coordenadores sugeriram um ajuste no artigo oitavo no código de ética, como consta na ata da
485 reunião do dia vinte e oito de setembro. Registramos que a redação atual desse artigo foi
486 projetado em tela e lido pela Secretária Executiva, e foi esclarecido que esse parágrafo vai além
487 do que é permitido pela Lei do Conselho da Cidade, a Lei Complementar 380/2012, que não
488 prevê a perda de mandato no caso de conselheiros que percam o vínculo com a entidade que o
489 indicou para o Conselho da Cidade. O Presidente disse que foi bem tranquila a análise desse



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

490 item, pois os conselheiros Guilherme Cauduro e Jony Kellner, que participaram ativamente na
491 construção do Código de Ética, estiveram presentes na reunião do dia vinte e oito. Em seguida,
492 o Presidente Corsini leu a sugestão de alteração do Art. 8º do Código de Ética, de forma a deixar
493 claro que “setor diverso” refere-se tão somente ao setor público, com o seguinte texto: “Parágrafo
494 Primeiro. Todo Conselheiro que representa uma entidade da sociedade civil, que durante o
495 exercício do seu mandato passar a ter vínculos funcionais e/ou formais com o poder público, seja
496 municipal, estadual ou federal, deve solicitar por escrito seu afastamento definitivo como membro
497 ao Presidente do Conselho da Cidade, para que um dos membros suplentes do setor pelo qual
498 foi indicado e eleito possa assumir a sua vaga”. Em seguida, o Presidente abriu a palavra aos
499 conselheiros, mas não houve manifestações. O conselheiro Jony Roberto Kellner lembrou que o
500 cargo de conselheiro é personalíssimo, e que ao ser eleito pela comunidade para fazer parte do
501 Conselho da Cidade, mesmo que viesse a se desvincular da entidade que o indicou, não deixaria
502 de ser conselheiro. A entidade não teria o direito de indicar um novo representante, porque isso
503 só pode acontecer nas Conferências Municipais da Cidade. Ele lembrou que o segmento social
504 do qual um determinado conselheiro faça parte pode rever a indicação desse conselheiro para
505 um Grupo de Trabalho, para o Comitê Executivo ou para a Comissão de Ética, por exemplo, mas
506 um conselheiro não pode perder seu mandato por não estar mais vinculado à entidade que o
507 indicou para o Conselho da Cidade. O conselheiro Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira
508 também inscreveu-se para falar, mas pediu para fazê-lo após a votação, pois o assunto é relativo
509 ao Código de Ética mas não está relacionado com o artigo em questão. Não havendo mais
510 manifestações sobre o ajuste do artigo 8º do Código de Ética, o Presidente Corsini colocou o
511 tema em votação. Assim sendo, a plenária do Conselho da Cidade, acompanhando o parecer do
512 Comitê Executivo e dos Coordenadores das Câmaras Comunitárias Setoriais, aprovou, por
513 maioria, o ajuste da redação do Art. 8º do Código de Ética. Nesta **quarta votação**, foram vinte e
514 seis votos favoráveis ao parecer, nenhum voto contrário e uma abstenção (do conselheiro Eraldo
515 José Hostin Júnior). Dos trinta e quatro conselheiros com direito a voto naquele momento, sete
516 não se manifestaram. Registramos que a conselheira Maria Raquel Migliorini de Mattos pediu a
517 palavra e propôs a reflexão de que todos os conselheiros estão representando um segmento,
518 uma entidade, e não faz sentido ter trinta e cinco conselheiros presentes e ter votação em que
519 apenas vinte e seis se manifestem. A conselheira pediu que, quem está na reunião, vote, não
520 deixe de se manifestar, ou seja, exerça seu papel de conselheiro. O Presidente Corsini disse que
521 essa manifestação foi muito oportuna, pois é importante que os conselheiros se manifestem,
522 mesmo que seja de forma contrária ao que está sendo proposto, pois esse é o processo
523 democrático. Após a votação, o Presidente passou a palavra ao conselheiro Guilherme Freitas
524 Cauduro de Oliveira, conforme solicitado. O conselheiro Guilherme agradeceu pelos elogios
525 feitos, anteriormente, pelo conselheiro Eraldo, mas disse que não é dono da verdade e, muito



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

pelo contrário, tem muita limitação técnica na área do direito administrativo, pois não é a área em que atua. Guilherme disse que é um civilista de atuação, e que os conselheiros estão aqui como pares, e como tal devem tratar isso, de preferência, na plenária. O conselheiro disse que, até por dever de lealdade, como esse tema da Comissão de Ética vai voltar à tona, ficou surpreso ao ter tomado conhecimento de que um membro do Conselho Municipal de Saúde de Joinville foi expulso daquele conselho por ter cometido infração à ética, e de nome idêntico ao Eraldo José Hostin Júnior. Então, como o conselheiro Eraldo está presente nesta plenária, o conselheiro Guilherme pediu para que ele esclarecesse o fato, falasse sobre o que aconteceu ou deixou de acontecer, e disse que não faz sentido nenhum a Comissão de Ética do Conselho da Cidade ter uma pessoa que foi expulsa de um outro conselho - pelo menos não na Comissão de Ética, ressaltou. Guilherme disse que a grafia do nome na ata do Conselho de Saúde é idêntica, e pediu para que o conselheiro Eraldo confirmar tratar-se do próprio conselheiro ou de outra pessoa de igual nome. O conselheiro Guilherme disse que estava abrindo a oportunidade para o conselheiro Eraldo poder se manifestar e explicar o que aconteceu ou não aconteceu, mas foi firme ao dizer que, de sua parte, como membro do Conselho da Cidade, acha inadmissível que alguém, que foi expulso por questões éticas de um outro conselho, ocupe uma cadeira na Comissão de Ética no Conselho da Cidade, e finalizou sua fala. O Presidente Corsini ratificou que o conselheiro Eraldo José Hostin Júnior foi o indicado dos Movimentos Populares para fazer parte da Comissão de Ética, e passou a palavra ao conselheiro Eraldo, que pediu questão de ordem. O conselheiro Eraldo disse que, para deixar bem claro, gostaria que o conselheiro Guilherme o respeitasse e que o Presidente Corsini tomasse partido de presidir a reunião, porque esse não é o assunto cabível aqui. O conselheiro Eraldo criticou o conselheiro Guilherme por falar de sua vida pessoal, e disse que citar algo seu é muito grave, principalmente por se tratar de um advogado, de alguém que diz ter ética. Dirigindo-se aos demais conselheiros, Eraldo disse que na semana anterior foi eleito Presidente do Conselho Local de Saúde do Floresta, para tocar aquele conselho, devido à sua idoneidade, à sua seriedade, à sua ética e ao seu trabalho. Ele disse que também é Presidente do Conselho de Segurança, Conseg de três bairros da cidade: Floresta, Santa Catarina e Quilômetro Quatro. Disse ainda que é membro da Rede Intersetorial de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e é membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Joinville. Ele disse, dirigindo-se ao conselheiro Guilherme, que esse tipo de atitude é de baixo nível e não o atinge, pois a sua idoneidade, a sua transparência e o seu caráter estão acima do que o conselheiro pensa ou deixa de pensar. Voltando-se ao Presidente Corsini, o conselheiro Eraldo disse que gostaria de deixar bem claro, novamente, que esse assunto não cabe a este Conselho, que não foi o assunto tratado e que, da sua vida particular, é ele quem cuida. Ao conselheiro Guilherme, o conselheiro Eraldo disse que deve refletir sobre a sua vida particular, pois o julgamento precipitado das pessoas não convém e não tem o conhecimento,



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

562 finalizou. O conselheiro Guilherme disse ao conselheiro Eraldo que não o julgou, apenas abriu,
563 de forma pública, aqui no plenário, como deve ser feito todo assunto do conselho, de forma muito
564 franca. Ele disse que só pediu uma explicação, se o conselheiro Eraldo foi, realmente, a pessoa
565 que foi expulsa por questões de ética de um conselho aqui do nosso município. Se foi, disse ele,
566 quero saber os motivos, e se não foi, tudo bem. Mas o conselheiro Guilherme ressaltou que essa
567 é uma questão que não é sua, pessoal, e sim uma questão pública que infringe, inclusive, o artigo
568 15º do nosso Código de Ética. É uma questão de caráter público, de uma pessoa pública, falou
569 Guilherme, ao repetir seu questionamento sobre ser ou não o conselheiro Eraldo a pessoa que
570 foi expulsa do Conselho Municipal de Saúde. O conselheiro Eraldo tomou a palavra e, dirigindo-
571 se ao Presidente Corsini, disse que foi escolhido pelos Movimentos Populares e não deve
572 satisfação a conselheiro de outro segmento. O conselheiro Guilherme disse que o conselheiro
573 Eraldo deve satisfação a todos, porque a Plenária é soberana. O conselheiro Eraldo disse que
574 estava com a prerrogativa da palavra e pediu respeito ao seu direito de fala. Ele disse que foi
575 escolhido pelos movimentos populares, de comum acordo, e que não está aqui para falar de sua
576 vida particular, e disse ao conselheiro Guilherme que não é bandido e não deve nada à justiça.
577 O conselheiro Guilherme reiterou seu pedido de esclarecimento, e disse que ficaria muito
578 satisfeito em saber que não se trata do conselheiro Eraldo, porque a indicação da Comissão de
579 Ética é feita *ad referendum* da plenária. Diante da discussão o Presidente Corsini pediu questão
580 de ordem, e o conselheiro Eraldo repetiu que estava com a prerrogativa da palavra e que o
581 Presidente deveria se posicionar para que o conselheiro Guilherme não fosse mal educado. O
582 Presidente Corsini disse que estava dando oportunidade para o conselheiro Eraldo se manifestar,
583 e ressaltou que o conselheiro Guilherme não afirmou ser ele o conselheiro em questão, que foi
584 expulso de outro conselho, mas apenas fez um questionamento e que não estava advogando
585 em favor de ninguém. Ele disse que o assunto está na pauta porque nós estamos falando de
586 Código de Ética, e pediu ao conselheiro Eraldo que se manifestasse e concluísse a sua fala. O
587 conselheiro Eraldo disse que esse não foi assunto de pauta, que a minha vida particular não
588 cabe ao conselheiro Guilherme nem ao Conselho da Cidade, e que foi legitimamente eleito pelo
589 segmento dos movimentos populares como representante para a Comissão de Ética. Dirigindo-
590 se ao conselheiro Guilherme, disse que quem não tem culpa no cartório não deve, e ao
591 Presidente Corsini disse achar que esse assunto está encerrado. O Presidente Corsini
592 agradeceu ao conselheiro Eraldo, e disse que não vamos ficar discutindo o Código de Ética
593 agora, vamos fazer isso mais à frente, e lembrou que todos os segmentos que fazem parte do
594 Conselho da Cidade tem a responsabilidade da indicação dos seus membros em todos os itens
595 do conselho, seja no Comitê Executivo, nos Grupos de Trabalho e na Comissão de Ética. Ao
596 conselheiro Eraldo, disse que o segmento que ele representa deve saber quem está indicando,
597 assim como todos os outros segmentos. A Comissão de Ética será homologada na próxima



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

598 sessão ordinária, momento em que deverão ser colocadas as questões sobre o tema. O
599 Presidente agradeceu pelas manifestações dos conselheiros Eraldo e Guilherme, e deu por
600 encerrado o assunto nesta plenária. Ao dar continuidade à reunião, o Presidente Corsini pediu a
601 compreensão dos conselheiros e solicitou que, quando não puderem participar das reuniões do
602 conselho, por qualquer motivo, comuniquem à Secretaria Executiva por *e-mail*, para deixar
603 registrado, com transparência, dentro do tempo hábil - ou seja, se não conseguir antes da
604 reunião, que as justificativas sejam enviadas até no máximo quinze dias úteis após a reunião,
605 para evitar qualquer tipo de constrangimento, já que o Regimento Interno interno fala da
606 penalidade de afastamento de conselheiros que não participam das reuniões plenárias. Além
607 disso, disse o Presidente Corsini, também precisamos informar às entidades que indicaram os
608 conselheiros de suas faltas repetidas. Só pra deixar muito claro, disse ele, todos têm a
609 responsabilidade de participar, e isso vem ao encontro do que a conselheira Raquel falou, de
610 que os conselheiros devem participar e não deixem de votar ou se manifestar, pois temos visto
611 que há momentos em que o número de conselheiros que se manifestam é bem menor que o
612 quorum no momento. 7) Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente Corsini parabenizou os
613 coordenadores Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira e Francisco Maurício Jauregui Paz pela
614 condução da reunião conjunta das quatro Câmaras Comunitárias Setoriais no dia anterior, e
615 também elogiou a Sepud por ter enviado o material para análise já com a explicação técnica dos
616 temas e o parecer, conforme acordado anteriormente. Em seguida, o Presidente passou a
617 palavra ao conselheiro Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira para apresentar o parecer das
618 Câmaras Comunitárias Setoriais do Conselho da Cidade sobre os Projetos de Lei Complementar
619 analisados, como consta no Anexo IV desta ata. 7.1 Assim sendo, o Coordenador Guilherme
620 Cauduro fez uso da palavra e apresentou o parecer na ordem em que os temas foram tratados
621 na reunião das Câmaras. Ele apresentou primeiramente o parecer das câmaras sobre o Projeto
622 de Lei Complementar 7/2021, que revoga a Lei de Indução ao Desenvolvimento Sustentável, Lei
623 complementar 524/2019 (IPTU Progressivo), de autoria do Vereador Wilian Tonezi, que constitui
624 o item 7.4 da Ordem do Dia desta reunião. O Coordenador disse que a região afetada por essa
625 lei é muito centralizada e tem a melhor infraestrutura do Município, e não faz sentido manter
626 vazios urbanos nessa área. Ele frisou que a lei não tem objetivo arrecadatário, mas é
627 incentivadora de uma ocupação responsável, e a cobrança é feita somente muito tempo depois
628 de o proprietário ter sido notificado. Guilherme enfatizou que a lei de indução ao desenvolvimento
629 sustentável não afeta áreas periféricas, e não prejudica áreas que poderão ser, futuramente,
630 utilizadas em equipamentos públicos ou comércios que beneficiem a comunidade local. Essa lei,
631 frisou ele, só visa fazer com que os vazios urbanos sejam ocupados. Assim sendo, o parecer das
632 quatro câmaras comunitárias Setoriais é de parecer pela não aprovação do PLC 074/2021,
633 finalizou Guilherme. O Presidente Corsini lembrou o quanto esse assunto foi discutido no



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

634 Conselho da Cidade antes que a lei de indução tivesse sua formatação final. Foram discussões
635 exaustivas, muitas discussões, e essa lei foi criada com a função de fomentar o desenvolvimento
636 sustentável da cidade. Ele parabenizou a todos que participaram da reunião das câmaras no dia
637 anterior, e votaram pela manutenção da lei como está. Ele disse que, quando for necessário
638 algum ajuste na lei, que seja feito, mas é importante manter esse instrumento urbanístico válido.
639 O conselheiro Arno Kumlehn lembrou que os debates no Conselho da Cidade ocorreram desde
640 o ano de dois mil e quinze até o ano de dois mil e dezenove, e disse entender que o parecer da
641 Sepud sugere que não se acate o projeto de lei, em respeito a todas as decisões já tomadas. Ele
642 também perguntou ao Secretário Marcel sobre a existência de um projeto de lei na Câmara de
643 Vereadores, de autoria do Executivo, que altera as validades ou o prazo de aplicação do IPTU
644 Progressivo. O conselheiro e Secretário Marcel Virmond Vieira disse que não; que há apenas
645 um projeto de lei que adia as notificações em dois mil e vinte e um em função da pandemia,
646 porque a notificação está prevista para ser pessoal, com cada proprietário de imóvel. Em função
647 das restrições da pandemia, tivemos a precaução de criar esse projeto de lei, porque não
648 conseguiremos fazer essas notificações, pois depende desse contato direto com os proprietários.
649 O conselheiro Arno perguntou se essa seria a notificação referente à ocupação compulsória, a
650 notificação inicial, a partir da qual começa a contagem de cinco anos para a aplicação do IPTU
651 Progressivo, e o Secretário confirmou que sim. Não havendo mais manifestações, o Presidente
652 Corsini submeteu o tema ao plenário. Em votação, por maioria, o Plenário do Conselho da
653 Cidade, acompanhando o parecer das quatro Câmaras Comunitárias Setoriais, manifestou-se
654 contrário ao Projeto de Lei Complementar nº 7/2021, que revoga a Lei de Indução ao
655 Desenvolvimento Sustentável, Lei complementar 524/2019 (IPTU Progressivo), e sugere a sua
656 rejeição. Nesta **quinta votação**, foram vinte e seis votos favoráveis ao parecer, nenhum voto
657 contrário e uma abstenção (do conselheiro Marcelo Goll). Dos trinta e dois conselheiros com
658 direito a voto naquele momento, cinco não se manifestaram. **7.2)** O Presidente Corsini informou
659 que não houve tempo para analisar o PLC 21/2021, que altera a Lei Complementar nº 470/2017,
660 possibilitando o acondicionamento de produtos em embalagens individuais na Área Urbana de
661 Adensamento Prioritário (AUAP). Esse tema será analisado pelas câmaras e deverá ser
662 apresentado ao plenário do Conselho da Cidade na próxima reunião ordinária, em novembro.
663 **7.3)** Dando continuidade aos trabalhos, o Coordenador Guilherme informou que as câmaras
664 analisaram o Substitutivo ao PLC 39/2021, constante no item 7.1 da Ordem do Dia desta reunião,
665 referente à instalação de startups nas regras de uso do solo no Município de Joinville. Ele disse
666 que a explicação técnica foi feita pelo arquiteto e urbanista José Emídio de Barros Filho, da
667 Sepud, e trata, basicamente, da possibilidade de alteração da lei de ordenamento territorial para
668 instalar startups, uma ideia mais ampla de um modelo de empresa, e não de uma atividade em
669 si, em algumas regiões específicas. Ele esclareceu que está sendo trabalhado um permissivo



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

670 maior, que isso já passou no Conselho da Cidade, mas enquanto não se chega a uma conclusão
671 final de como regular e tratar essa situação como um todo, a solicitação é de que, desde já,
672 permita-se a instalação de startups, independente dos códigos CNAEs, nas áreas de interesse
673 universitário. Na votação, informou Guilherme, por ampla maioria, as câmaras aprovaram o
674 parecer da Sepud, no sentido de rejeitar o substitutivo de lei, e sugerir que startups sejam
675 permitidas, desde já, nos setores especiais de interesse educacional SE-03. José Emídio fez uso
676 da palavra e disse que o substitutivo não foi aprovado, que foi da Sepud a recomendação de
677 que as startups pudessem ser instaladas nos setores educacionais., pois o projeto de lei propõe
678 que startups possam ser instaladas em todo o território do município, inclusive nas áreas rurais.
679 A Sepud acha temerária essa permissividade, e até que seja regulada a questão das startups no
680 município, haveria a possibilidade de que startups sejam instaladas nos setores educacionais,
681 independente dos seus CNAEs. O conselheiro Luiz Otávio Barthol de Souza Lobo pediu a palavra
682 e perguntou sobre a possibilidade da instalação de startups no centro de inovação do Ágora, por
683 exemplo, e se limitar somente ao ambiente universitário não conflitaria com o objetivo. O
684 Secretário Marcel Virmond esclareceu que o Ágora está no Distrito Industrial, e que nessa área
685 já são permitidos CNAEs industriais. CNAEs que não são admitidos, por exemplo, na área da
686 Univille, já são normalmente admitidos no Ágora, disse ele. Por isso é que foi feita essa distinção
687 para as áreas de Setores Especiais de Educação, SE-03, para admitir alguns desses usos que
688 não são normalmente, admitidos, finalizou Marcel. O Coordenador Guilherme informou que, em
689 conjunto, as quatro Câmaras Comunitárias Setoriais aprovaram, por maioria, o parecer da
690 Sepud, de rejeitar o substitutivo ao PLC 39/2021, mas com a ressalva de acolher o mérito e
691 permitir *startups* somente nos setores especiais de interesse educacional, SE-03, ressaltando
692 que as outras áreas, que já estão contempladas por outras normas, obviamente, continuam
693 válidas. Ou seja, diante do permissivo que se pretendia em toda a cidade, de forma
694 indiscriminada, foi aprovado que permaneça regulado onde já é permitido e, fora esses setores,
695 que seja permitido, de forma indiscriminada, apenas nesses setores universitários, os SE-03.
696 Não havendo mais manifestações, o Presidente Corsini submeteu o tema ao plenário. Em
697 votação, por maioria, o Plenário do Conselho da Cidade manifestou-se contrário ao PLC 39/2021
698 e sugere a sua rejeição, mas acolhe o mérito do projeto de lei e sugere que *startups* sejam
699 permitidas somente nos Setores Especiais de Interesse Educacional - SE-03, que são áreas
700 destinadas aos equipamentos de educação superior e desenvolvimento tecnológico,
701 independentemente do seu enquadramento de uso adotado pela Classificação Nacional de
702 Atividades Econômicas e Fiscal (CNAE), até que seja promulgado um marco regulatório
703 municipal sobre o assunto. Nesta **sexta votação**, foram vinte e cinco votos favoráveis ao parecer,
704 nenhum voto contrário e uma abstenção (do conselheiro Miguel João Moreira). Dos trinta e um
705 conselheiros com direito a voto naquele momento, cinco não se manifestaram. **7.4)** Ao passar



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

706 para o próximo item da ordem do dia, o Presidente Corsini passou a palavra ao Coordenador
707 Francisco Maurício Jauregui Paz, para fazer a apresentação do parecer das câmaras referente
708 ao PLC 43/2021, que institui o Setor Especial de Interesse de Turismo Náutico no território do
709 Município de Joinville - SE-10, item 7.3 da Ordem do Dia desta reunião, tendo em vista que o
710 Coordenador Jauregui coordenou a maior parte da reunião das câmaras sobre esse assunto. O
711 Coordenador Jauregui disse que seria bem sucinto no assunto, que é bastante técnico, e
712 esclareceu que a proposta do projeto de lei apresenta quatro áreas de interesse de turismo
713 náutico e que tem várias possibilidades. Algumas delas solicitam a alteração para área urbana,
714 o que parece, num primeiro momento, que não seria necessário, outras mudam um pouco os
715 índices dentro da área urbana onde já está permitido, o que seria um pouco mais complexo e
716 mais trabalhoso. Ele disse que a primeira área de interesse, na região do Cubatão, foi analisada,
717 discutida e votada isoladamente, mas as outras três áreas foram analisadas e votadas em
718 conjunto, pois observou-se terem o mesmo destino. No final, o parecer conjunto das câmaras foi
719 no sentido de que deveria ser revista a questão da solicitação da Câmara de Vereadores, e que
720 a Sepud seria um órgão proativo em estudar uma forma de fazer com que o setor náutico seja
721 possível e viável nessas áreas solicitadas. Assim, disse Jauregui, esse assunto voltaria para a
722 câmara, e para a Sepud ficou o trabalho de planejar e achar as soluções necessárias para
723 implementar a solicitação dos vereadores. O Coordenador Jauregui passou a palavra para
724 complementação do arquiteto e urbanista José Emídio de Barros Filho, da Sepud, que disse que
725 essa foi, sim, a tônica da discussão, e que a Sepud acolhe o mérito de se regular os setores
726 náuticos em Joinville, que é um assunto que já vem sendo discutido há muitos anos, e entende
727 que isso é importante para a sociedade, para as questões econômicas e ambientais da cidade.
728 O projeto de lei veio com algumas incongruências, algumas possibilidades que hoje tornam
729 impossíveis a aprovação, ou a torna extremamente demorada. O parecer dado é sobre quatro
730 áreas diferentes da cidade, de maneira a deixar aberta a discussão, e oferecer à Câmara de
731 Vereadores possibilidades de aprovação do projeto de uma maneira mais ampla, mais dentro da
732 legislação, e deixar ao próprio Conselho da Cidade maior clareza para as decisões. Em resumo
733 seria isso, disse Emídio, ressaltando que o assunto é longo e não haveria tempo, nesta reunião,
734 para apresentar o tema de forma mais profunda. O Coordenador Jauregui pediu que a Secretaria
735 Executiva fizesse a leitura do parecer das câmaras, o que foi feito, e que aqui sintetizamos: “as
736 Câmaras Comunitárias Setoriais do Conselho da Cidade aprovaram, por maioria, o parecer da
737 Sepud, que é contrário ao PLC 43/2021, e aprovaram também a recomendação de que a Sepud
738 faça estudos e propostas para o melhor desenvolvimento do setor náutico, para as quatro áreas
739 propostas pelos Vereadores: Cubatão, Iririú-Mirim, Espinheiros e Centro”. Em seguida, o
740 Presidente Corsini abriu a palavra aos conselheiros. O conselheiro Arno Ernesto Kumlehn disse
741 que entende que o parecer é pela rejeição ao projeto de lei, mas ressaltou que o setor náutico



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

deve ser encarado como uma proposta de futuro, por vários sentidos: econômico, turismo, cultural, lazer, habitacional, cenário etc. Existem inúmeras possibilidades, disse ele, e o que falta é um estudo concreto para que isso se dê com mais clareza, e para tais áreas. Deve haver um projeto específico para a criação desse setor especial, e a revisão da Lei de Ordenamento Territorial, LOT e do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável deve tratar disso. Sou totalmente favorável a que seja feita uma revisão completa dos usos e ocupações nesse sentido, náutico, disse ele. O conselheiro alertou que o Joinville late Clube, JIC, que é uma parte do projeto, está numa ilha. Em sua opinião, o próprio setor náutico deve entender que o Espinheiros é uma ilha, e tratar tudo nessa área como setor náutico. É entendimento do que é setor náutico. Muita coisa poderia ser agregada na região náutica, como mais gente trabalhando com barcos, mais restaurantes com qualidade, mais habitação com qualidade, e tudo isso vinculado até com a mobilidade, que é um fator importante, disse ele, ao mencionar um estudo que existe para a mobilidade entre as regiões de toda a Baía da Babitonga, todas as cidades. O Presidente Corsini agradeceu ao conselheiro Arno, e disse concordar que o Espinheiros deve ser tratado como uma área de exploração náutica, sim, respeitando o meio ambiente, que é uma coisa com a qual nós sempre nos preocupamos, mas é um mercado a ser explorado, que tem potencial. O conselheiro Guilherme disse que sua manifestação é muito próxima à do conselheiro Arno. A votação pela rejeição da parte do PLC referente ao Cubatão, que foi a parte da reunião que participou, foi mais por uma questão técnica e legislativa do que por mérito. No mérito, pelo que estou percebendo dos conselheiros presentes, é uma ampla e favorável aposta no sentido do governo incentivar o melhor uso náutico, o melhor uso turístico dessas regiões. Só pra deixar registrado, disse ele, e incentivar que esses estudos ocorram, e que venha um projeto que respeite as formalidades necessárias para que ele possa, então, ser aprovado, já que o PLC 43/2021 contém alguns entraves insuperáveis, da forma como redigido, mas no mérito a ideia é boa e válida, e deve prosperar, deve-se buscar, sim incentivar o setor de turismo e, especificamente, o setor de turismo náutico na nossa cidade, que tem ampla rede de canais, rios, baía, acesso ao mar, ou seja, muita fartura de águas para não explorar, finalizou. O Presidente Corsini agradeceu pelas manifestações, e dado ao avançado da hora, pediu a compreensão dos conselheiros e sugeriu a prorrogação da reunião para finalizar a discussão em curso. Ele pediu que os conselheiros contrários à sugestão fizessem uso do chat para manifestar-se, mas não houve objeções. Dando continuidade às manifestações, a conselheira Maria Raquel Migliorini de Mattos disse que o setor náutico deve estar atrelado ao turismo, se não não faz sentido, e pensando assim o Morro do Amaral faz mais sentido nesse processo do que o Cubatão, pela proximidade com o Espinheiros. E é importante lembrar, disse ela, que precisa haver, também, um processo de recuperação do meio ambiente. Alí tem muito manguê para ser recuperado, e tem como ser feita a instalação desses píers com qualidade ambiental. Sem pensar no processo como só desmatar e atracar,



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

tem muitos exemplos que mostram que é possível. Quanto aos rios, a conselheira disse que poderiam ser retirados do processo todo, pois estão todos assoreados. Não tem um rio que seja navegável aqui nesta cidade, disse ela, o Corpo de Bombeiros que o diga, porque quando eles precisam navegar com o bote, não conseguem andar no Itaum, nem no Cachoeira, a Baía da Babitonga, na região do Parque Caieiras, não tem como navegar. O processo tem que ser, mesmo, pelo mar. Pelos rios, só se tiver um processo de desassoreamento, finalizou Raquel. O Presidente Corsini voltou a frisar que o meio ambiente é extremamente importante, deve estar alinhado com o desenvolvimento, vemos que, em vários lugares, há condições sim de fazer exploração de forma que seja do turismo, esporte, lazer, dentro da nossa baía que é maravilhosa, respeitando o meio ambiente. às vezes queremos engessar demais, e acaba sendo utilizado de forma totalmente irregular, e depois a sociedade tem que pagar a fatura para recuperar aquilo que poderia ser explorado como uma vitrine da cidade, e acabam sendo áreas degradadas, invadidas, mal utilizadas e só acabam prejudicando a sociedade de um modo geral. O Presidente agradeceu pela manifestação de todos e, por não haver mais inscritos, submeteu o tema ao plenário. Assim sendo, nesta **sétima votação**, o plenário aprovou, por maioria, o parecer das quatro Câmaras Comunitárias Setoriais sobre o Projeto de Lei Complementar 43/2021, que institui o Setor Especial de Interesse de Turismo Náutico no território do Município de Joinville - SE-10. Foram vinte e cinco votos favoráveis ao parecer, um voto contrário (do conselheiro Eraldo José Hostin Júnior, por ter passado três minutos do tempo de reunião), e nenhuma abstenção. Dos trinta conselheiros com direito a voto naquele momento, quatro não se manifestaram. **8.** Passando aos Assuntos Gerais, o Presidente Corsini perguntou se houve alguma evolução dos trabalhos do Grupo de Trabalho sobre as Áreas de Expansão Urbana. O conselheiro Marco Aurélio Chianello, Gerente de Planejamento da Sepud, informou que não foi feita nova reunião, por conta da quantidade de projetos de lei complementar em análise, mas disse que, após alguns ajustes necessários, com outras Secretarias, será feita a compilação do anteprojeto de lei da AEU Norte, e até o fim do mês de outubro essa forma final deve vir para análise do Conselho da Cidade. O Presidente Corsini agradeceu e lembrou que as reuniões do Conselho da Cidade, tanto da plenária quanto de câmaras, devem permanecer virtuais até o final deste ano. Nada mais a tratar, às vinte e uma horas e doze minutos, o Presidente Corsini deu por encerrada a reunião. Registramos que, após a votação sobre o tema das *Startups*, o Presidente Corsini informou faltar oito minutos para o fim da reunião, e pediu brevidade na apresentação do último projeto de lei, sobre o setor náutico, já que o tema foi bem trabalhado na reunião das câmaras, para não haver necessidade de prorrogação da reunião; contudo, não foi possível finalizar o debate e a votação no tempo hábil, e o Presidente solicitou prorrogar a reunião, pedindo que conselheiros que não concordassem com a prorrogação fizessem sua manifestação no chat, e não houve manifestação contrária. Registramos também a presença do convidado José Emídio



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

814 de Barros Filho, arquiteto e urbanista da Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento
815 Sustentável, Sepud. Esta reunião contou com o apoio das arquitetas e urbanistas Juliete dos
816 Santos e Sabrina Aparecida Lopes Roman, Assessoras Técnicas do Conselho da Cidade.
817 Registramos que o *quorum* foi verificado durante toda a reunião e seu registro consta no Anexo
818 II-b desta ata, juntamente com o demonstrativo das votações por segmento social. O registro de
819 presença e de justificativas de ausência dos conselheiros constam no Anexo I desta ata, e as
820 substituições e registros de saída antecipada constam no Anexo II-a. Eu, Patrícia Rathunde
821 Santos, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, lavrei esta ata que, após aprovada pela
822 Plenária, será assinada pelo Presidente e por mim, publicada no Diário Oficial Eletrônico do
823 Município de Joinville, DOEM e disponibilizada no site da Prefeitura. Joinville, seis de outubro de
824 dois mil e vinte e um.

Marco Antonio Corsini
Presidente do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva

825



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO I

(1 de 3)

REGISTRO DE PRESENÇA E JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA

REGISTRO DE PRESENÇA			
1. MOVIMENTOS POPULARES			
	CONSELHEIRO	REGISTRO	ENTIDADE
1	Arno Ernesto Kumlehn	Presente	AMOJACATIRÃO Associação de Moradores Jacatirão
2	Artur Alfredo Schemmer	Presente	Associação de Pais e Professores do Colégio Paul Harris
3	Eraldo José Hostin Junior	Presente	AMOSFA Associação de Moradores São Francisco de Assis
4	Eugênio Pacelli Paz Vieira da Costa	Ausente	Movimento Cidadão Fiscal Joinville
5	Fernando Luis da Silva	Ausente	AMABF Associação de Moradores e Amigos do Bairro Floresta
6	Galdino Randig	Ausente	AACOVERAS Associação dos Amigos e Moradores de Condomínios Verticais do América e Saguau
7	Helôisa Bade	Presente	ACELBRA Associação dos Celíacos de Joinville
8	Ivandar Hardt	Justificou ausência	AMEI Associação de Moradores da Estrada da Ilha
9	Jean Carlos de Carvalho	Ausente	Associação de Moradores do Bairro São Marcos
10	Jony Roberto Kellner	Presente	Associação Movimento Pedala Joinville
11	Laércio Batista Júnior	Presente	AMOTTO Assoc.dos Moradores da Rua Otto Boehm e Adjacências
12	Luiz Alves Castanha	Presente	Associação de Moradores do Jardim Francielle
13	Luiz Tarquínio Sardinha Ferro	Ausente	Movimento Popular e Social Joinville Vida Melhor
14	Marcelo Goll	Presente	APPIAAPI Associação dos Proprietários e Possuidores de Imóveis Atingidos pela ARIE do Pirai
15	Marcos Fortes Santos de Bustamante	Presente	Movimento Popular e Social Joinville Cidadã
16	Maria Raquel Migliorini de Mattos	Presente	Movimento Preservação do Meio Ambiente e pela Vida
17	Altahir Dominoni Sobrinho	Ausente	Associação FAB.Ville
18	Ana Maria Vavassori	Ausente	Instituto Humani Generis
19	Antônio Maurino Fagundes	Ausente	Associação Rádio Comunitária Bom Retiro
20	Cléia Aparecida Clemente Giosole	Presente	Associação de Moradores do Conjunto Habitacional JKII
21	Giovani Pereira	Justificou ausência	Associação Amigos da Região Leste
22	Gustavo Munhoz de Oliveira	Ausente	Câmara de Desenv. Comunitário do Jardim Paraíso e Região
23	José Laércio Escodel	Ausente	Associação de Amigos e Vizinhos Moradores da Rua Lagoinha, Jardim Barbante, Jardim Elaine e Parque Residencial Lagoinha II
24	Julia Michelle Conti	Ausente	Associação Brasil Melhor
25	Julio César Vieira	Ausente	ABF Associação de Moradores do Bairro Floresta
26	Marco Antonio Leão dos Santos	Justificou ausência	AMMUJ Assoc.para Melhorias da Mobilidade Urbana de Joinville
27	Ney Peres	Ausente	Mobiliza Jardim Diana
28	Orlando Jacob Schneider	Ausente	Associação de Moradores do Bairro Adhemar Garcia
29	Patrícia Vitoria Reinhardt Boros	Presente	AMIGA Assoc.Moradores e Incentivadores do Bairro Anita Garibaldi
30	Paulo Diniz d'Ávila	Pediu desligamento	Observatório Social de Joinville
31	Susana Staats	Ausente	Associação dos Moradores do Bairro Vila Nova
32	Tadeu Vicente Bonassa	Ausente	AMOFLOF Associação de Moradores Florescer
TOTAL DE PRESENTES DESTE SEGMENTO:		12	



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO I

(2 de 3)

REGISTRO DE PRESENÇA E JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA

REGISTRO DE PRESENÇA

2. ENTIDADES EMPRESARIAIS

	CONSELHEIRO	REGISTRO	ENTIDADE
1	Francisco Maurício Jauregui Paz	Presente	ACIJ Associação Empresarial de Joinville
2	Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira	Presente	CDL Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville
3	Luiz Otávio Barfhol de Souza Lobo	Presente	SECOVI Norte SC Sindicato dos Condomínios e Imobiliárias
4	Marco Antonio Corsini	Presente	SINDUSCON Sindicato da Indústria da Construção Civil de Joinville
5	Ademir Stepanavicius Martínez Gomes	Ausente	AJORPEME Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa
6	Ivo Pruner Junior	Ausente	SINDIMEC Sindicato Patronal da Indústria Mecânica de Joinville e da Indústria Mecânica Metalúrgica e Material Elétrico da Região
7	Juliano Seihorst	Ausente	ALQJ Associação dos Loteadores de Joinville
8	Vacante		
TOTAL DE PRESENTES DESTE SEGMENTO:		4	

3. ENTIDADES SINDICAIS DE TRABALHADORES

	CONSELHEIRO	REGISTRO	ENTIDADE
1	Arthur Gonçalves Neto	Ausente	SINCAVIR Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Joinville e Região
2	Roselis Roesner	Justificou ausência	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joinville
3	Muri Antonio Goularte	Ausente	CAJ Companhia Águas de Joinville
4	Vacante		
TOTAL DE PRESENTES DESTE SEGMENTO:		0	

4. ENTIDADES PROFISSIONAIS

	CONSELHEIRO	REGISTRO	ENTIDADE
1	Dieter Neermann	Presente	CREA SC Conselho Regional de Eng.º e Agronomia de SC
2	Francisco Ricardo Klein	Ausente	CEAJ Centro de Engenheiros e Arquitetos de Joinville
3	Marcelo Ferrari	Justificou ausência	ACIN SC Assoc. dos Corretores de Imóveis do Norte de SC
4	Maleus Szomorovszky	Ausente	ACEA Associação Catarinense de Escritórios de Arquitetura
5	Frederico Joesting Schlieper	Presente	IAB SC Instituto de Arquitetos do Brasil
6	João Eduardo Demathé	Ausente	OAB Ordem dos Advogados do Brasil Joinville
7	Miguel João Moreira	Presente	AJECI Associação Joinvilense de Engenheiros Civis
8	Rogério de Oliveira	Ausente	CAU SC Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina
TOTAL DE PRESENTES DESTE SEGMENTO:		3	

5. ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA

	CONSELHEIRO	REGISTRO	ENTIDADE
1	Carlos Ramiro do Amaral Godoi	Presente	UNIVILLE Universidade da Região de Joinville
2	Marcelo Hack	Justificou ausência	Instituto Agora de Ciência e Tecnologia
3	Valter Vander de Oliveira	Presente	IFSC Instituto Federal de Santa Catarina Câmpus Joinville
4	Xisto Lucas Travassos Júnior	Justificou ausência	UFSC Universidade Federal de Santa Catarina Câmpus de Joinville
5	Cristienne Magalhães Pereira Pavez	Ausente	UNISOCIESC
6	Daniel de Aviz	Ausente	SENAI SC Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Joinville
7	Graziella Cristina Demartovs	Desligamento	SENAC Centro de Educação Profissional do Senac de Joinville
8	Kátia Cristina Lopes de Paula	Justificou ausência	Católica de Santa de Catarina em Joinville
TOTAL DE PRESENTES DESTE SEGMENTO:		2	

6. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

	CONSELHEIRO	REGISTRO	ENTIDADE
1	Francisco Barbosa Hackbarth	Presente	Instituto Ajorpeme
2	Bernardo Corrêa da Costa	Presente	OSB Observatório Social do Brasil Joinville
3	Marcel Vinícius Viana	Desligamento	Instituto Metrópolis
4	Vacante		
TOTAL DE PRESENTES DESTE SEGMENTO:		2	



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO I

(3 de 3)

REGISTRO DE PRESENÇA E JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA

REGISTRO DE PRESENÇA			
7. PODER PÚBLICO MUNICIPAL			
	CONSELHEIRO	REGISTRO	ÓRGÃO
1	André Mendonça Furtado Mattos	Presente	SESPORTE Secretaria de Esportes
2	Eva de Souza Crolli Moy	Presente	SECOM Secretaria de Comunicação
3	Fabiana Ramos da Cruz Cardozo	Ausente	SAS Secretaria de Assistência Social
4	Fabiano Lopes de Souza	Ausente	SEINFRA Secretaria de Infraestrutura Urbana
5	Giancarlo Schneider	Ausente	CAJ Companhia Águas de Joinville
6	Gisele Cristine da Silva	Desligamento	SED Secretaria de Educação
7	Graziella Cristina Demantova	Desligamento	SEPUD Secret. Planej. Urbano e Desenvolvimento Sustentável
8	Guilherme Augusto H. Gassenferth	Justificou ausência	SECULT Secretaria de Cultura e Turismo
9	Irinéia da Silva	Presente	DETRANS Departamento de Trânsito de Joinville
10	Jean Rodrigues da Silva	Ausente	SES Secretaria da Saúde
11	Luiz Anselmo Merlin Tourinho	Ausente	SAMA Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
12	Marcel Virmond Vieira	Presente	SEPUD Secret. Planej. Urbano e Desenvolvimento Sustentável
13	Marco Aurélio Chianello	Presente	SEPUD Secret. Planej. Urbano e Desenvolvimento Sustentável
14	Marco Aurélio Correa	Presente	IPREVILLE Instit. de Previd. Social dos Servid. Públicos de Joinville
15	Mônica Regina Corrêa	Justificou ausência	SAP Secretaria de Administração e Planejamento
16	Patrícia de Castro Pedro	Ausente	SEFAZ Secretaria da Fazenda
17	Rafael Bendo Paulino	Presente	SEHAB Secretaria de Habitação
18	Regiane Cristina Klug Patricio	Ausente	SEGOV Secretaria de Governo
19	Schirlene Chagati	Desligamento	SAMA Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
20	Victor Albert Batista da Silva	Presente	SEPUD Secret. Planej. Urbano e Desenvolvimento Sustentável
21	Camila Cristina Kalef	Justificou ausência	SAP Secretaria de Administração e Planejamento
22	Caroline Antunes Rodrigues	Presente	SESPORTE Secretaria de Esportes
23	Célia Nunes de Souza	Ausente	SEHAB Secretaria de Habitação
24	Cleusa Mara Amaral	Justificou ausência	IPREVILLE Instit. de Previd. Social dos Servid. Públicos de Joinville
25	Diego Felipe da Costa	Presente	SEPUD Secret. Planej. Urbano e Desenvolvimento Sustentável
26	Fabício da Rosa	Ausente	SES Secretaria da Saúde
27	Francine Olsen	Justificou ausência	SECULT Secretaria de Cultura e Turismo
28	Giani Magali da Silva de Oliveira	Ausente	SED Secretaria de Educação
29	Helena Dausacker da Cunha Skrosk	Ausente	CAJ Companhia Águas de Joinville
30	Luiz Carlos Moreira da Maia	Ausente	SAMA Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
31	Luiz Fernando Hagemann	Presente	SEPUD Secret. Planej. Urbano e Desenvolvimento Sustentável
32	Marcos Alexandre Polzin	Justificou ausência	SEPUD Secret. Planej. Urbano e Desenvolvimento Sustentável
33	Maria Cristina dos Santos	Ausente	SEFAZ Secretaria da Fazenda
34	Márcio Luiz Pereira	Ausente	SEPROT – Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública
35	Neide Mary Camacho Solon	Presente	SAS Secretaria de Assistência Social
36	Paulo Mendes Castro	Ausente	SEINFRA Secretaria de Infraestrutura Urbana
37	Sérgio José Brugnago	Presente	SAMA Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
38	Tatiana de Souza Sabatke	Ausente	SECOM Secretaria de Comunicação
39	Thiago Boeing	Justificou ausência	SECOM Secretaria de Comunicação
40	Tiani Regina de Borba	Ausente	SEGOV Secretaria de Governo
TOTAL DE PRESENTES DESTE SEGMENTO:		13	



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
"CONSELHO DA CIDADE"
MANDATO 2019-2022

ANEXO II – A

REGISTRO DE SUBSTITUIÇÕES	
1. MOVIMENTOS POPULARES	
CONSELHEIRO	SUBSTITUÍDO POR
Eugênio Pacelli Paz Vieira da Costa	Cléia Aparecida Clemente Giosole
Ivandir Hardt	Patrícia Vitória Reinhardt Boros
4. ENTIDADES PROFISSIONAIS	
Francisco Ricardo Klein	Frederico Joesting Schlieper
Marcelo Ferrari	Miguel João Moreira
7. PODER PÚBLICO MUNICIPAL	
Fabiana Ramos da Cruz Cardozo	Caroline Antunes Rodrigues
Fabiano Lopes de Souza	Diego Felipe da Costa
Giancarlo Schneider	Luiz Fernando Hagemann
Guilherme Augusto H. Gassenferth	Neide Mary Camacho Solon
Mônica Regina Corrêa	Sérgio José Brugnago
REGISTRO DE SAÍDAS ANTECIPADAS	
Horário	Nome
19:58h	Francisco Barbosa Hackbarth
20:11h	Marcos Fortes Santos de Bustamante
20:21h	Rafael Bendo Paulino
20:24h	Carlos Ramiro do Amaral Godoi
20:42h	Marco Aurélio Correa
20:53h	Artur Alfredo Schemmer



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO II - B

CONTROLE DE QUORUM E VOTAÇÕES
(Neste controle são considerados somente os conselheiros com direito de voto)

VOTAÇÃO 1						
Aprovação da Ata 22 do Conselho da Cidade						
19-35h	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	NÃO SE MANIFESTO	AINDA NÃO CHEGOU	JÁ SAU
Movimentos Populares	9	1	1	0	1	0
Entidades Empresariais	2	0	0	1	1	0
Sindicatos de Trabalhadores	0	0	0	0	0	0
Entidades Profissionais	3	0	0	0	0	0
Entidades Acadêmicas e de Pesquisa	1	0	0	1	0	0
Organizações Não Governamentais	1	0	0	1	0	0
Poder Público Municipal	11	0	0	0	2	0
32	27	1	1	3	4	0
QUORUM NO MOMENTO						

VOTAÇÃO 2						
Ratificação das deliberações do Comitê Executivo e Coordenadores das Câmaras referentes a questionamentos sobre irregularidades						
19-34h	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	NÃO SE MANIFESTO	AINDA NÃO CHEGOU	JÁ SAU
Movimentos Populares	9	1	0	2	1	0
Entidades Empresariais	3	0	0	1	0	0
Sindicatos de Trabalhadores	0	0	0	0	0	0
Entidades Profissionais	3	0	0	0	0	0
Entidades Acadêmicas e de Pesquisa	2	0	0	0	0	0
Organizações Não Governamentais	1	0	0	1	0	0
Poder Público Municipal	11	0	0	2	0	0
36	29	1	0	6	0	0
QUORUM NO MOMENTO						

VOTAÇÃO 3						
Ratificação das deliberações nas atas do Conselho da Cidade entre 08/04 e 01/09/2021 (exceto homologação da Comissão de Ética)						
19-35h	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	NÃO SE MANIFESTO	AINDA NÃO CHEGOU	JÁ SAU
Movimentos Populares	6	0	1	0	0	0
Entidades Empresariais	3	0	0	1	0	0
Sindicatos de Trabalhadores	0	0	0	0	0	0
Entidades Profissionais	3	0	0	0	0	0
Entidades Acadêmicas e de Pesquisa	2	0	0	0	0	0
Organizações Não Governamentais	0	0	0	1	0	1
Poder Público Municipal	10	0	0	3	0	0
35	24	0	1	19	0	1
QUORUM NO MOMENTO						

VOTAÇÃO 4						
Alteração no Art. 8º do Código de Ética						
20-15h	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	NÃO SE MANIFESTO	AINDA NÃO CHEGOU	JÁ SAU
Movimentos Populares	7	0	1	3	0	1
Entidades Empresariais	3	0	0	1	0	0
Sindicatos de Trabalhadores	0	0	0	0	0	0
Entidades Profissionais	3	0	0	0	0	0
Entidades Acadêmicas e de Pesquisa	2	0	0	0	0	0
Organizações Não Governamentais	0	0	0	1	0	1
Poder Público Municipal	11	0	0	2	0	0
34	26	0	1	7	0	2
QUORUM NO MOMENTO						

VOTAÇÃO 5						
Parecer das Câmaras sobre o PLC 07/2021, que revoga a lei de Indução ao Desenvolvimento Sustentável (IFTU Progressivo)						
20-40h	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	NÃO SE MANIFESTO	AINDA NÃO CHEGOU	JÁ SAU
Movimentos Populares	8	0	1	2	0	1
Entidades Empresariais	3	0	0	1	0	0
Sindicatos de Trabalhadores	0	0	0	0	0	0
Entidades Profissionais	3	0	0	0	0	0
Entidades Acadêmicas e de Pesquisa	1	0	0	0	0	1
Organizações Não Governamentais	0	0	0	1	0	1
Poder Público Municipal	11	0	0	1	0	1
32	26	0	1	5	0	4
QUORUM NO MOMENTO						

VOTAÇÃO 6						
Parecer das Câmaras Comunitárias Setoriais sobre o Substitutivo ao PLC 39/2021 - Starup						
20-51h	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	NÃO SE MANIFESTO	AINDA NÃO CHEGOU	JÁ SAU
Movimentos Populares	9	0	0	2	0	1
Entidades Empresariais	3	0	0	1	0	0
Sindicatos de Trabalhadores	0	0	0	0	0	0
Entidades Profissionais	2	0	1	0	0	0
Entidades Acadêmicas e de Pesquisa	1	0	0	0	0	1
Organizações Não Governamentais	0	0	0	1	0	1
Poder Público Municipal	10	0	0	1	0	2
31	25	0	1	5	0	5
QUORUM NO MOMENTO						

VOTAÇÃO 7						
Parecer das Câmaras Comunitárias Setoriais sobre o PLC 43/2021, sobre o Setor de Interesse Náutico em Joinville						
21-33h	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	NÃO SE MANIFESTO	AINDA NÃO CHEGOU	JÁ SAU
Movimentos Populares	8	1	0	1	0	2
Entidades Empresariais	3	0	0	1	0	0
Sindicatos de Trabalhadores	0	0	0	0	0	0
Entidades Profissionais	3	0	0	0	0	0
Entidades Acadêmicas e de Pesquisa	1	0	0	0	0	1
Organizações Não Governamentais	0	0	0	1	0	1
Poder Público Municipal	10	0	0	1	0	2
30	25	1	0	4	0	6
QUORUM NO MOMENTO						



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO III

**REUNIÃO DO PRESIDENTE COM O
COMITÊ EXECUTIVO E OS COORDENADORES DAS CÂMARAS
COMUNITÁRIAS SETORIAIS**

REUNIÃO PRESENCIAL
28/09/2021 – 08:30h

1 No vigésimo oitavo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta
2 minutos, por convocação do Presidente do Conselho da Cidade, Marco Antonio Corsini,
3 reuniram-se o Comitê Executivo, os Coordenadores das Câmaras Comunitárias Setoriais e a
4 Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Joinville,
5 “Conselho da Cidade”, CMDSJ Mandato 2019-2022, nas dependências da Sociedade Harmonia
6 Lyra, à Rua XV de Novembro 485, Centro de Joinville, Santa Catarina, para tratar de questões
7 relacionadas aos questionamentos apresentados pelo conselheiro Eraldo José Hostin Júnior
8 referentes a irregularidades no Conselho da Cidade. No início da reunião, o Presidente Corsini
9 esclareceu que esta reunião tem o objetivo de tratar das providências necessárias por conta da
10 situação irregular de um membro do Conselho da Cidade, apontada pelo conselheiro Jony
11 Roberto Kellner e, em seguida, pelo conselheiro José Eraldo Hostin Júnior, bem como tratar
12 das providências relativas ao Código de Ética do Conselho da Cidade, em vigor desde o dia
13 onze de agosto deste ano. Registramos a seguir a deliberação dos conselheiros presentes
14 nesta reunião sobre os diversos assuntos: 1) Quanto aos questionamentos expressos nos
15 Anexos 1, 4 e 5 desta ata, em que constam o alerta do conselheiro Jony Kellner feita por meio
16 do aplicativo WhatsApp (em 05/09/2021), o ofício do conselheiro Eraldo José Hostin Júnior (de
17 09/09/2021) e seu e-mail (de 16/09/2021): 1.1) Este grupo considera válida a possibilidade de
18 que um conselheiro (que tenha registrado sua presença nos primeiros trinta minutos de
19 reunião) assuma direito de voto quando outro conselheiro do seu segmento, com direito de
20 voto, registrar saída antecipada. Assim sendo, por maioria dos presentes foi deliberado ser
21 legítimo que o conselheiro Francisco Maurício Jauregui Paz tenha assumido o direito de voto
22 após o registro da saída antecipada do conselheiro Rudi Soares, na última reunião do Conselho
23 da Cidade, em 01/09/2021. O conselheiro Jony Kellner informou ser contrário a posição
24 adotada pelos outros conselheiros por entender que a redação atual do Regulamento das
25 Reuniões ser dúbia. Diante das manifestações havidas foi sugerido a inclusão de um parágrafo
26 no Art. 2º do Regulamento das Reuniões de forma a normatizar essa questão, conforme
27 sugestão de texto que segue: “§ 4º Quando um conselheiro de um segmento com direito a voto
28 registrar saída antecipada, outro conselheiro do mesmo segmento poderá assumir esse direito
29 de voto, desde que tenha registrado presença até trinta minutos depois do horário agendado
30 previamente para o início da reunião.” 1.2) Este grupo considera legítimo que a Plenária do
31 Conselho da Cidade manifeste, por consenso, sua concordância com a prorrogação das
32 reuniões, quando proposta pelo Presidente do Conselho, de forma que o processo de votação
33 com contagem de votos seja obrigatória somente quando alguém manifestar-se contrário à
34 prorrogação. Assim sendo, este grupo considera legítima a prorrogação da última plenária do
35 Conselho da Cidade, realizada no dia 01/09/2021, e sugere incluir item no Regimento Interno



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

36 que deixe explícita essa questão, da seguinte forma: No Art. 18, incluir o “§ 3º As votações
37 poderão se dar por consenso, quando não houver manifestação contrária ao proposto”. **1.3)**
38 Este grupo não reconhece a legalidade da obrigação de considerar manifestações de
39 conselheiros registradas pelo chat (bate-papo). O chat deve continuar sendo utilizado apenas
40 para registrar presenças e saída antecipadas, votos e pedidos de fala, conforme orientação
41 expressa no início de cada reunião, antecipadamente enviada aos conselheiros por e-mail,
42 conforme Anexo 8 desta ata. Assim sendo, este grupo não reconhece a legalidade de qualquer
43 manifestação do conselheiro Eraldo José Hostin Júnior feita pelo chat na reunião do dia
44 01/09/2021, que não sejam as supracitadas, como por ele solicitado no e-mail de 16/09/2021.
45 **1.4)** Quanto aos questionamentos relativos ao Grupo de Trabalho sobre as Áreas de Expansão
46 Urbana, expressos no e-mail do conselheiro Eraldo de 16/09/2021 (anexo 5 desta ata), este
47 grupo considera legítima a votação feita pela plenária no dia 01/09/2021, posto tratar-se dos
48 índices para a Área de Expansão Urbana Norte aprovados pelo GT, e não, ainda, o projeto de
49 lei propriamente dito, que deverá, futuramente, ser objeto de Audiência Pública e,
50 eventualmente, voltar para o Conselho da Cidade. Registramos que o conselheiro Jony Roberto
51 Kellner pediu para deixar bem claro que é importante que a proposta final da AEU Norte seja
52 objeto de Audiência Pública do Poder Executivo e volte para análise final do Conselho da
53 Cidade antes de ir para a Câmara de Vereadores de Joinville, como projeto de lei
54 complementar. **1.5)** Ainda relativo a Grupos de Trabalho, esse grupo considera importante
55 incluir, no Regimento Interno do Conselho da Cidade, parágrafo que deixe claro o papel do
56 Coordenador e do Relator dos Grupos de Trabalho, da seguinte forma: No Art. 30 do Regimento
57 Interno, o parágrafo único passa a ser o § 1º, e na sequência, incluir: “§ 2º Cada Grupo de
58 Trabalho elegerá, entre seus representantes, um coordenador e um vice-coordenador”; “§ 3º O
59 Coordenador e/ou Vice-Coordenador do Grupo de Trabalho poderão ser substituídos, por
60 decisão da maioria simples de seus membros, a qualquer momento”. “§ 4º Ao Coordenador de
61 cada Grupo de Trabalho caberá coordenar os trabalhos do grupo”. “§ 5º Ao Vice-coordenador
62 caberão os trabalhos de relatoria e elaboração de todos os documentos emitidos pelo Grupo de
63 Trabalho, como atas, pareceres, recomendações e minutas para resoluções normativas ou
64 recomendatórias”; § 6º As atas e relatórios de cada Grupo de Trabalho deverão ser sucintas,
65 apenas com deliberações e observações, e encaminhadas à Secretaria Executiva do Conselho
66 da Cidade. **2)** Dando sequência aos trabalhos, este grupo passou a tratar do ofício enviado pelo
67 conselheiro Eraldo José Hostin Júnior referente à irregularidade da permanência do conselheiro
68 Rudi Soares no Conselho da Cidade após sua nomeação para cargo público no Município de
69 Joinville, constante no Anexo 4 desta ata, e suas implicações nas deliberações do Conselho.
70 Considerando o demonstrativo de participação do conselheiro Rudi Soares nas reuniões do
71 Conselho (Anexo 6 desta ata) após sua nomeação, ocorrida no dia 08/04/2021 e não
72 comunicada ao Presidente do Conselho da Cidade nem à Secretaria Executiva, este grupo
73 verificou que, ao contrário do que apontou o conselheiro Eraldo, a influência da participação do
74 conselheiro Rudi Soares nessas reuniões foi ínfima, pelos seguintes motivos: **2a)** das três
75 reuniões realizadas pelas Câmaras Comunitárias Setoriais, de forma conjunta, o conselheiro
76 Rudi Soares participou de apenas uma, no dia 28/05/2021, e seu voto foi consoante com a
77 maioria, pois houve unanimidade na votação, sem nenhum voto contrário nem abstenções.
78 Além disso, nessa reunião não há registro de fala do conselheiro; **2b)** das quatro reuniões de
79 plenária a partir do dia 08/04/2021, o conselheiro Rudi Soares participou de três, nos dias
80 07/07/2021, 04/08/2021 e 01/09/2021. Em todas as votações realizadas nessas reuniões, o
81 conselheiro Rudi Soares votou favorável ao que foi proposto, em consonância com a grande



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

82 maioria do plenário, pois em apenas uma das votações houve votos contrários (dois votos
83 contrários, no dia 04/08/2021) e em todas as outras não houve manifestações em contrário,
84 nem do Poder Público, nem da Sociedade Civil Organizada. Também não se encontra nas atas
85 dessas reuniões nenhum registro de fala ou proposição feitas pelo conselheiro Rudi Soares, o
86 que deixa claro que ele não teve, em nenhum momento, uma “participação ativa” que tenha
87 criado “uma situação insustentável pela sua atividade nas reuniões” “propondo pautas e se
88 posicionando como conselheiro”; **2c)** Ficou claro para este grupo que a responsabilidade de
89 comunicar nomeação para cargo público é do próprio conselheiro, conforme estabelece o § 1º
90 do Art 8º do Código de Ética. O conselheiro Rudi Soares pediu seu afastamento (e-mail de
91 10/09/2021, Anexo 3 desta ata) após ser interpelado pela Secretaria Executiva (e-mail de
92 08/09/2021, Anexo 2 desta ata). O Anexo 1 desta ata mostra o alerta feito pelo conselheiro Jony
93 Roberto Kellner à Secretaria Executiva do Conselho da Cidade, no domingo 05/09/2021
94 (véspera de ponto facultativo seguido de feriado); **2d)** Ao ficar claro que o resultado das
95 votações não seriam diferentes sem os votos do conselheiro Rudi Soares, este grupo
96 manifestou-se favorável à ratificação das deliberações do Conselho da Cidade entre os dias
97 08/04 a 01/09/2021, tanto da Plenária quanto das Câmaras Comunitárias Setoriais, conforme
98 demonstrativo no Anexo 6 desta ata: **Deliberação 1)** Ratificação da aprovação do Parecer da
99 Sepud e, portanto, da rejeição ao Projeto de Lei Complementar 16/2021, que reduz as testadas
100 mínimas de condomínios horizontais nas Faixas Viárias de 30m para 12m e nas Faixas
101 Rodoviárias de 50m para 18m, na Reunião Conjunta das câmaras de Ordenamento e
102 Mobilidade, em 28/05/2021; **Deliberação 2)** Ratificação da aprovação da ata da reunião nº 19,
103 realizada em 09/06/2021, deliberado na reunião da Plenária nº 20, realizada em 07/07/2021;
104 **Deliberação 3)** Ratificação da aprovação da ata da reunião nº 20, realizada em 07/07/2021,
105 deliberado na reunião da Plenária nº 21, realizada em 04/08/2021; **Deliberação 4)** Ratificação
106 da aprovação do mérito do Anteprojeto de lei do Executivo que altera a Lei de Estruturação e
107 Ordenamento Territorial (LC 470/2017), permitindo novas atividades econômicas no Setor de
108 Adensamento Prioritário (SA-01) e no Setor Especial de Interesse Cultural (SE-01), deliberado
109 na reunião da Plenária nº 21, realizada em 04/08/2021; **Deliberação 5)** Ratificação da
110 aprovação do mérito do Anteprojeto de lei do Legislativo que altera a LC 470/2017, incluindo
111 startups como atividades profissionais, científicas e técnicas, deliberado na reunião da Plenária
112 nº 21, realizada em 04/08/2021; **Deliberação 6)** Ratificação da aprovação do Projeto de Lei
113 Complementar 17/2021, que altera a Lei de Ordenamento Territorial LOT (LC 470/2017) ao criar
114 o Setor Especial SE-06A “Parati”, incluindo imóveis localizados na Estrada Parati e na Rua
115 Risolet Knittel em perímetro urbano, deliberado na reunião da Plenária nº 21, realizada em
116 04/08/2021; **Deliberação 7)** Ratificação da aprovação da ata da reunião nº 21, realizada em
117 04/08/2021, deliberado na reunião da Plenária nº 22, realizada em 01/09/2021; **Deliberação 8)**
118 Ratificação da aprovação da inversão da ordem do dia, deliberado na reunião Plenária 22,
119 realizada em 01/09/2021; **Deliberação 9)** Ratificação da aprovação da integral do Projeto de Lei
120 Complementar 3/2021, que isenta a destinação de áreas para equipamentos urbanos e/ou
121 comunitários, áreas de lazer e recreação e espaços livres para uso público, independentemente
122 do tamanho do lote a ser desmembrado, nos casos de parcelamento do solo na modalidade de
123 desmembramento, deliberado na reunião Plenária 22, realizada em 01/09/2021; **Deliberação**
124 **10)** Ratificação da aprovação do envio da ressalva ao Projeto de Lei Complementar 33/2021,
125 para que a isenção da doação de área limite-se a desmembramentos de 2 a 19 lotes,
126 deliberado na reunião Plenária 22, realizada em 01/09/2021; **Deliberação 11)** Ratificação da
127 aprovação dos índices acordados pelo Grupo de Trabalho sobre as Áreas de Expansão Urbana



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

128 - GT AEU para a Área de Expansão Urbana Norte, deliberado na reunião Plenária 22,
129 realizada em 01/09/2021; **2e)** Pela irregularidade da situação do conselheiro Rudi Soares, que
130 fazia parte do Comitê Executivo do Conselho da Cidade, a única deliberação da Plenária que
131 este grupo não ratificou foi a homologação das indicações da Comissão de Ética. O segmento
132 das Entidades Empresariais deverá indicar novo representante para compor o Comitê
133 Executivo, e esse, por sua vez, deverá indicar novo representante daquele segmento social
134 para a Comissão de Ética, ou mesmo ratificar a indicação anterior. A sugestão desse grupo é
135 que isso seja feito por escrito até a próxima reunião de plenária, prevista para o dia 03/11/2021.
136 **3)** Tendo em vista algumas implicações importantes do Código de Ética na gestão do Conselho
137 da Cidade, este grupo tratou de algumas questões práticas: **3a)** Devido ao afastamento do
138 conselheiro Rudi Soares, o conselheiro Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira, eleito na
139 Conferência da Cidade como primeiro suplente das Entidades Empresariais, passa a ser titular.
140 Conforme estabelece o § 3º do Art. 8º do Código de Ética, o Poder Executivo Municipal deverá
141 ser comunicado desta e de outras alterações já havidas na composição do Conselho da
142 Cidade, para elaboração de decreto de atualização; **3b)** O segmento das Entidades
143 Empresariais deve indicar novo representante para compor o Comitê Executivo; **3c)** O
144 parágrafo primeiro do Art. 8º do Código de Ética deverá ser revisto, de forma a deixar claro que
145 o “setor diverso” refere-se tão somente ao setor público. Sugestão de nova redação:
146 **“Parágrafo Primeiro.** Todo Conselheiro que representa uma entidade da sociedade civil, que
147 durante o exercício do seu mandato passar a ter vínculos funcionais e/ou formais com o poder
148 público, seja municipal, estadual ou federal, deve solicitar por escrito seu afastamento definitivo
149 como membro ao Presidente do Conselho da Cidade, para que um dos membros suplentes do
150 setor pelo qual foi indicado e eleito possa assumir a sua vaga”; **3d)** Com o início da vigência do
151 Código de Ética, publicado em 11/08/2021 no Diário Oficial Eletrônico do Município de Joinville,
152 passam a valer as regras referentes às faltas de titulares, que podem implicar na perda de
153 mandato dos conselheiros, conforme inciso I do Art. 34: “Perderá o mandato o Conselheiro
154 que... I - faltar a três reuniões, no período de doze meses, sem justificar ausência”. Em atenção
155 aos parágrafos primeiro, segundo e terceiro do Art. 34 do Código de Ética, a Secretaria
156 Executiva passará a receber as justificativas de ausência somente por e-mail,
157 preferencialmente antes das reuniões e, em situações extraordinárias, em até quinze dias úteis
158 após a realização da reunião, sempre por e-mail. Além disso, a Secretaria notificará às
159 entidades que indicaram os conselheiros de suas ausências, justificadas ou não, quando
160 ocorrerem em duas vezes consecutivas ou três vezes intercaladas no ano. **4)** Em seguida, este
161 grupo deliberou pelo encaminhamento dos seguintes temas para análise conjunta das quatro
162 Câmaras Comunitárias Setoriais: **4a)** Substitutivo ao PLC 39/2021, sobre instalação de
163 startups nas regras de uso do solo no Município de Joinville; **4b)** PLC 21/2021, que altera a Lei
164 Complementar nº 470/2017, possibilitando o condicionamento de produtos em embalagens
165 individuais na Área Urbana de Adensamento Prioritário (AUAP); **4c)** PLC 43/2021, que institui o
166 Setor Especial de Interesse de Turismo Náutico no território do Município de Joinville - SE-10;
167 **4d)** PLC 7/2021, que revoga a Lei de Indução ao Desenvolvimento Sustentável, Lei
168 complementar 524/2019 (IPTU Progressivo). Registramos que esse encaminhamento foi objeto
169 de votação: quatro integrantes do Comitê Executivo votaram por encaminhar os temas para
170 reunião conjunta das quatro câmaras, e dois conselheiros votaram por encaminhar os temas
171 para análise dos temas em reuniões separadas, proposto pelo conselheiro Jony Roberto
172 Kellner, da seguinte forma: PLC 39/21: Câmaras de Ordenamento Territorial e Integração
173 Regional, de Promoção Econômica e Social e de Qualificação do Ambiente Natural e



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022**

174 Construído; PLC 21/21: Câmara de Promoção Econômica e Social; PLC 43/21: Câmaras de
175 Ordenamento Territorial e Integração Regional, de Promoção Econômica e Social, e de
176 Qualificação do Ambiente Natural e Construído; PLC 7/21: Câmaras de Promoção Econômica
177 e Social e de Qualificação do Ambiente Natural e Construído. 5) Por último, ao tratar da
178 possibilidade de retorno às reuniões presenciais, este grupo concordou ser prudente manter as
179 reuniões da plenária por videoconferência até o fim deste ano, e que seria bom as reuniões das
180 câmaras também serem virtuais, mas essa decisão pode ser tomada pelos Coordenadores. O
181 Presidente Corsini foi enfático ao dizer que não serão feitas reuniões mistas, presencial e
182 virtual, por conta da possibilidade de impugnação de votações, seja por conta de problemas
183 que podem acontecer, e este grupo concordou com essa questão. Nada mais a tratar, às dez
184 horas e quinze minutos foi encerrada a reunião. Registramos que participaram o Presidente do
185 Conselho da Cidade, Marco Antonio Corsini; os integrantes do Comitê Executivo Carlos Ramiro
186 do Amaral Godoi, Francisco Barbosa Hackbarth, Francisco Ricardo Klein, Jony Roberto Kellner,
187 Marco Aurélio Chianello e Roselis Roesner; e os Coordenadores das Câmaras Comunitárias
188 Setoriais Francisco Maurício Jauregui Paz, Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira, Marcelo
189 Hack e Victor Albert Batista da Silva, conforme Lista de Presença no Anexo 7 desta ata.
190 Registramos que Marcelo Hack precisou ausentar-se da reunião às nove horas e vinte e seis
191 minutos. Eu, Patrícia Rathunde Santos, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, lavrei
192 esta ata que, após aprovada pelos presentes, será assinada pelo Presidente e por mim.
193 Joinville, vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um.

Marco Antonio Corsini
Presidente do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO 1

ALERTA DO CONSELHEIRO JONY ROBERTO KELLNER PELO WHATSAPP
05/09/2021

[22:36, 05/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Boa noite, Corsini e Patrícia!
[22:36, 05/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Por favor, considerando o decreto de nomeação da PMJ abaixo:
[22:36, 05/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: DECRETO Nº 41.816, de 08 de abril de 2021.
Promove nomeação.
O Prefeito de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, com o art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 266/08 e a Lei Complementar nº 495, de 16 de janeiro de 2018,
NOMEIA, na Subprefeitura da Região Leste, a partir de 08 de abril de 2021:
- RUDI SOARES, para o cargo de Coordenador I da Área Operacional.
Adriano Borschein Silva
Prefeito
[22:37, 05/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Acredito que a nomeação se refere ao Conselheiro titular, Sr. Rudi Soares, um dos conselheiros representantes das Entidades Empresariais.
[22:37, 05/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Se for ele mesmo, pergunto:
[22:37, 05/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: O conselheiro foi orientado a solicitar seu afastamento como conselheiro representante das Entidades Empresariais em função da nomeação para cargo público, a exemplo do que aconteceu com os conselheiros Graziella e Marcel?
[22:38, 05/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Solicito sua avaliação da situação e, caso se confirme, que sejam tomadas as providências cabíveis a respeito e que o fato seja comunicado aos demais conselheiros na próxima reunião plenária.
[22:38, 05/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Estou sendo pressionado pelos conselheiros do meu segmento a respeito dessa situação.
[22:39, 05/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Agradecemos!
[22:39, 05/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Votos de uma excelente semana.
[22:39, 05/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Abraço!!!
[08:48, 06/09/2021] Patrícia Rathunde Santos: Eu não acredito!!!
[08:48, 06/09/2021] Patrícia Rathunde Santos: E ele não falou nada...
[08:48, 06/09/2021] Patrícia Rathunde Santos: Aff
[08:48, 06/09/2021] Patrícia Rathunde Santos: Obrigada por avisar.
[08:48, 06/09/2021] Patrícia Rathunde Santos: Tomaremos providências, sim.
[08:48, 06/09/2021] Patrícia Rathunde Santos: Abraços e boa semana!
[11:28, 06/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Por favor, verificar também como ficam as votações que esse conselheiro nas reuniões plenárias de números 20, 21, 22 e na reunião conjunta da Câmara Setorial de Mobilidade Urbana de 28/05/21. Alguma revisão será feita?
[11:41, 06/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: ... conselheiro fez ...
[10:11, 08/09/2021] Patrícia Rathunde Santos: Bom dia, conselheiro Jony.
Tudo bem?
[10:12, 08/09/2021] Patrícia Rathunde Santos: Para seu conhecimento, enviamos e-mail ao conselheiro Rudi pedindo confirmação da sua nomeação e já informando da necessidade de desligamento, conforme deixa bem claro o código de ética.
Abração e boa semana para o senhor.
Atenciosamente,
Patrícia.
□
[10:38, 08/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Bom dia, Patrícia!
[10:40, 08/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Espero que ele entenda e siga o exemplo dos demais conselheiros que tiveram a mesma situação.
Difícil aceitar que ele viu como os demais conselheiros agiram e não tomou a mesma atitude.
[10:41, 08/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Vamos aguardar para aclarar os fatos e poder dar explicações a respeito.
[10:41, 08/09/2021] Jony Roberto Kellner CMDSJ Mobilidade: Agradeço o retorno!



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL "CONSELHO DA CIDADE" MANDATO 2019-2022

ANEXO 2

E-MAIL DA SECRETARIA EXECUTIVA AO CONSELHEIRO RUDI SOARES (08/09/2021)

20/09/2021

ZarafaWebAccess - Patricia Rathunde Santos

Patricia Rathunde Santos

De: Patricia Rathunde Santos <patricia.rathunde@joinville.sc.gov.br>
Enviado: Qua 08/09/2021 10:50
Para: Rudi Soares <rudi.soares@joinville.sc.gov.br>
CC: Sabrina Aparecida Lopes Roman <sabrina.lopes@joinville.sc.gov.br>, Juliette dos Santos <juliete.santos@joinville.sc.gov.br>
Assunto: QUESTIONAMENTO E PEDIDO DE AFASTAMENTO DO CONSELHO DA CIDADE
Modificador: Seg 20/09/2021 12:05
Anexos: SEI_PMJ - 8555011 - Decreto de nomeação Rudi Soares PMJ.pdf; SEI_PMJ - 0010081261 - Resolução 12, Código de Ética.pdf

Bom dia, conselheiro Rudi Soares,

Tudo bem?

Recebemos um questionamento quanto à sua nomeação na Prefeitura de Joinville, conforme o Decreto 41.816, de 08/04/2021 (em anexo).

Conforme o Código de Ética do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, "Conselho da Cidade" Mandato 2019-2022, não é possível que o senhor continue representando a Sociedade Civil Organizada, por meio das Entidades Empresariais.

Art. 8º O Conselheiro deverá declarar impedimento ou suspensão, definitiva ou temporária, por meio de justificativa redigida à termo, nas situações que possam afetar o desempenho de suas funções com independência e imparcialidade, quando estiver presente conflito de interesses, sendo certo que o mero interesse pessoal, comercial ou do setor que representa em projeto/atividade do Conselho da Cidade não caracteriza conflito de interesses, tendo em vista que o interesse no bom encaminhamento da urticidade é interesse de todos os Conselheiros, exceto quando estes estiverem envolvidos para fins ilícitos, descritos no artigo 7º, VIII, deste Código de Ética.

Parágrafo Primeiro. Todo Conselheiro que represente uma entidade da sociedade civil, que durante o exercício de seu mandato passar a ter atuação funcional e/ou formal com entidade do setor diverso daquele pelo qual foi eleito e que originalmente representava no Conselho da Cidade, deve solicitar por escrito seu afastamento definitivo como membro do Conselho da Cidade, para que um dos membros suplentes do setor pelo qual foi indicado e eleito possa assumir a sua vaga.

Parágrafo Segundo. Todo Conselheiro que solicitar seu afastamento definitivo em função do estabelecido no Parágrafo Primeiro deste artigo, não estará impedido de ser indicado para ocupar uma vaga como membro do Conselho da Cidade pelo poder público.

Parágrafo Terceiro. Todos os afastamentos definitivos e substituições de membros do Conselho da Cidade, sempre ser do comunicado formalmente pelo Presidente do Conselho da Cidade ao mandante do Poder Executivo Municipal, para que entre, via Decreto, formalize e publique as alterações feitas na composição do Conselho da Cidade.

R
e
s
o
l
u
ç
ã
o
N
o
2
/
2
0
2
1
/
0
8
/
0
9
/
2
0
2
1
/
1
2
/

Assim sendo, pedimos a gentileza de que o senhor solicite seu afastamento do Conselho da Cidade, por escrito, com data retroativa a partir da sua nomeação.

https://webmail.joinville.sc.gov.br/index.php?road=dialog&task=print&message_action=storead=000000003&atb=1005e5101aa1bb0... 1/2



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
"CONSELHO DA CIDADE"
MANDATO 2019-2022**

20/09/2021

Zarafa WebAccess - Patricia Rathunde Santos

Um grande abraço,
Atenciosamente,

Patricia Rathunde Santos
Secretária Executiva

Patricia Rathunde Santos
Secretária Executiva
Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável, Sepud
Unidade de Planejamento, UPL
Rua XV de Novembro, 485 - Centro
89.201-600 - Joinville - SC

https://webmail.joinville.sc.gov.br/index.php?load=dialog&task=printItem_mod&message_action=&storeId=0000000038a1bb1005e5101aa1bb0... 2/2

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE Pág 8 de 20
Rua XV de Novembro, 485 – Centro - 89223-010 – Joinville – SC - (47) 3422-7333 – www.joinville.sc.gov.br – conselhodacidade@joinville.sc.gov.br



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
"CONSELHO DA CIDADE"
MANDATO 2019-2022

ANEXO 3

PEDIDO DE AFASTAMENTO DO CONSELHEIRO RUDI SOARES (10/09/2021)

10/09/2021

Zarafa WebAccess - Patricia Rathunde Santos

Patricia Rathunde Santos

De: Rudi Soares <rudi@joinville.com.br>
Enviado: Qua 09/09/2021 20:49
Para: Patricia Rathunde Santos <patricia.rathunde@joinville.sc.gov.br>
Assunto: Re: QUESTIONAMENTO
Modificado: Sex 10/09/2021 08:11

Patricia

Sou coordenador lotado na sub prefeitura leste

por este motivo peço minha exoneração como membro do conselho da cidade a partir desta data

atenciosamente

RUDI SOARES

MEMBRO DO CONSELHO DA CIDADE

Em 08-09-2021 10:47, Patricia Rathunde Santos escreveu:

Bom dia, conselheiro Rudi Soares.

Tudo bem?

Recebemos um questionamento quanto à sua nomeação na Prefeitura de Joinville, conforme o Decreto 41.816, de 08/04/2021 (em anexo)

É o senhor mesmo?

Se for, conforme o Código de Ética do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, "Conselho da Cidade" Mandato 2019-2022, não é possível que o senhor continue representando a Sociedade Civil Organizada, por meio das Entidades Empresariais.

Art. 8º O Conselheiro deverá declarar impedimento ou suspensão, definitiva ou temporária, por meio de justificativa reduzida a termo, nas situações que possam afetar o desempenho de suas funções com independência e imparcialidade, quando estiver presente conflito de interesses, sendo certo que o mero interesse pessoal, comercial ou do setor que representa em projeto/debute do Conselho da Cidade não caracteriza conflito de interesses, tendo em vista que o interesse na boa administração da urbanidade é interesse de todos os Conselheiros, exceto quando estes estiverem voltados para fins ilícitos, descritas no artigo 7º, VIII, deste Código de Ética.

Parágrafo Primeiro. Todo Conselheiro que represente uma entidade da sociedade civil, que durante o exercício do seu mandato passar a ter vínculos funcionais com entidade de setor diverso daquele pelo qual foi eleito e que originalmente representava no Conselho da Cidade, deve solicitar por escrito seu afastamento definitivo como membro ao Presidente do Conselho da Cidade, para que um dos membros suplentes do setor pelo qual foi indicado e eleito possa assumir a sua vaga.

Parágrafo Segundo. Todo Conselheiro que solicitar seu afastamento definitivo em função do estabelecido no Parágrafo Primeiro deste artigo, não estará impedido de estar indicado para ocupar uma vaga como membro do Conselho da Cidade pelo poder público.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE Pág 9 de 20
Rua XV de Novembro, 485 – Centro - 89223-010 – Joinville – SC - (47) 3422-7333 – www.joinville.sc.gov.br – conselhodacidade@joinville.sc.gov.br



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
"CONSELHO DA CIDADE"
MANDATO 2019-2022**

ANEXO 4

**OFÍCIO DO CONSELHEIRO ERALDO JOSÉ HOSTIN JÚNIOR
RECEBIDO POR E-MAIL EM 09/09/2021**

Joinville 9 de setembro de 2021

Sr. Marco Antonio Corsini
Presidente do Conselho da Cidade

Situação irregular de um conselheiro do Conselho da Cidade

O Conselho da Cidade foi criado pela Lei 380/2012. O Conselho estabeleceu e aprovou seu Código de Ética nele e com o objetivo de impedir que o poder público possa cooptar, influir ou alterar o equilíbrio na composição do Conselho da Cidade entre a sociedade civil e o poder público, nos seu artigo oitavo estabelece inequivocamente que quando um conselheiro indicado por uma entidade representativa da sociedade civil assumir cargo ou função em outra entidade ou segmento deverá solicitar imediatamente seu afastamento definitivo.

RESOLUÇÃO SEI Nº 0010081261/2021 - SEPUD.UAC

Joinville, 10 de agosto de 2021.

**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
"CONSELHO DA CIDADE"**

**RESOLUÇÃO NORMATIVA
Nº 12, DE 07/04/2021**

Seção V

Dos Impedimentos ou Suspeições dos Conselheiros

Art. 8º O Conselheiro deverá declarar impedimento ou suspeição, definitiva ou temporária, por meio de justificativa reduzida a termo, nas situações que possam afetar o desempenho de suas funções com independência e imparcialidade, quando estiver presente conflito de interesses, sendo certo que o mero interesse pessoal, comercial ou do setor que representa em projeto/debate do Conselho da Cidade não caracteriza conflito de interesses, tendo em vista que o interesse no bom encaminhamento da urbanidade é interesse de todos os Conselheiros, exceto quando estes estiverem voltados para fins ilícitos, descritos no artigo 7º, VIII, deste Código de Ética.



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL “CONSELHO DA CIDADE” MANDATO 2019-2022

*Parágrafo Primeiro. Todo Conselheiro que representa uma entidade da sociedade civil, que **durante o exercício do seu mandato passar a ter vínculos funcionais e/ou formais com entidade de setor diverso daquele pelo qual foi eleito** e que originalmente representada no Conselho da Cidade, **deve solicitar por escrito seu afastamento definitivo como membro ao Presidente do Conselho da Cidade**, para que um dos membros suplentes do setor pelo qual foi indicado e eleito possa assumir a sua vaga.*

Parágrafo Segundo. Todo Conselheiro que solicitar seu afastamento definitivo em função do estabelecido no Parágrafo Primeiro deste artigo, não estará impedido de ser indicado para ocupar uma vaga como membro do Conselho da Cidade pelo poder público.

Parágrafo Terceiro. Todos os afastamentos definitivos e substituições de membros do Conselho da Cidade, sempre serão comunicados formalmente pelo Presidente do Conselho da Cidade ao mandatário do Poder Executivo Municipal, para que este, via Decreto, formalize e publique as alterações havidas na composição do Conselho da Cidade.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO DE ÉTICA

O conselheiro Rudi Soares foi indicado pela ACOMAC, e foi eleito como titular do Conselho da Cidade em terceiro lugar entre os representantes das entidades empresariais.



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL “CONSELHO DA CIDADE” MANDATO 2019-2022

01º lugar -	Marco Antonio Corsini - SINDUSCON Sindicato da Indústria da Construção Civil de Joinville
02º lugar -	Francisco Mauricio Jauregui Paz - ACIJ Associação Empresarial de Joinville
03º lugar -	Rudi Soares - ACOMAC Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção de Joinville e Região
04º lugar -	Luiz Otavio Barthol de Souza Lobo - SECOVI Norte SC Sindicato dos Condomínios e Imobiliárias
05º lugar -	Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira - CDL Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville
06º lugar -	Ivo Pruner Junior - SINDIMEC Sindicato Patronal da Indústria Metalúrgica de Jé e da Indústria Metalúrgica e Material Elétrico de Região
07º lugar -	Ademir Stepanavicius Martinez Gomes - AJORPEME
08º lugar -	Juliano Selhorst - ALOJ Associação dos Loteadores de Joinville
09º lugar -	Gabriel Klein Wolfart - SINDIPEDRAS SC Sindicato das Indústrias de Extração de Pedreiras do Estado de Santa Catarina
10º lugar -	Vanderlei Schadeck - SINDIMET Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Joinville
11º lugar -	Mirna Rúbia da Silva Comandulli - ACCA Associação Catarinense dos Construtores e Afins

**ENTIDADES EMPRESARIAIS
04 TITULARES E 04 SUPLENTEs**

O mesmo Conselheiro foi nomeado pelo prefeito Adriano Silva como Coordenador 1 em cargo comissionado da administração municipal o que estabelece um vínculo funcional com outra entidade diferente que aquela que o indicou para ser conselheiro.

Portal da Transparência Município de Joinville	
Pesquisar por nome	
Lar 13.876/2021 Acesso à Informação Ouvidoria Lei da Transparência Ajuda	
Início Recente Despesa Busca Específica Contas públicas Alcos Jurídicos Recursos Finais Cadastro de Pessoas Cadastro de Bens	
Quadro Funcional Efetivo Comissionados Cadeias Recursivas Estágios Temporários Aprendizados/Pensionistas Agente Público Cargos	
Informações do colaborador - Rubricado: João/2021	
Colaborador: 13871 - RUDI SOARES	Unidade: Prefeitura Municipal de Joinville
Lotação: Subprefeitura da Região Leste	Data admission: 08/04/2021
Cargo lotado: 320.00 Incentivos	Cargos: COORDENADOR
Situação: Transferido	Data de nomeação de cargo atual: 08/04/2021
Motivo: Comissionado	Nº ato de nomeação de cargo atual: 41816

DECRETO Nº 41.816, de 08 de abril de 2021.

Promove nomeação.



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022**

O Prefeito de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, com o art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 266/08 e a Lei Complementar nº 495, de 16 de janeiro de 2018,

NOMEIA, na Subprefeitura da Região Leste, a partir de 08 de abril de 2021:

- Rudi Soares, para o cargo de Coordenador I da Área Operacional.

Adriano Bornschein Silva

Prefeito

Por tanto a situação do Conselheiro Rudi Soares é totalmente irregular e ilegal desde o dia 8 de abril. A situação é ainda mais grave por quanto era membro do Comitê Executivo do Conselho da Cidade e continua participando ativamente das reuniões do Comitê Executivo.



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
"CONSELHO DA CIDADE"
MANDATO 2019-2022

Ata-CMDSJ-2... Salvar

14 conselheiros reclamaram, pois um conselheiro queria direito a
15 anterior. O Presidente, então, pediu a todos os conselheiros
16 manifestações, não citem nome do conselheiro Arno Ernesto K
17 reunião. O conselheiro agradeceu ao Presidente a consideração.
18 conselheiro Marcos Bustamante disse considerar insuficiente a c
19 pensou que era apenas uma introdução, e o Presidente diss
20 conselheiros receberão capacitação quando for necessário,
21 Executiva e ele mesmo estão à disposição para esclarecer c
22 tiverem dúvidas ainda. O Presidente, ao tratar do próximo item
23 Plenária por cinco minutos para que os segmentos se reunisse
24 representantes no Comitê Executivo, o que foi feito. Como res
25 Comitê Executivo do Conselho Municipal de Desenvolvimento S
26 Mandato 2019-2022: 1) conselheiro Jony Roberto Kellner, ind
27 Populares; 2) conselheiro Rudi Soares, indicado pelo segmento
28 conselheira Roselis Roesner, indicada pelo segmento dos t
29 conselheiro Francisco Ricardo Klein, indicado pelo segmento
30 conselheiro Carlos Ramiro do Amaral Godoi, indicado pelo segm
31 de Pesquisa; 6) conselheiro Francisco Barbosa Hackbarth
32 Organizações Não Governamentais, ONGs; e 7) Rafael Ben
33 Municipal. O Presidente Corsini pediu que os indicados viesse

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO SUS
Rua Max Colini, 550 - Bairro América - 89204-040 - Joinville - SC - (47) 3422-7333 - 8836-8267 - www.joinville.sc.gov.br



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
"CONSELHO DA CIDADE"
JOINVILLE - SC



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Como pode ser verificado na reprodução do documento acima. Sua participação ativa, de forma irregular e ilegal, criou uma situação insustentável pela sua atividade nas reuniões, inclusive votando, propondo pautas e se posicionando como conselheiro. Apoiando as pautas e votando alinhado com o poder público de quem hoje é funcionário em cargo comissionado.

✓ ✎ ... 46% 7:45 PM

< Ata-CMDSJ-2... Salvar 🔍 ⋮

ANEXO
(2 de 2)
REGISTRO DE PRESENÇA E JORNADA

Joinville, 7 de julho de 2021 – 19:00h – Reunião

REGISTRO DE PRESENÇA E JORNADA		
2. ENTIDADES SINDICAIS		
	CONSELHEIRO	REGISTRO
TULARES	Francisco Mauricio Jauregui Paz	Presente
	Luiz Otavio Barthol de Souza Lobo	Justificou aus.
	Marco Antonio Corsini	Presente
	Rudi Soares	Presente
PLENTES	Ademir Stepanavicius Martinez Gomes	Ausente
	Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira	Justificou aus.
	Ivo Pruner Junior	Ausente
	Juliano Selhorst	Ausente
TOTAL DE PRESENTES DESTE SEGMENTO:		3
3. ENTIDADES SINDICAIS		
	CONSELHEIRO	REGISTRO
TULARES	Arthur Gonçalves Neto	Justificou aus.



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL “CONSELHO DA CIDADE” MANDATO 2019-2022

Esta situação fere diretamente o Código de Ética do Conselho da Cidade e expõe a omissão da Secretaria Responsável pelo apoio legal e administrativo ao Conselho da Cidade (SEPUD) a própria secretaria executiva do Conselho e o Comitê executivo. No caso dos representantes da sociedade civil é um caso de omissão flagrante, porém no caso da SEPUD, da Secretaria Executiva pode ser considerado prevaricação e incompetência por se tratar de agentes públicos, com a responsabilidade de prestar apoio e gerenciar os processos administrativos do Conselho da Cidade.

Parágrafo Único. Os serviços da **Secretaria** Executiva serão desenvolvidos com o apoio técnico, operacional e administrativo do Executivo Municipal, através da Fundação IPPUJ.

É evidente a falta de zelo, de responsabilidade e de competência na gestão do Conselho da Cidade e este fato lança dúvidas e suspeitas na própria gestão dos processos mais elementares do Conselho.

É necessário que esta situação seja corrigida imediatamente, verificadas todas as atas do Conselho, do Comitê Executivo e das Câmaras das que o Conselheiro Rudi Soares tenha participado, suas atuações, seus votos, suas propostas e contribuições e sejam corrigidas.

Encaminhamos cópia deste documento a:

- Prefeito Municipal Sr. Adriano Silva,
- Procuradora Geral do Município, Christiane Schramm
- Secretário da SEPUD, Sr. Marcel Virmond Vieira
- Presidente do Conselho da Cidade,

para que sejam tomadas medidas corretivas imediatamente, sejam punidos os responsáveis e se tomem medidas para evitar que situações parecidas possam voltar a acontecer.

Cordialmente

Eraldo Jose Hostin Junior
Conselheiro da Cidade
Membro do Conselho de Ética



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
"CONSELHO DA CIDADE"
MANDATO 2019-2022

ANEXO 5

E-MAIL DO CONSELHEIRO ERALDO JOSÉ HOSTIN JÚNIOR
RECEBIDO EM 16/09/2021

20/09/2021

ZarafaWebAccess - Patricia Rathunde Santos

Patricia Rathunde Santos

De: Eraldo Jose Hosten Junior <hostinjr@gmail.com>
Enviado: Qui 16/09/2021 13:26
Para: Conselho da Cidade <conselhodacidade@joinville.sc.gov.br>
Assunto: A/c. Patricia Rathunde Santos - Secretária Executiva
Modificado: Qui 16/09/2021 14:08

Joinville, 16 de Setembro de 2021.

Ao
Conselho da Cidade
Ac. Patricia Rathunde Santos - Secretária Executiva

Com relação a situação ocorrida na última Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do dia 01/09/2021 envolvendo o "incumprimento" do Regimento Interno do conselho e sobre o qual me posicionei no chat claramente e no tempo hábil, peço que conste em "ATA", sem que fique nenhuma dúvida dos motivos do meu posicionamento, sobre a troca no meio da reunião do "conselheiro titular" Rudi Soares pelo "conselheiro suplente" Maurício Jauregui Paz, representante do segmento das Entidades Empresariais. Também considerando o atropelo do Regimento Interno um fato grave, recorrente que me causa enorme preocupação da forma como assuntos da maior seriedade são tratados com pressa, sem estudos técnicos completos e documentos comprobatórios das Entidades Interessadas que possam embasar a tomada de decisões pelos conselheiros. Lembro ainda que o secretário da SEPUD não apresentou estudo técnico imprescindível para que o tema da AEU Norte possa ser votado conscientemente e com o mínimo de embasamento por parte dos conselheiros à pressão que o próprio secretário tem tentado impor, atropelando inclusive o relator, não sendo a forma mais correta de debater os temas no Conselho da cidade. É necessário salientar ainda que a Plenária é "Soberana" e "Hierarquicamente" se situa acima do comitê executivo e qualquer outra instância do conselho. Assim portanto, para evitarmos que o assunto seja tratado em outro foro que não o adequado, solicito que este tema seja incluído na "Pauta" da próxima Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do mês de outubro de 2021 e que a votação realizada e as decisões tomadas de forma intempestiva e irregular fiquem sem efeito, até que o tema tenha tempo hábil de estudos suficientes, para que após possa ser discutido no conselho pela Plenária sem a pressa que tentou se impingir na reunião do mês de setembro/2021 e após colocada em votação.

Atenciosamente.

Eraldo José Hosten Júnior.
Conselheiro membro do Conselho da Cidade.



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO 6

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO CONSELHEIRO RUDI SOARES E SUA INFLUÊNCIA NAS DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DA CIDADE DE 08/04/2021 A 01/09/2021

Histórico de reuniões e deliberações do Conselho da Cidade entre 08/04/2021 a 22/09/2021						
Reunião	Data	Deliberações	Votações	Conselheiro Rudi Soares		
				Voto	Fala	
Conjunta das câmaras de Ordenamento e Mobilidade	28/05/2021	Aprovado, por unanimidade, o Parecer da Sepud, que é CONTRÁRIO ao PLC 16/2021, que reduz as testadas mínimas de condomínios horizontais nas Faixas Viárias de 30m para 12m e nas Faixas Rodoviárias de 50m para 18m.	25 Favoráveis 0 Contrários 0 Abstenções	Favorável	Nenhuma fala registrada	
Plenária 19	09/06/2021	Aprovada, por maioria, a ata da reunião anterior, realizada em 7 de abril de 2021 Aprovado, por maioria, o parecer das Câmaras Comunitárias Setoriais de Ordenamento Territorial e de Mobilidade Urbana sobre o Projeto de Lei Complementar 16/2021, que reduz as testadas mínimas de condomínios horizontais nas Faixas Viárias de 30m para 12m e nas Faixas Rodoviárias de 50m para 18m	21 Favoráveis 0 Contrários 2 Abstenções 30 Favoráveis 0 Contrários 1 Abstenção	Não participou desta reunião		
Plenária 20	07/07/2021	Aprovada, por maioria, a ata da reunião anterior, realizada em 9 de junho de 2021	25 Favoráveis 0 Contrários 4 Abstenções	Favorável	Nenhuma fala registrada	
Conjunta das câmaras de Ordenamento, Promoção e Qualificação	28/07/2021	As câmaras aprovaram o mérito, por maioria, do Anteprojeto de lei do Executivo que altera a Lei de Estruturação e Ordenamento Territorial (LC 470/2017), permitindo novas atividades econômicas no Setor de Adensamento Prioritário (SA-01) e no Setor Especial de Interesse Cultural (SE-01)	19 Favoráveis 0 Contrários 1 Abstenção	Não participou desta reunião		
		Não houve votação, mas as câmaras aprovaram o mérito do Anteprojeto de lei do Legislativo que altera a LC 470/2017, incluindo startups como atividades profissionais, científicas e técnicas				
		As câmaras aprovaram, por maioria, o Projeto de Lei Complementar 17/2021, que altera a Lei de Ordenamento Territorial LOT (LC 470/2017) ao criar o Setor Especial SE-06A "Parati", incluindo imóveis localizados na Estrada Parati e na Rua Rioleite Knittel em perímetro urbano	16 Favoráveis 0 Contrários 1 Abstenção			
Plenária 21	04/08/2021	Aprovada, por unanimidade, a ata da reunião anterior, realizada em 7 de julho de 2021	41 Favoráveis 0 Contrários 0 Abstenções	Favorável	Nenhuma fala registrada	
		Aprovado o mérito, por unanimidade, do Anteprojeto de lei do Executivo que altera a Lei de Estruturação e Ordenamento Territorial (LC 470/2017), permitindo novas atividades econômicas no Setor de Adensamento Prioritário (SA-01) e no Setor Especial de Interesse Cultural (SE-01) (aguardando PLC oficial)	36 Favoráveis 0 Contrários 2 Abstenções	Favorável		
		Aprovado o mérito, por maioria, do Anteprojeto de lei do Legislativo que altera a LC 470/2017, incluindo startups como atividades profissionais, científicas e técnicas (aguardando PLC oficial)	37 Favoráveis 0 Contrários 4 Abstenções	Favorável		
		Aprovado, por maioria, o Projeto de Lei Complementar 17/2021, que altera a Lei de Ordenamento Territorial LOT (LC 470/2017) ao criar o Setor Especial SE-06A "Parati", incluindo imóveis localizados na Estrada Parati e na Rua Rioleite Knittel em perímetro urbano	37 Favoráveis 2 Contrários 3 Abstenções	Favorável		
Conjunta das câmaras de Ordenamento e Qualificação	30/08/2021	As câmaras aprovaram, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar 33/2021, que isenta a destinação de áreas para equipamentos urbanos e/ou comunitários, áreas de lazer e recreação e espaços livres para uso público, independentemente do tamanho do lote a ser desmembrado, nos casos de parcelamento do solo na modalidade de desmembramento	17 Favoráveis 0 Contrários 0 Abstenções	Não participou desta reunião		
Plenária 22	01/09/2021	Aprovada, por unanimidade, a ata da reunião anterior, realizada em 4 de agosto de 2021	32 Favoráveis 0 Contrários 0 Abstenções	Favorável	Nenhuma fala registrada	
		Inversão da ordem do dia	32 Favoráveis 0 Contrários 0 Abstenções	Não se manifestou		
		Aprovado, por unanimidade, a integral do Projeto de Lei Complementar 33/2021, que isenta a destinação de áreas para equipamentos urbanos e/ou comunitários, áreas de lazer e recreação e espaços livres para uso público, independentemente do tamanho do lote a ser desmembrado, nos casos de parcelamento do solo na modalidade de desmembramento	32 Favoráveis 0 Contrários 0 Abstenções (Maurício Jauregui votou a favor)	Rudi Soares registrou saída antecipada e o conselheiro Maurício Jauregui passou a votar		
		Aprovado, por maioria, o envio da ressalva ao PLC 33/2021, para que a isenção da doação de área limite-se a desmembramentos de 2 a 19 lotes.	28 Favoráveis 5 Contrários 5 Abstenções (Maurício Jauregui votou contra)			
		Aprovado, por maioria, os índices acordados pelo Grupo de Trabalho sobre as Áreas de Expansão Urbana - GT AEUs para a Área de Expansão Urbana Norte	22 Favoráveis 2 Contrários 6 Abstenções (Maurício Jauregui votou a favor)			



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL “CONSELHO DA CIDADE” MANDATO 2019-2022

ANEXO 8

ORIENTAÇÕES PARA AS REUNIÕES POR VIDEOCONFERÊNCIA

Orientações para reuniões da Plenária do
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, “Conselho da Cidade”
por videoconferência

1. Plataforma Google Meet

- Para uso no celular é necessário baixar o aplicativo Google Meet ou Gmail na loja de aplicativos;
- Para uso no computador, basta acessar a reunião diretamente pelo navegador utilizando o link da reunião;
- Para ingressar em uma reunião clique em “Continuar” e “Participar agora”.

2. Registro de Presença

Cada conselheiro deve **escrever seu nome completo** no bate-papo, assim que ingressar na sala virtual. Apenas dessa forma a presença será validada.

3. Pedido de fala

Mantenha o microfone desligado durante a reunião. Quando quiser manifestar-se ou realizar alguma pergunta, o conselheiro **deve solicitar a palavra no bate-papo**. Ative o microfone apenas quando for autorizado, pelo Presidente do Conselho da Cidade, a falar.

4. Votação

Apenas os titulares de cada segmento social terão direito a voto (ou suplentes, quando faltar algum titular). **Os votos devem ser registrados no bate-papo** de acordo com as orientações do presidente.

5. Saída antecipada

Caso precise se ausentar antes do término da reunião, o conselheiro deve **informar sua saída** no bate-papo para atualização do quorum.



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022**

ANEXO IV

**ATA DA REUNIÃO CONJUNTA
DAS QUATRO CÂMARAS COMUNITÁRIAS SETORIAIS
DO CONSELHO DA CIDADE**

Joinville, 5 de outubro de 2021

1 No quinto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta minutos, foi
2 realizada a reunião conjunta de todas as Câmaras Comunitárias Setoriais do Conselho
3 Municipal de Desenvolvimento Sustentável: Ordenamento Territorial e Integração Regional;
4 Promoção Econômica e Social; Qualificação do Ambiente Natural e Construído e Mobilidade
5 Urbana, em atendimento à demanda encaminhada pelo Presidente do Conselho da Cidade
6 Marco Antonio Corsini, com o aval do Comitê Executivo, para analisar os seguintes Projetos de
7 Lei Complementar: **1)** PLC 7/2021, que revoga a Lei de Indução ao Desenvolvimento
8 Sustentável, Lei complementar 524/2019 (IPTU Progressivo); **2)** Substitutivo ao PLC 39/2021,
9 sobre instalação de startups nas regras de uso do solo no Município de Joinville; **3)** PLC
10 43/2021, que institui o Setor Especial de Interesse de Turismo Náutico no território do Município
11 de Joinville - SE-10; E **4)** PLC 21/2021, que altera a Lei Complementar nº 470/2017,
12 possibilitando o acondicionamento de produtos em embalagens individuais na Área Urbana de
13 Adensamento Prioritário (AUAP). A reunião ocorreu por videoconferência, em quatro espaços



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

19 virtuais: **Sala 1**, das 08:20h às 09:16h: meet.google.com/yxj-xtyg-brt; **Sala 2**, das 09:17h às
20 10:09h: meet.google.com/jid-tvze-ofr; **Sala 3**, das 10:10h às 11:03h: meet.google.com/usp-uhkt-phh;
21 **Sala 4**, das 11:04h às 11:11h: meet.google.com/txz-phrg-zkd. No início da reunião ficou acordado
22 que o Coordenador Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira coordenaria os trabalhos, ao menos
23 inicialmente. 1) Assim sendo, Guilherme agradeceu pela presença dos conselheiros, e logo
24 passou a palavra ao conselheiro Marco Aurélio Chianello, Gerente de Planejamento da Sepud,
25 para a apresentação do primeiro item da pauta, a análise do PLC 7/2021, de autoria do
26 Vereador Wilian Tonezi, que revoga a Lei de Indução ao Desenvolvimento Sustentável, Lei
27 complementar 524/2019 (que estabelece o IPTU Progressivo). Chianello apresentou um breve
28 histórico das discussões sobre esse assunto havidas no Conselho da Cidade, desde o ano de
29 2015, como pode ser observado no Anexo 4 desta ata e, ao final, disse que a Sepud respeita
30 esse processo de construção dos instrumentos de indução ao Desenvolvimento e não vê
31 motivo para discutir novamente o mérito desse tema. O Coordenador Guilherme perguntou
32 sobre a área de abrangência do IPTU Progressivo no Município, e Chianello disse que é só na
33 área de adensamento prioritário. Aberta a palavra aos demais, o conselheiro Miguel João
34 Moreira falou que o Consultor Técnico Legislativo da Câmara de Vereadores, Julio Cezar Petto
35 de Souza, fez um estudo muito interessante, com a projeção da área onde recai o IPTU
36 Progressivo no Município de Joinville, mostrando que é exatamente nos locais onde há maior
37 investimento municipal em infraestrutura. Miguel disse que esse instrumento é muito importante
38 e muito útil para a cidade, e deve ser mantido, finalizou. O conselheiro Marco Antonio Corsini
39 disse que esse tema foi ampla e exaustivamente discutido no Conselho da Cidade. Ele lembrou
40 que a primeira minuta que veio para o Conselho tinha ideia arrecadatória, e incidia sobre
41 muitas áreas da cidade. Isso mudou no Conselho da Cidade, que sugeriu que esse instrumento
42 fosse implementado, inicialmente, em poucas áreas, e com o passar do tempo poderia incidir,
43 gradativamente, sobre outras áreas. Ele disse que esse instrumento já mostrou ser efetivo, pois
44 é nítida a procura por ocupação de vários vazios urbanos e, até o momento, não tem
45 conhecimento de que alguém tenha sido penalizado. Inclusive, disse ele, a ideia não é
46 penalizar e tirar direitos, mas levar o desenvolvimento. Esse processo foi construído em muitas
47 reuniões, não em uma ou duas, e por muito tempo, e a lei de Indução ao Desenvolvimento
48 Sustentável é um instrumento muito importante para a cidade. Corsini também lembrou que, na
49 qualidade de Presidente do Conselho da Cidade, foi convidado pela Câmara de Vereadores
50 para participar da Audiência Pública sobre esse tema e, na impossibilidade de participar, ele
51 enviou um ofício à CVJ justificando sua ausência e informando que o Conselho da Cidade
52 considera muito importante esse instrumento, fruto de todas as discussões que aconteceram



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

53 no Conselho da Cidade, inclusive com o envio de todas as atas das reuniões, como pode ser
54 observado no Anexo V da Ata 20, referente à reunião plenária realizada no dia 07/07/2021. O
55 conselheiro Corsini disse que não vê necessidade alguma de revogar essa lei, que foi feita com
56 muito critério pensando somente no melhor para Joinville, finalizou. O conselheiro Arno Ernesto
57 Kumlehn disse que o IPTU Progressivo no tempo não é um instrumento financeiro, é a indução
58 ao prosperar sustentável da cidade, a otimização das estruturas, fazer com que a estrutura
59 disponível seja utilizada. É necessário que haja constante discussão sobre o tema, disse ele,
60 para eventualmente ampliar a área de aplicação desse instrumento. Arno lembrou que esse é
61 um instrumento fim, não é o começo do processo, que é a indução compulsória. O processo
62 está em andamento, a Prefeitura deve primeiro notificar os proprietários, informando que o
63 imóvel deve ser utilizado. As áreas de aplicação devem ser reestruturadas, de forma que a
64 aplicação aconteça onde urgentemente se deseja a ocupação. O conselheiro Francisco
65 Maurício Jauregui disse que nem sempre se consegue o que se quer, mas numa democracia
66 devemos respeitar a maioria. Ele disse que concorda com as falas anteriores, e falou que a
67 Sepud deveria fazer um estudo e dar celeridade para que a ocupação desses lugares
68 aconteça. O conselheiro Antônio Maurino Fagundes falou de sua preocupação com as áreas
69 grandes nos bairros, que deveriam ser preservadas para que, no futuro, possam ser instalados
70 grandes empreendimentos que sirvam à comunidade ao redor, como shoppings e
71 supermercados, por exemplo, e não deveriam ser forçadas a uma ocupação qualquer, como a
72 construção de kitnetes, por exemplo. O Coordenador Guilherme esclareceu que o IPTU
73 Progressivo não incide na periferia da cidade, mas somente no Setor de Adensamento
74 Prioritário, ou seja, nas áreas mais centrais de Joinville, em que não há famílias de baixa renda
75 que possam ser prejudicadas. A maioria dos bairros não é atingida por essa regra, que é só
76 para as áreas onde existe melhor infraestrutura da cidade, como elétrica, esgoto, hospitais, etc.
77 São áreas específicas e bem delimitadas, disse Guilherme, e o IPTU Progressivo é um
78 fomentador da utilização daquilo que custou mais caro para a cidade. Se o imposto de toda a
79 comunidade foi parar lá, precisa utilizar, finalizou. O conselheiro Jony Roberto Kellner disse que
80 a Sepud deve avaliar constantemente as áreas de aplicação do IPTU Progressivo, e perguntou
81 ao conselheiro Arno se ele considera que alguma área deva ser incluída ou retirada da
82 aplicação desse instrumento. O conselheiro Arno Kumlehn respondeu que sim, que há locais
83 em que estão construindo barracos somente para evitar a notificação, é só observar por aí,
84 mas disse que não quer dar essas informações. O conselheiro Marco Aurélio Chianello disse
85 que há uma programação, que as primeiras notificações serão feitas no Setor Especial de
86 Interesse Cultural, SE-01, pela Sepud, e as próximas serão feitas pela Secretaria da Fazenda.



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

87 Até o momento nenhum proprietário de imóvel não utilizado teve que pagar o IPTU
88 Progressivo. Chianello mostrou, no mapa, que os primeiros a serem notificados estão no SE-
89 01, e os próximos serão os imóveis situados no Setor de Adensamento Prioritário, SA-01. O
90 conselheiro Arno Kumlehn disse que havia feito um cálculo e que, se o IPTU Progressivo fosse
91 implementado em 2015, as primeiras cobranças aconteceriam em 2022; como o instrumento foi
92 regulamentado mais tarde, as primeiras cobranças devem acontecer somente em 2026. O
93 conselheiro Corsini disse que são sete anos de progressão, que vai de 3% a 15%, e lembrou
94 que a lei trouxe critérios também. Foi discutido amplamente, de forma que não ficasse
95 engessado a ponto de inviabilizar, mas estabeleceu limites. O Coordenador Guilherme disse
96 que o Art. 6º da Lei Complementar 524/2019 é bem específico, e se o proprietário instalar
97 apenas um barraco, vai ter que pagar IPTU Progressivo da mesma forma. O conselheiro Marco
98 Chianello exemplificou que, em 1.000m², a ocupação deve ter pelo menos 70m². O conselheiro
99 Jony Kellner disse que há uma disseminação enorme de estacionamentos de veículos na área
100 central da cidade, e perguntou se esses espaços são considerados ocupados. Chianello disse
101 que sim, pois são atividades econômicas, como está previsto no § 2º do Art. 6º da Lei
102 Complementar 524/2019. Não havendo mais manifestações, o Coordenador Guilherme colocou
103 em votação o parecer da Sepud, pela rejeição do PLC 07/2021. Assim sendo, nessa **primeira**
104 **votação**, os conselheiros aprovaram, por maioria, o parecer da Sepud, com vinte e oito votos a
105 favor, nenhum voto contrário e uma abstenção. Dos trinta e um conselheiros participantes da
106 reunião nesse momento, dois não se manifestaram. Em seguida, o Coordenador Guilherme
107 sugeriu a troca de sala, pois a conexão cairia em breve, pela limitação de uma hora, o que foi
108 feito. 2) Dando continuidade aos trabalhos, Guilherme passou a palavra ao arquiteto e
109 urbanista José Emídio de Barros Filho, para a apresentação sobre o segundo item da pauta, o
110 Substitutivo ao PLC 39/2021, de autoria do Vereador Alisson Julio, sobre instalação de startups
111 nas regras de uso do solo no Município de Joinville. Emídio explicou que esse tema já foi
112 tratado pelo Conselho da Cidade, em reunião anterior, e esclareceu que a Sepud acolhe o
113 mérito do projeto de lei, mas é de parecer que as Startups possam ser instaladas, num primeiro
114 momento, até que sejam devidamente regulamentadas, apenas nos Setores Especiais de
115 Interesse Educacional, SE-03, conforme consta no Anexo 5 desta ata. Após a apresentação, o
116 Coordenador Guilherme abriu a palavra para os conselheiros e o conselheiro Jony Kellner
117 perguntou como era o projeto de lei original. Emídio explicou que, originalmente, o PLC
118 permitia startups por todo o município, inclusive nas áreas rurais e de preservação ambiental,
119 desde que as legislações específicas permitissem. Emídio esclareceu que startup não é
120 atividade econômica, mas um modelo de negócio. O CNAE, que é o código de Classificação



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

121 Nacional de Atividades Econômicas, não prevê a condição de startup. Startups são empresas
122 de inovação, bem especificadas em regulação federal, e precisam comprovar que são
123 inovadoras. O Município deve regular sobre as startups, e neste momento apenas os setores
124 educacionais têm condições de fazer o controle disso. O conselheiro Arno Kumlehn falou sobre
125 o Decreto 37.181, de 19/01/2020, que “dispõe sobre o grau de risco das atividades
126 econômicas, para efeito da concessão de alvará de licença para localização e permanência e
127 permissão para exercício de atividade,” e sugeriu vincular esse decreto, de alguma forma, na
128 lei das startups. Ele falou sobre diversos tipos de negócios, como o B2B (Business to Business
129 - de empresa para empresa: modelo de negócios em que o cliente final é uma empresa, e não
130 pessoa física), o B2C (Business to Consumer - de empresa para consumidor) e o B2G
131 (Business to Government - de empresa para governo: modelo de compra de soluções
132 tecnológicas por governos, que proporcionem impacto social mensurável). Arno falou em
133 marketplace, que é um local onde se faz comércio de bens e serviços, que pode ser físico ou
134 virtual, e disse que sempre há necessidade de um espaço físico e pode gerar algum tipo de
135 impacto. Ele disse que quer que a cidade tenha garantias contra impacto e risco, e perguntou
136 se não seria mais prudente permitir startups somente nas Faixas Viárias. O importante é que
137 haja alguma forma de controle, e no PLC apresentado não há. O arquiteto Emídio falou que a
138 ideia é permitir a instalação de startups apenas nos setores especiais de interesse educacional,
139 independente do CNAE, enquanto não regularmos essa questão no Município. A arquiteta e
140 urbanista Juliete dos Santos, Assessora Técnica do Conselho da Cidade, frisou que o
141 substitutivo do PLC 39/2021 veio com a proposta de permitir startups na cidade toda, e a
142 Sepud é que sugere limitar aos setores de interesse educacional. O conselheiro Maurício
143 Jauregui disse que startups não são empresas grandes, e sugeriu que seja incluída mais uma
144 restrição, de forma que o porte não exceda a 500m². Isso pode ajudar a regular mais a questão
145 do risco também, finalizou ele. O conselheiro Arno Kumlehn lembrou que o PLC permite
146 startups em qualquer lugar, de qualquer CNAE. Em sua opinião, se ficar somente nas SE-03,
147 não tem problema. Arno chamou a atenção quanto ao SE-03 da Curva da UFSC, que ainda
148 não está regulamentada, e ainda é Área Rural de Utilização Controlada, ARUC. O Coordenador
149 Guilherme disse que não somos uma ilha isolada no mundo, e a questão das startups é
150 mundial, e geram empregos e tributos. Ele disse que é importante saber como esse tema está
151 sendo tratado em outras cidades do mesmo tamanho que Joinville, e lembrou que o Bairro
152 América é uma das áreas mais bem construídas com o dinheiro público de nossa cidade. Em
153 sua opinião, seria interessante permitir startups nesse bairro, para ocupar os vazios urbanos, já
154 que essas empresas são setores que trazem altíssimo rendimento para a sociedade. José



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

155 Emídio disse que fez uma rápida pesquisa, e algumas cidades já regulamentaram as startups.
156 No entendimento da Sepud, startups poderiam se instalar em qualquer lugar da cidade.
157 Quando a Sama emite o alvará de localização, isso é feito conforme o CNAE. Se o CNAE não
158 for permitido em determinado local, o executivo não pode autorizar. Antes que tenhamos um
159 marco regulatório para essa questão, as universidades podem controlar isso, monitorar o
160 crescimento, pois a partir de certo momento em que a empresa já desenvolveu o produto, está
161 fabricando e vendendo, ela deixa de ser startup. Emídio disse que a Sepud vai começar a
162 estudar o marco regulatório, de forma mais aprofundada, para que possa ser aplicado na
163 cidade toda. A ideia é não fechar a questão, a cidade precisa crescer, e a nossa lei é
164 regulamentada com base no CNAE. O conselheiro Arno reiterou que considera importante
165 vincular ao parecer alguma garantia quanto ao risco, atrelado ao Decreto 37.181/2020,
166 mencionando também a Lei Complementar 123, de 14/12/2006, que institui o Estatuto Nacional
167 da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Emídio esclareceu que o CNAE é a base
168 da nossa Lei de Ordenamento Territorial, a LC 470/2017, e essa lei já traz o marco regulatório
169 de riscos - o único detalhe é que startups não estão previstas no CNAE. A Sepud sugeriu
170 permitir startups no SE-03 porque são condomínios que podem regular e controlar essas
171 empresas. O conselheiro Jony Kellner disse que muitas coisas vão mudar com a vinda da
172 tecnologia do 5G, e disse que concorda com o posicionamento da Sepud, de permitir startups
173 somente nos SE-03. Não havendo mais manifestações, o Coordenador Guilherme colocou o
174 parecer da Sepud em votação. Assim sendo, nesta **segunda votação**, os conselheiros
175 aprovaram, por maioria, o parecer da Sepud, de acolher o mérito do substitutivo ao PLC
176 39/2021, mas permitir startups somente nos Setores Especiais de Interesse Educacional - SE-
177 03. Foram 27 votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção, e dos trinta e um
178 conselheiros participantes nesse momento, três não se manifestaram. Registramos que o
179 conselheiro Arno Kumlehn havia sugerido acrescentar à proposta da Sepud a vinculação com o
180 Decreto 37.181/2020, sobre o grau de risco das empresas, mas retirou a proposta, tendo em
181 vista que a proposta da Sepud já contempla essa questão, já que estabelece startups somente
182 nos setores universitários, como falou o Coordenador Guilherme; que o grau de risco não está
183 vinculado aos setores, mas ao macrozoneamento, e não é possível restringir o risco do SE-03,
184 pois está no setor industrial, que é o mais permissivo, como esclareceu José Emídio,
185 lembrando ainda que na ARUC o risco é zero. O conselheiro e Presidente do Conselho da
186 Cidade, Marco Antonio Corsini, lembrou aos conselheiros que o uso do chat nas reuniões deve
187 ser somente para registrar presença, votar e pedir para falar. Por estar quase fechando mais
188 uma hora de reunião, o Coordenador Guilherme sugeriu mudar de sala antes de iniciar o



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

189 próximo assunto, o que foi feito. 3) Passando ao próximo item da pauta, o Coordenador
190 Guilherme passou novamente a palavra ao arquiteto e urbanista José Emídio, para apresentar
191 o PLC 43/2021, de autoria do Vereador Wilian Tonezi, que institui o Setor Especial de Interesse
192 de Turismo Náutico no território do Município de Joinville - SE-10, conforme Anexo 6 desta ata.
193 Ele disse que a justificativa do PLC é que há um grande potencial para o desenvolvimento
194 econômico na área do turismo em conjunto com o setor náutico. O PLC propõe que quatro
195 áreas passem a ser SE-10, nas seguintes localidades: Cubatão, Iririú Mirim, Espinheiros e
196 Centro. Inicialmente, ficou acordado que seria feita a apresentação, o debate e a votação sobre
197 cada um desses pontos individualmente, mas depois decidiu-se que o debate e a votação dos
198 três últimos itens seriam feitos em bloco, após a apresentação. 3a) Cubatão. Essa parte da
199 proposta amplia o perímetro urbano, transforma Área Rural de Utilização Controlada, ARUC em
200 Área Urbana de Uso Controlado, AUAC e insere o SE-10. Por envolver uma expansão do
201 perímetro urbano, explicou Emídio, essa proposta deveria ser caracterizada como uma emenda
202 da revisão do Plano Diretor, requerendo procedimentos estabelecidos pela Lei 10.257/2001 -
203 Estatuto da Cidade, art. 42-B, incisos I a VI. Após a apresentação, o Coordenador Guilherme
204 abriu a palavra aos conselheiros. O conselheiro Maurício Jauregui observou que as atividades
205 propostas já são permitidas em áreas rurais, como pesca, e Emídio disse que sim, não há
206 necessidade de mudar a lei, as atividades são permitidas, só os índices de ocupação do solo é
207 que são mais restritivos. Emídio disse que a Sepud não acolheu o mérito porque a proposta é
208 de ampliação do perímetro urbano, mas não é contra essas atividades. O conselheiro Jauregui
209 sugeriu fazer um parecer sugerindo um caminho alternativo, e não apenas responder que não é
210 possível. Emídio disse que projetos de lei são objetivos, e o parecer deve ser objetivo também.
211 Ele disse que a Sepud tem conversado com os Vereadores para encontrar outros caminhos. O
212 conselheiro Miguel João Moreira observou que o parecer da Sepud é similar para as quatro
213 áreas propostas. Ele disse que a proposta da CVJ não foi a mais adequada, mas o tema das
214 questões náuticas em Joinville é muito importante. Marinas, ocupação das baías, usos
215 residenciais, o tema gera interesse, disse ele, ao perguntar se já tem algo pensado para o
216 turismo e condomínios voltados a essa atividade. Ele disse que Joinville tem público para esse
217 tema, e precisa dar atenção ao turismo náutico. O conselheiro Arno disse que concorda com o
218 conselheiro Miguel, e lembrou que para transformar área rural em urbana é preciso seguir o rito
219 estabelecido no Art. 42 do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001 e na Lei 12.608/2012, que
220 determinou a organização e o fortalecimento da defesa civil em todos os níveis — federal,
221 estadual e municipal. Mas ele falou em Áreas de Urbanização Especial, que devem ser
222 previstas para área rural, onde há a dificuldade de parcelamento do solo. Ele lembrou também



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

223 que é necessário considerar o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, e disse que o
224 Estado está fazendo um estudo de ligação náutica entre Itapoá e São Francisco do Sul. Arno
225 disse que concorda com a Sepud, a proposta altera itens que não podem ser alterados sem
226 esse rito legal. Emídio disse que a Sepud concorda com as falas dos três conselheiros, e está
227 trabalhando na revisão da LOT. A Sepud não vê esses PLCs como entraves, disse ele, pois
228 servem como provocação para uma discussão mais profunda. Hoje todas as atividades são
229 permitidas na área, com restrições. Precisamos refletir sobre o que o setor náutico realmente
230 precisa para se desenvolver plenamente, sem precisar mudar a lei dessa forma. O conselheiro
231 Jony Kellner disse que tem acompanhado as Audiências Públicas do Plano Diretor e, em sua
232 percepção, a CVJ deve resolver essa questão. O Coordenador Guilherme lembrou que o
233 parecer da Sepud é pela rejeição do PLC, e sua sugestão é de que a Sepud busque
234 alternativas, dentro do que a lei permite, para possibilitar o desenvolvimento do setor náutico no
235 município. Guilherme ressaltou que a Sepud não é contrária ao desenvolvimento náutico, só é
236 contrária à forma como foi apresentado. Finalizadas as manifestações, o Coordenador colocou
237 em votação o parecer da Sepud sobre a primeira parte do PLC 43/2021, SE-10 Cubatão.
238 Nessa **terceira votação**, os conselheiros aprovaram, por maioria, o parecer da Sepud,
239 contrário ao PLC 43/2021. Foram 23 votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção.
240 Dos vinte e oito conselheiros participantes, quatro não se manifestaram. Em seguida, o
241 Coordenador Guilherme colocou em votação a recomendação de que a Sepud faça estudos e
242 propostas para o melhor desenvolvimento do setor náutico. Nessa **quarta votação**, por
243 maioria, os conselheiros aprovaram a recomendação à Sepud. Foram dezoito votos favoráveis,
244 nenhum voto contrário e cinco abstenções. Dos vinte e oito conselheiros participantes naquele
245 momento, cinco não se manifestaram. Registramos que o Coordenador Guilherme precisou
246 ausentar-se da reunião logo após a quarta votação, e a partir desse momento o conselheiro
247 Francisco Maurício Jauregui Paz passou a coordenar os trabalhos. Registramos que o
248 conselheiro Jony sugeriu tratar as três últimas áreas do PLC em bloco, sugestão aceita pelo
249 Coordenador Jauregui. Assim sendo, José Emídio passou a apresentar a proposta do PLC
250 43/2021 sobre: **3b)** Iriú Mirim, que transforma a Área Urbana de Preservação Ambiental, AUPA
251 em Área Urbana de Adensamento Controlado, AUAC e transforma em SE-10 o Setor de
252 Adensamento Controlado, SA-04 e o Setor Especial de Conservação de Várzea, SE-05; **3c)**
253 Espinheiros, que mantém a Área Urbana de Adensamento Controlado, AUAC e transforma em
254 SE-10 o Setor de Adensamento Controlado, SA-04; **3d)** Centro, que mantém a Área Urbana de
255 Proteção Ambiental, AUPA e transforma em SE-10 o Setor de Adensamento Especial, SE-05.
256 Após a apresentação, o Coordenador Jauregui abriu a palavra para as manifestações dos



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

257 conselheiros. O conselheiro Arno Kumlehn disse que vê problema com relação à AUPA, que já
258 tem usos regulamentados. Quanto ao Espinheiros, Arno disse que é uma ilha e deveria ser
259 tratada inteiramente como setor de interesse náutico, respeitando os setores que já existem na
260 área, já que a intenção é fomentar o turismo náutico e a economia relacionada. Quanto ao
261 Centro, Arno disse que deve-se esperar as novas regras do Congresso Nacional, e depois
262 regulamentar a questão da ocupação das margens dos rios urbanos. Ele finalizou dizendo que
263 os pareceres da Sepud estão corretos, e ele concorda inteiramente. O conselheiro Eraldo disse
264 que concorda com as palavras do conselheiro Arno. O conselheiro Corsini falou sobre sua
265 dúvida quanto ao gabarito no Espinheiros, que muda de nove para quinze metros, e disse que
266 também concorda com o parecer da Sepud. Emídio respondeu que o PLC não traz justificativa
267 sobre esse aumento do gabarito, apenas muda no anexo. Ele disse que precisamos evoluir no
268 assunto, fazer uma discussão mais ampla. A área já é consolidada, já tem turismo náutico,
269 disse Emídio. Tendo em vista a proximidade do fim de mais essa hora de reunião, o
270 Coordenador Jauregui sugeriu criar uma quarta sala, para que a votação seja feita com
271 tranquilidade, o que foi feito. Não havendo mais manifestações, o Coordenador Jauregui
272 colocou em votação o parecer da Sepud, pela rejeição do PLC 43/2021. Assim sendo, na
273 **quinta votação**, por maioria, os conselheiros aprovaram o parecer da Sepud, que rejeita o PLC
274 43/2021, agora referente aos setores Iririu Mirim, Espinheiros e Centro. Foram quinze votos
275 favoráveis, nenhum voto contrário e duas abstenções. Dos vinte e cinco conselheiros
276 participantes naquele momento, oito não se manifestaram. Dado o adiantado da hora e sem
277 mais manifestações, o Coordenador Jauregui deu por encerrada a reunião, às onze horas e
278 dez minutos. Ficou acordado que será agendada nova reunião para dar continuidade aos
279 trabalhos, pois não foi possível abordar o último item da ordem do dia, o PLC 21/2021 sobre
280 acondicionamento de embalagens. Registram saída antecipada: Marcos Fortes Santos de
281 Bustamante, às 10:09h; Artur Alfredo Schemmer, às 10:09h, Cléia Aparecida Clemente Giosole,
282 às 10:17h; Laércio Batista, às 10:36h; Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira, às 10:43h;
283 Roselis Roesner, às 11:01 e Mateus Szomorovsky, às 11:03h. Registramos que nos Anexos 1a,
284 1b, 1c e 1d constam as listas de presença de cada câmara, no Anexo 2 consta o demonstrativo
285 de participação de cada câmara setorial nesta reunião e no Anexo 3 constam os resultados das
286 votações. Registramos a presença dos arquitetos e urbanistas José Emídio de Barros Filho e
287 Samara Braun, da Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável. Esta
288 reunião contou com o apoio das arquitetas e urbanistas Juliete dos Santos e Sabrina Aparecida
289 Lopes Roman, Assessoras Técnicas do Conselho da Cidade e de Maiara Lindroth, estagiária
290 de arquitetura da Sepud. Eu, Patrícia Rathunde Santos, Secretária Executiva do Conselho da



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022**

- 291 Cidade, lavrei esta ata que, após aprovada, será parte integrante da ata da reunião plenária do
292 Conselho da Cidade em que for tratada, prevista para o dia seis de outubro deste ano. Joinville,
293 cinco de outubro de dois mil e vinte e um.

Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira
Coordenador da Câmara de Mobilidade Urbana

Francisco Maurício Jauregui Paz
Coordenador da Câmara de Ordenamento Territorial e Integração Regional

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022**

**1) CÂMARA COMUNITÁRIA SETORIAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL
E INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Francisco Maurício Jauregui Paz
Coordenador

Marcos Alexandre Polzin
Relator

2) CÂMARA COMUNITÁRIA SETORIAL DE PROMOÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Victor Albert Batista da Silva
Coordenador (interino)

Victor Albert Batista da Silva
Relator

**3) CÂMARA COMUNITÁRIA SETORIAL DE QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL E
CONSTRUÍDO**

Marcelo Hack
Coordenador

Sérgio José Brugnago
Relator

4) CÂMARA COMUNITÁRIA SETORIAL DE MOBILIDADE URBANA

Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira
Coordenador

(Luiz Fernando Hagemann)
Relator (a ser designado)



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO 1 a

REGISTRO DE PRESENÇA DA CÂMARA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL

REUNIÃO CONJUNTA DE CÂMARAS

Joinville, 05/10/2021

REGISTRO DE PRESENÇA DA
CÂMARA COMUNITÁRIA SETORIAL
DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL

1. MOVIMENTOS POPULARES		
1	Antônio Maurino Fagundes	Presente
2	Arno Ernesto Kumlehn	Presente
3	Artur Alfredo Schemmer	Presente
4	Cléia Aparecida Clemente Giosole	Presente
5	Ivadir Hardt	Justificou ausência
6	Luiz Alves Castanha	Ausente
7	Marcelo Goll	Presente
8	Ney Peres	Ausente
2. ENTIDADES EMPRESARIAIS		
1	Francisco Maurício Jauregui Paz	Presente
2	Luiz Otávio Barthol de Souza Lobo	Presente
3. ENTIDADES SINDICAIS DE TRABALHADORES		
1	Roselis Roesner	Presente
4. ENTIDADES PROFISSIONAIS		
1	Francisco Ricardo Klein	Ausente
2	Rogério de Oliveira	Ausente
5. ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA		
1	Valter Vander de Oliveira	Ausente
2	VACANTE	
6. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS		
1	Francisco Barbosa Hackbarth	Presente
7. PODER PÚBLICO MUNICIPAL		
1	Gisele Cristine da Silva	Desligamento
2	Jean Rodrigues da Silva	Ausente
3	Luiz Anselmo Merlin Tourinho	Ausente
4	Marcel Virmond Vieira	Ausente
5	Marco Aurélio Correa	Presente
6	Marcos Alexandre Polzin	Justificou ausência
7	Máximo Luiz Pereira	Ausente
8	Neide Mary Camacho Solon	Presente
9	Regiane Cristina Klug Patrício	Ausente
10	Schirlene Chegatti	Desligamento
Total de presentes desta câmara:		11



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO 1 b

REGISTRO DE PRESENÇA DA CÂMARA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

REUNIÃO CONJUNTA DE CÂMARAS

Joinville, 05/10/2021

REGISTRO DE PRESENÇA DOS CONVIDADOS DA CÂMARA COMUNITÁRIA SETORIAL
CÂMARA COMUNITÁRIA SETORIAL DE PROMOÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

1. MOVIMENTOS POPULARES		
1	Altahir Dominoni Sobrinho	Ausente
2	Ana Maria Vavassori	Ausente
3	Eugênio Pacelli Paz Vieira da Costa	Ausente
4	Gustavo Munhoz de Oliveira	Ausente
5	Julia Michelle Conti	Ausente
6	Julio César Vieira	Ausente
7	Luiz Tarquinio Sardinha Ferro	Ausente
8	Patrícia Vitória Reinhardt Boros	Ausente
2. ENTIDADES EMPRESARIAIS		
1	Ademir Stepanavicius Martinez Gomes	Ausente
2	Ivo Pruner Junior	Ausente
3. ENTIDADES SINDICAIS DE TRABALHADORES		
1	VACANTE	-
4. ENTIDADES PROFISSIONAIS		
1	Dieter Neermann	Ausente
2	João Eduardo Demathé	Ausente
5. ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA		
1	Carlos Ramiro do Amaral Godoi	Justificou ausência
2	Daniel de Aviz	Ausente
6. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS		
1	VACANTE	-
7. PODER PÚBLICO MUNICIPAL		
1	André Mendonça Furtado Mattos	Ausente
2	Caroline Antunes Rodrigues	Ausente
3	Célia Nunes de Souza	Ausente
4	Cleusa Mara Amaral	Presente
5	Fabiana Ramos da Cruz Cardozo	Ausente
6	Francine Olsen	Ausente
7	Graziella Cristina Demantova	Ausente
8	Maria Cristina dos Santos	Ausente
9	Tatiana de Souza Sabatke	Ausente
10	Víctor Albert Batista da Silva	Presente
Total de presentes desta câmara:		2



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO 1 c

REGISTRO DE PRESENÇA DA CÂMARA DE QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL E CONSTRUÍDO

REUNIÃO CONJUNTA DE CÂMARAS

Joinville, 05/10/2021

**REGISTRO DE PRESENÇA DA
CÂMARA COMUNITÁRIA SETORIAL
DE QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL E CONSTRUÍDO**

1. MOVIMENTOS POPULARES		
1	Eraldo José Hostin Junior	Presente
2	Galdino Randig	Ausente
3	Heloisa Bade	Presente
4	Jean Carlos de Carvalho	Ausente
5	José Laércio Escodel	Ausente
6	Maria Raquel Migliorini de Mattos	Justificou ausência
7	Orlando Jacob Schneider	Ausente
8	Susana Staats	Ausente
2. ENTIDADES EMPRESARIAIS		
1	Juliano Selhorst	Ausente
2	Marco Antonio Corsini	Presente
3. ENTIDADES SINDICAIS DE TRABALHADORES		
1	Muri Antonio Goularte	Ausente
4. ENTIDADES PROFISSIONAIS		
1	Frederico Joesting Schlieper	Presente
2	Marcelo Ferrari	Ausente
5. ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA		
1	Cristienne Magalhães Pereira Pavez	Ausente
2	Marcelo Hack	Justificou ausência
6. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS		
1	VACANTE	-
7. PODER PÚBLICO MUNICIPAL		
1	Diego Felipe da Costa	Presente
2	Giancarlo Schneider	Ausente
3	Giani Magali da Silva de Oliveira	Ausente
4	Guilherme Augusto H. Gassenferth	Justificou ausência
5	Luiz Carlos Moreira da Maia	Ausente
6	Marco Aurélio Chianello	Presente
7	Paulo Mendes Castro	Ausente
8	Rafael Bendo Paulino	Presente
9	Sérgio José Brugnago	Presente
10	Tiani Regina de Borba	Ausente

Total de presentes desta câmara: 8



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO 1 d

REGISTRO DE PRESENÇA DA CÂMARA DE MOBILIDADE URBANA

REUNIÃO CONJUNTA DE CÂMARAS

Joinville, 05/10/2021

REGISTRO DE PRESENÇA DOS CONVIDADOS DA
CÂMARA COMUNITÁRIA SETORIAL DE MOBILIDADE URBANA

1. MOVIMENTOS POPULARES		
1	Fernando Luis da Silva	Ausente
2	Giovani Pereira	Ausente
3	Jony Roberto Kellner	Presente
4	Laércio Batista Júnior	Presente
5	Marco Antonio Leão dos Santos	Justificou ausência
6	Marcos Fortes Santos de Bustamante	Presente
7	VACANTE	-
8	Tadeu Vicente Bonassa	Ausente
2. ENTIDADES EMPRESARIAIS		
1	Guilherme Freitas Cauduro de Oliveira	Presente
2	Rudi Soares	Afastamento
3. ENTIDADES SINDICAIS DE TRABALHADORES		
1	Arthur Gonçalves Neto	Ausente
4. ENTIDADES PROFISSIONAIS		
1	Mateus Szomorovsky	Presente
2	Miguel João Moreira	Presente
5. ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA		
1	Kátia Cristina Lopes de Paula	Ausente
2	Xisto Lucas Travassos Júnior	Justificou ausência
6. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS		
1	Bernardo Corrêa da Costa	Presente
7. PODER PÚBLICO MUNICIPAL		
1	Camila Cristina Kalef	Presente
2	Eva de Souza Croll Moy	Presente
3	Fabiano Lopes de Souza	Ausente
4	Fabício da Rosa	Ausente
5	Helena Dausacker da Cunha Skrosk	Ausente
6	Irinéia da Silva	Presente
7	Luiz Fernando Hagemann	Ausente
8	Mônica Regina Corrêa	Presente
9	Patrícia de Castro Pedro	Ausente
10	Thiago Boeing	Justificou ausência

Total de presentes desta câmara:

11



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022**

**ANEXO 2
DEMONSTRATIVO DE PARTICIPAÇÃO DAS CÂMARAS**





CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO 3
RESULTADOS DAS VOTAÇÕES

05/10/2021

VOTAÇÃO 1 (PR-138)					
Assunto: PL 70021 - Revogação de Lei de Indicação ao Desenvolvimento Sustentável					
	ORDENAMENTO	PROMOÇÃO	QUALIFICAÇÃO	MOBILIDADE	TOTAL
Total de conselheiros eleitos	22	23	24	24	93
A favor (F)	9	2	8	9	28
Contra (C)	0	0	0	0	0
Absenção (A)	1	0	0	0	1
Sem manifestação (X)	1	0	0	1	2
Ausente à votação (-)	0	0	0	1	1
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	10	2	8	9	29

Dentre os que se manifestaram, percentagem de votos favoráveis	90%	100%	100%	100%	97%
--	-----	------	------	------	-----

VOTAÇÃO 2 (PR-678)					
Assunto: Substituto ao PL 390021 - Startup					
	ORDENAMENTO	PROMOÇÃO	QUALIFICAÇÃO	MOBILIDADE	TOTAL
Total de conselheiros eleitos	22	23	24	24	93
A favor (F)	9	2	8	8	27
Contra (C)	0	0	0	0	0
Absenção (A)	0	0	0	1	1
Sem manifestação (X)	2	0	0	1	3
Ausente à votação (-)	0	0	0	1	1
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	9	2	8	9	28

Dentre os que se manifestaram, percentagem de votos favoráveis	100%	100%	100%	89%	96%
--	------	------	------	-----	-----

VOTAÇÃO 3 (PR-388)					
Assunto: PL 430021 - Setor Náutico Outubro					
	ORDENAMENTO	PROMOÇÃO	QUALIFICAÇÃO	MOBILIDADE	TOTAL
Total de conselheiros eleitos	22	23	24	24	93
A favor (F)	8	2	7	6	23
Contra (C)	0	0	0	0	0
Absenção (A)	0	0	0	1	1
Sem manifestação (X)	1	0	1	2	4
Ausente à votação (-)	2	0	0	2	4
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	8	2	7	7	24

Dentre os que se manifestaram, percentagem de votos favoráveis	100%	100%	100%	86%	96%
--	------	------	------	-----	-----

VOTAÇÃO 4 (PR-43)					
Assunto: PL 430021 - Reconhecimento para estudo de alternativas logísticas do setor náutico					
	ORDENAMENTO	PROMOÇÃO	QUALIFICAÇÃO	MOBILIDADE	TOTAL
Total de conselheiros eleitos	22	23	24	24	93
A favor (F)	5	1	5	7	18
Contra (C)	0	0	0	0	0
Absenção (A)	2	1	2	0	5
Sem manifestação (X)	2	0	1	2	5
Ausente à votação (-)	2	0	0	2	4
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	7	2	7	7	23

Dentre os que se manifestaram, percentagem de votos favoráveis	71%	50%	71%	100%	78%
--	-----	-----	-----	------	-----

VOTAÇÃO 5 (PR-68)					
Assunto: PL 430021 - Setor Náutico Maio/Jun, Espetáculos e Conto					
	ORDENAMENTO	PROMOÇÃO	QUALIFICAÇÃO	MOBILIDADE	TOTAL
Total de conselheiros eleitos	22	23	24	24	93
A favor (F)	5	2	5	3	15
Contra (C)	0	0	0	0	0
Absenção (A)	1	0	1	0	2
Sem manifestação (X)	2	0	2	4	8
Ausente à votação (-)	3	0	0	4	7
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	6	2	6	3	17

Dentre os que se manifestaram, percentagem de votos favoráveis	83%	100%	83%	100%	88%
--	-----	------	-----	------	-----



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
"CONSELHO DA CIDADE"
MANDATO 2019-2022

ANEXO 4

APRESENTAÇÃO SOBRE O PLC 7/2021 - REVOGA IPTU PROGRESSIVO

PLC 7/2021

Vereador Wilian Tonezi

Revoga a Lei Complementar nº 524, de 4 de janeiro de 2019, que instituiu os instrumentos de Indução ao Desenvolvimento Sustentável visando o cumprimento da Função Social da Propriedade Urbana no Município de Joinville e deu outras providências.

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

Justificativa do autor

A Lei Complementar 524/2019 do município de Joinville, em acréscimo ao já malquisto tributo do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - ordena tributar terrenos não edificados, subutilizados ou não utilizados, sob o pretexto de estimular o uso social de imóveis vazios e terrenos não utilizados no município de Joinville.

A mera enunciação da lei basta para perceber a sua absurdidade.

Primeiramente, porque visa, com a desapropriação, tolher o direito à propriedade privada, direito natural de fato. Em segundo lugar, porque a cobrança do IPTU progressivo em nada auxilia ao cidadão de baixa renda, proprietário de um terreno em arbitrário desuso.

A aplicação do "princípio social da terra" através da cobrança de IPTU progressivo incorre, portanto, em injustiças e mal-entendidos, além de regredir direitos adquiridos pelos cidadãos ao longo da história da humanidade.

Quanto à previsão constitucional para a implementação do IPTU Progressivo, vislumbra-se que é facultado e não obrigatório ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

2



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL “CONSELHO DA CIDADE” MANDATO 2019-2022

Linha do tempo



Linha do tempo





CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Parecer da SEPUD

Respeitamos o longo processo de construção e instituição dos instrumentos de Indução ao Desenvolvimento Sustentável, com a colaboração do Conselho da Cidade, e, portanto, entendemos que o tema não necessita de nova discussão quanto ao seu mérito.

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

5

**Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável**



Prefeitura de
Joinville



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

ANEXO 5

APRESENTAÇÃO SOBRE O SUBSTITUTIVO AO PLC 39/2021 - STARTUPS

Substitutivo ao PLC 39/2021

Vereador Alisson Julio

Altera LC 470/2017: prevê a instalação de startups nas regras de uso do solo

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

Substitutivo ao PLC 39/2021

Art. 1º Fica acrescido o art. 58-B e incisos I e II à Lei Complementar nº 470, de 9 de janeiro de 2017 com a seguinte redação:

*Art. 58-B. As atividades empresariais consideradas startups que se enquadrarem no § 1º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 182 de 1º de junho de 2021, ou em norma federal que vier a suceder, serão permitidas, independentemente do código CNAE:

I - nas áreas urbanas de adensamento prioritário (AUAP), nas áreas urbanas de adensamento secundário (AUAS), nas áreas urbanas de adensamento controlado (AUAC), e nas áreas urbanas de adensamento especial (AUAE), exceto nos Setores Especiais de Interesse de Conservação de Morros (SE-04) e de Conservação de Várzeas (SE-05);

II – nas áreas rurais de proteção ambiental (ARPA) e nas áreas rurais de utilização controlada (ARUC), condicionado ao licenciamento ambiental, quando couber.”

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

2



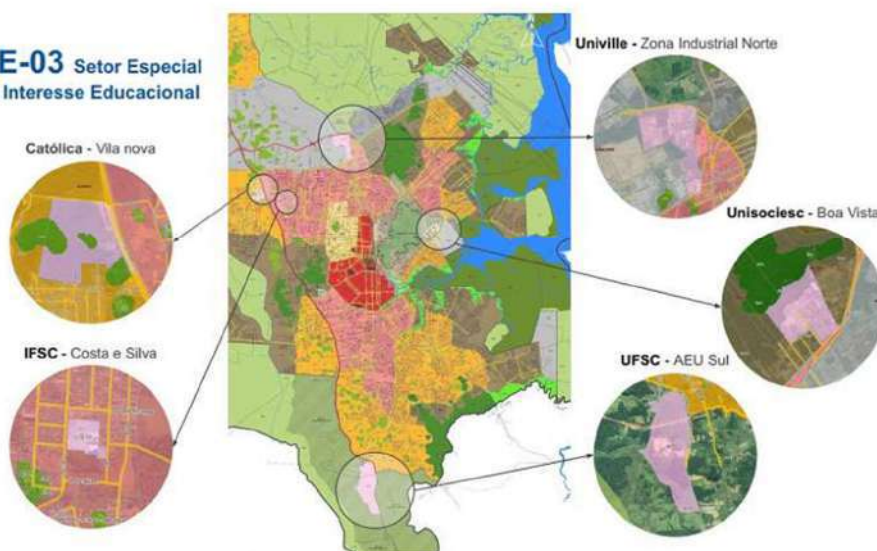
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Parecer da SEPUD

Após ouvido o Conselho da Cidade sobre o anteprojeto de lei discutido em 04 de agosto de 2021, acolhe o mérito do PLC 39/2021 e recomenda, até que seja promulgado um marco regulatório municipal sobre *startups*, que estas, quando enquadradas pela Lei Complementar nº 182 de 1º de junho de 2021, sejam permitidas, independentemente do seu enquadramento de uso adotado pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas e Fiscal (CNAE), nos Setores Especiais de Interesse Educacional (SE-03), que “são as áreas contidas dentro das macrozonas urbanas, destinadas aos equipamentos de educação superior e desenvolvimento tecnológico”.



SE-03 Setor Especial
de Interesse Educacional





**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
"CONSELHO DA CIDADE"
MANDATO 2019-2022**

**Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável**



Prefeitura de
Joinville



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
"CONSELHO DA CIDADE"
MANDATO 2019-2022

ANEXO 6

APRESENTAÇÃO SOBRE O PLC 43/2021 - SETOR NÁUTICO

PLC 43/2021

Vereador Wilian Tonezi

Altera LC 470/2017:
institui o Setor Especial de Interesse de Turismo Náutico SE-10

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

Justificativa do autor

O Vereador Alisson Julio, na qualidade de relator do PLC 43/2021, consultou o Poder Executivo Municipal e o Conselho da Cidade, através da Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável (SEPUD), pelo Ofício 25/2021, acerca da instituição do Setor Especial de Interesse de Turismo Náutico (SE-10) na LC 470/2017.

Justifica entender que a região apontada na localidade tem potencial para o desenvolvimento econômico não explorado: turístico e náutico.

Declara que a proposição de estimular a atividade comercial e turística, passeio e trânsito náutico, hotéis, resorts, restaurantes, atrações turísticas, moradias e rede de serviços para a população local.

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

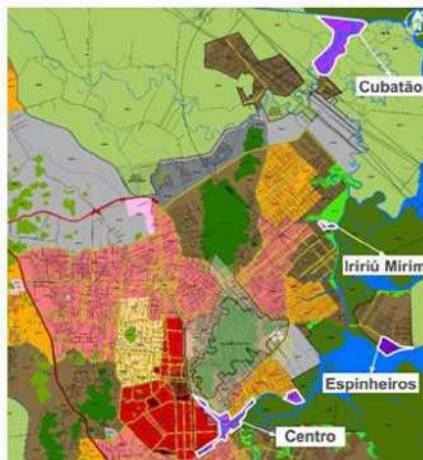
2



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Proposta PLC 43/2021

Altera os artigos artigos 2º, 8º, 58-A e Anexos II, III, VI, VII e IX da Lei Complementar nº 470, de 9 de janeiro de 2017, a qual “redefine e institui, respectivamente, os Instrumentos de Controle Urbanístico - Estruturação e Ordenamento Territorial do Município de Joinville.



Anexo III - Zoneamento

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

3

Resumo de alterações

Localização	PROPOSTA PLC 43/2021
Cubatão	<ul style="list-style-type: none">- Amplia o perímetro urbano;- Transforma ARUC (Área Rural de Utilização Controlada) em AUAC (Área Urbana de Uso Controlado);- Insere o SE-10.
Ipiriú Mirim	<ul style="list-style-type: none">- Transforma AUPA (Área Urbana de Preservação Ambiental) em AUAC;- Transforma SA-04 (Setor de Adensamento Controlado) e SE-05 (Setor Especial de Conservação de Várzea) em SE-10.
Espinheiros	<ul style="list-style-type: none">- Mantém AUAC;- Transforma SA-04 em SE-10.
Centro	<ul style="list-style-type: none">- Mantém AUPA;- Transforma SE-05 em SE-10.

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



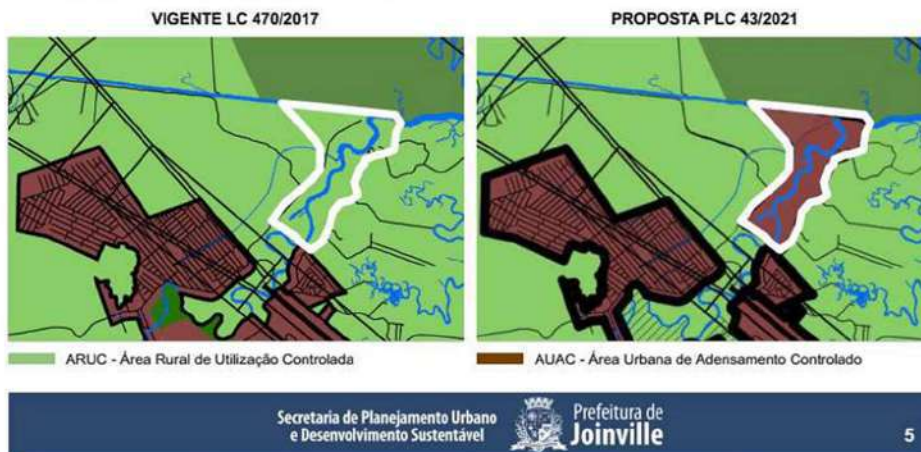
Prefeitura de
Joinville

4



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Cubatão - Macrozoneamento



Cubatão - Setor





CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Cubatão - Uso

USOS	VIGENTE LC 470/17 (ARUC)	PROPOSTA PLC 43/2021 (AUAC SE-10)
ATIVIDADES DE SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	Sim	Não
ATIVIDADES DE ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO DE GRANDE PORTE	Sim	Sim
OUTRAS ATIVIDADES E SERVIÇOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (2)	Sim	Sim
CONSTRUÇÃO CIVIL DE PEQUENO PORTE	Sim	Não
CNAES INDUSTRIAIS	Sim	Não

(2) Permitido todas as atividades ligadas ao setor náutico ou de embarcações, exceto a indústria de construção de embarcações.

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

9

Parecer da SEPUD

SE-10 Cubatão:

Por envolver uma expansão do perímetro urbano, essa proposta deveria ser caracterizada como uma emenda da revisão do Plano Diretor, requerendo procedimentos estabelecidos pela Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, art. 42-B, incisos I a VI.

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



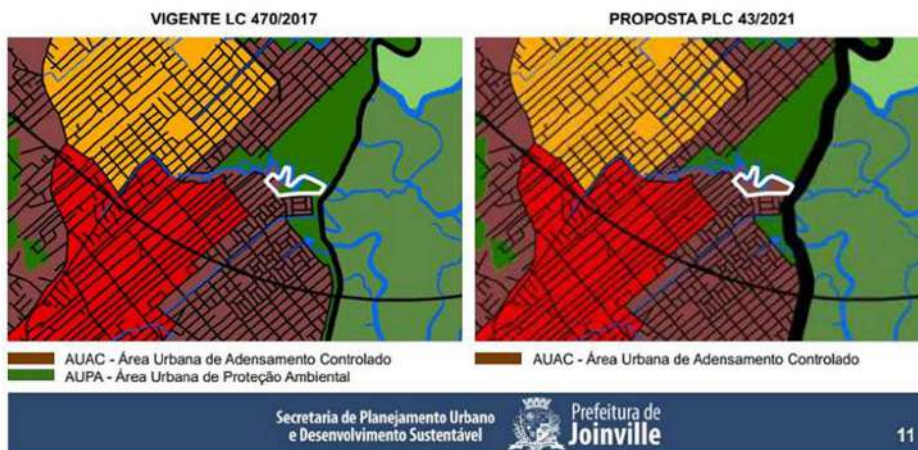
Prefeitura de
Joinville

10

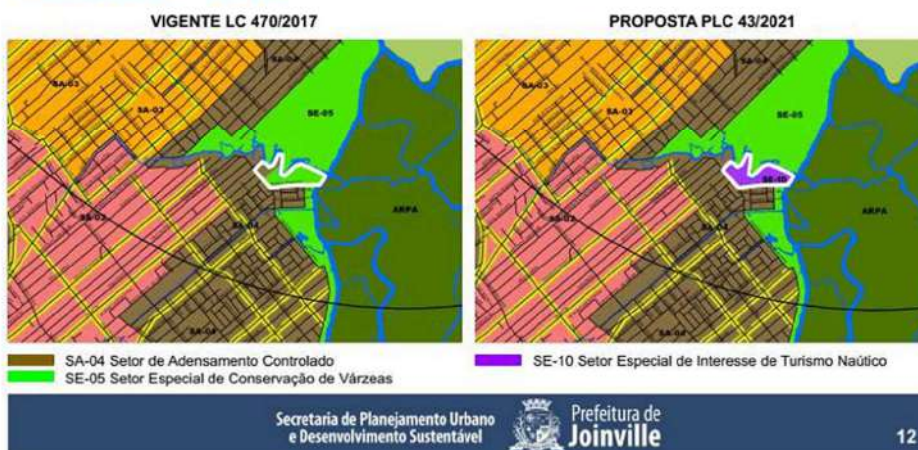


CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Iriirú Mirim - Macrozoneamento



Iriirú Mirim - Setor





CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Iririú Mirim - Parcelamento e ocupação

ÍNDICES URBANÍSTICOS	VIGENTE LC 470/17 (AUPA SE-05)	VIGENTE LC 470/17 (AUAC SA-04)	PROPOSTA PLC 43/2021 (AUAC SE-10)
LOTE MÍNIMO	5.000 m²	240 m²	240 m²
CAL	0,1	1,5	1,5
GABARITO	9 metros	9 metros	15 metros (1)
RECUO FRONTAL	10 metros		10 metros
AFASTAMENTOS LATERAIS	5 metros		5 metros
TAXA DE PERMEABILIDADE	80%		80%

(1) Quando o uso for para alojamento (hotelaria) o gabarito máximo poderá ser ampliado para 25m

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

13

Iririú Mirim - Uso

USOS	VIGENTE LC 470/17 (AUPA)	VIGENTE LC 470/17 (AUAC)	PROPOSTA PLC 43/2021 (AUAC SE-10)
UNIFAMILIAR	Sim	Sim	Sim
MULTIFAMILIAR	Não	Sim	Não
COMÉRCIO ATACADISTA DE PEQUENO PORTE	Não	Sim	Não
ATIVIDADES DE TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIOS DE PEQUENO PORTE	Não	Sim	Não
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE MÉDIO E GRANDE PORTE	Não	Sim, em FV	Sim, em todo o setor
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS DE PEQUENO PORTE	Não	Sim	Não

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



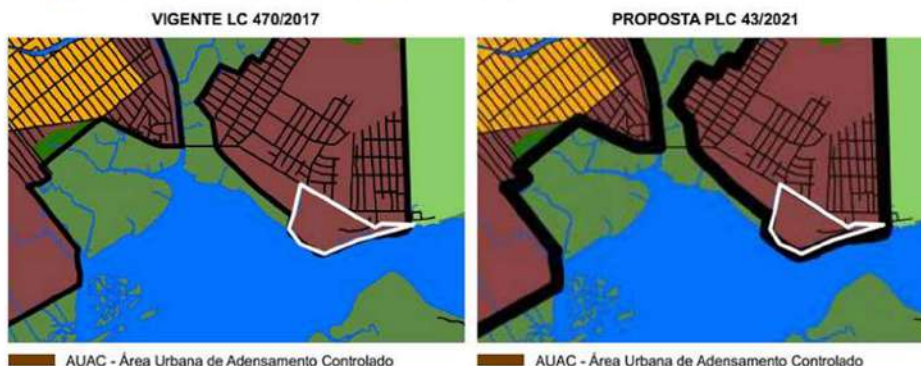
Prefeitura de
Joinville

14



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Espinheiros - Macrozoneamento



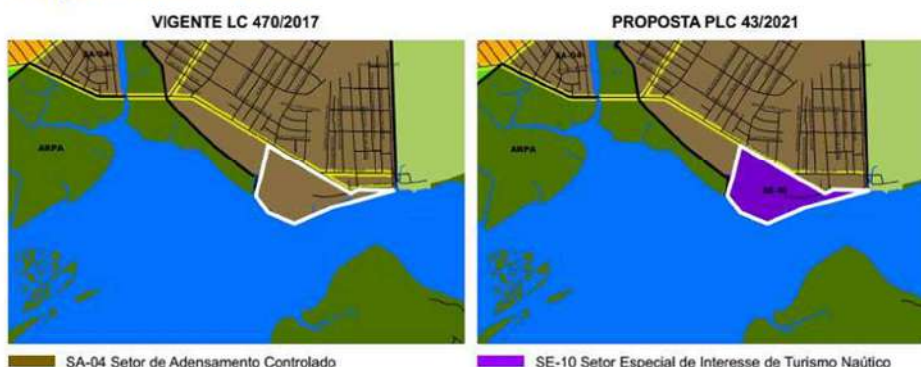
Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

17

Espinheiros - Setor



Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

18



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Espinheiros - Parcelamento e ocupação

ÍNDICES URBANÍSTICOS	VIGENTE LC 470/17 (AUAC SA-04)	PROPOSTA PLC 43/2021 (AUAC SE-10)
LOTE MÍNIMO	240 m²	240 m²
CAL	1,5	1,5
GABARITO	9 metros	15 metros (1)
RECUO FRONTAL	5 metros	5 metros
AFASTAMENTOS LATERAIS	h/6 + 0,5 metros	h/6 + 0,5 metros
TAXA DE PERMEABILIDADE	20%	20%

(1) Quando o uso for para alojamento (hotelaria) o gabarito máximo poderá ser ampliado para 25m.

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

19

Espinheiros - Uso

USOS	VIGENTE LC 470/17 (AUAC SA-04)	PROPOSTA PLC 43/2021 (AUAC SE-10)
UNIFAMILIAR	Sim	Sim
MULTIFAMILIAR	Sim	Não
COMÉRCIO ATACADISTA DE PEQUENO PORTE	Sim	Não
ATIVIDADES DE TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIOS DE PEQUENO PORTE	Sim	Não
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE MÉDIO E GRANDE PORTE	Sim, em FV	Sim, em todo o setor
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS DE PEQUENO PORTE	Sim	Não

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

20



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Espinheiros - Uso

USOS	VIGENTE LC 470/17 (AUAC SA-04)	PROPOSTA PLC 43/2021 (AUAC SE-10)
ATIVIDADES DE SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	Sim	Não
ATIVIDADES DE ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO DE GRANDE PORTE	Sim, em FV	Sim, em todo o setor
OUTRAS ATIVIDADES E SERVIÇOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (1)	Sim, em FV	Sim, em todo o setor
CONSTRUÇÃO CIVIL DE PEQUENO PORTE	Sim	Não
CNAES INDUSTRIAIS	Sim	Não

Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável  Prefeitura de Joinville 21

Parecer da SEPUD

SE-10 Espinheiros:

O macrozoneamento (AUAC) já contempla os usos para turismo náutico. Solicitado aumento do gabarito de 9m para 15m, o que justifica se necessário a construção de equipamentos com mastros ou altura superior a 9m. A solicitação para 25 m deve ser motivo de estudos mais detalhados. Deve ser revista o PLC pois restringe usos já consolidados para o turismo náutico.



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Centro - Macrozoneamento

VIGENTE LC 470/2017



AUPA - Área Urbana de Proteção Ambiental

PROPOSTA PLC 43/2021



AUPA - Área Urbana de Proteção Ambiental

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

23

Centro - Setor

VIGENTE LC 470/2017



SE-05 Setor Especial de Conservação de Várzeas

PROPOSTA PLC 43/2021



SE-10 Setor Especial de Interesse de Turismo Náutico

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

24



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Centro - Parcelamento e ocupação

ÍNDICES URBANÍSTICOS	VIGENTE LC 470/17 (AUPA SE-05)	PROPOSTA PLC 43/2021 (AUPA SE-10)
LOTE MÍNIMO	5.000 m²	5.000 m²
CAL	0,1	1,5 (falta indicar no Anexo VII - parte 1 de 2)
GABARITO	9 metros	15 metros (falta indicar no Anexo VII - parte 1 de 2) (1)
RECUO FRONTAL	10 metros	10 metros
AFASTAMENTOS LATERAIS	5 metros	5 metros
TAXA DE PERMEABILIDADE	80%	80%

(1) Quando o uso for para alojamento (hotelaria) o gabarito máximo poderá ser ampliado para 25m.

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

25

Centro - Uso

USOS	VIGENTE LC 470/17 (AUPA SE-05)	PROPOSTA PLC 43/2021 (AUPA SE-10)
UNIFAMILIAR	Sim	Sim
MULTIFAMILIAR	Não	Não
COMÉRCIO ATACADISTA DE PEQUENO PORTE	Não	Não
ATIVIDADES DE TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIOS DE PEQUENO PORTE	Não	Não
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE MÉDIO E GRANDE PORTE	Não	Não
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS DE PEQUENO PORTE	Não	Não

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

26



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
"CONSELHO DA CIDADE"
MANDATO 2019-2022

Centro - Uso

USOS	VIGENTE LC 470/17 (AUPA SE-05)	PROPOSTA PLC 43/2021 (AUPA SE-10)
ATIVIDADES DE SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	Não	Não
ATIVIDADES DE ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO DE GRANDE PORTE	Não	Não
OUTRAS ATIVIDADES E SERVIÇOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	Não	Não
CONSTRUÇÃO CIVIL DE PEQUENO PORTE	Não	Não
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Não	Não

Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável

Prefeitura de Joinville

27

Parecer da SEPUD

SE-10 Centro:

O macrozoneamento não sofreu alteração; foram mantidos os índices urbanísticos e usos vigentes na Lei 470/17 para AUPA e SE-05. Necessário alteração do macrozoneamento para alteração dos índices urbanísticos e usos propostos no PLC. Por envolver uma mudança no macrozoneamento urbano, essa proposta deveria ser caracterizada como uma emenda da revisão do Plano Diretor, requerendo procedimentos estabelecidos pela Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, art. 42-B, incisos I a VI.

Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de Joinville



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
“CONSELHO DA CIDADE”
MANDATO 2019-2022

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville

Parecer da SEPUD

- **SE-10 Espinheiros**

O macrozoneamento (AUAC) já contempla os usos para turismo náutico. Solicitado aumento do gabarito de 9m para 15m, o que justifica se necessário a construção de equipamentos com mastros ou altura superior a 9m. A solicitação para 25 m deve ser motivo de estudos mais detalhados. Deve ser revista o PLC pois restringe usos já consolidados para o turismo náutico.

- **SE-10 Iriirú Mirim**

Área que, devido aos atributos naturais, deve ser protegida requerendo um regime de ocupação especial. Altera a LOT e requer análise ambiental para os índices e usos propostos pelo PLC 43/2021.

- **SE-10 Centro:**

O macrozoneamento não sofreu alteração; foram mantidos os índices urbanísticos e usos vigentes na Lei 470/17 para AUPA e SE-05. Necessário alteração do macrozoneamento para alteração dos índices urbanísticos e usos propostos no PLC. Por envolver uma mudança no macrozoneamento urbano, essa proposta deveria ser caracterizada como uma emenda da revisão do Plano Diretor, requerendo procedimentos estabelecidos pela Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, art. 42-B, incisos I a VI.

- **SE-10 Cubatão:**

Por envolver uma expansão do perímetro urbano, essa proposta deveria ser caracterizada como uma emenda da revisão do Plano Diretor, requerendo procedimentos estabelecidos pela Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, art. 42-B, incisos I a VI.

Secretaria de Planejamento Urbano
e Desenvolvimento Sustentável



Prefeitura de
Joinville